



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE TEOLOGIA**

JOÃO CARLOS DOMINGUES DOS SANTOS RODRIGUES

**ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER A PARTIR DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE
MIKHAIL BAKHTIN**

**CURITIBA
2016**

JOÃO CARLOS DOMINGUES DOS SANTOS RODRIGUES

**ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER A PARTIR DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE
MIKHAIL BAKHTIN**

Pesquisa apresentado ao programa de Pós Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientação do Prof. Dr. Frei Vicente Artuso.

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

R696a Rodrigues, João Carlos Domingues dos Santos
2016 Análise do Livro de Ester a partir da teoria da enunciação de Mikhail Bakhtin ; orientação de Vicente Artuso. – 2016.
110 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2016

Bibliografia: f. [104]-110

1. Bíblia. A. T. Ester. 2. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975.
3. Hermenêutica (Religião). I. Artuso, Vicente. II. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 222.9



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 123
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE
JOÃO CARLOS DOMINGUES DOS SANTOS RODRIGUES**

Aos dezessete dias, do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas reuniu-se na sala de Defesa - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Vicente Artuso, Luiz Alexandre Solano Rossi e Gerson Joni Fischer, para examinar a dissertação do candidato João Carlos Domingues dos Santos Rodrigues, ingressante no programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e quinze. Linha de pesquisa: Bíblia e Evangelização. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER A PARTIR DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE MIKHAIL BAKHTIN. O Candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, O Candidato foi Aprovado pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 h 15 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Vicente Artuso Vicente Artuso
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi Luiz Alexandre S. Rossi
Convidado Interno

Prof. Dr. Gerson Joni Fischer Gerson Joni Fischer
Convidado Externo

Agenor Brighenti
CIENTE
Prof. Dr. Agenor Brighenti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que em sua misericórdia olhou por mim, e quando todos os caminhos pareciam estar fechados, abriu-me uma nova porta.

Agradeço a meu orientador, Frei Vicente Artuso, que conseguiu perceber em mim algo que nem eu mesmo havia notado. Confiou e investiu numa possibilidade de interpretação das Sagradas Escrituras, utilizando um método pouquíssimo empregado para esse fim, mas que hoje se apresenta como uma realidade.

Agradeço minha avó, Maria Mercedes Maldonado dos Santos, minha irmã, Camila Domingues dos Santos Rodrigues, e demais familiares, com destaque para os de Curitiba, que não somente tiveram paciência comigo, mas também, com pequenos gestos, proporcionaram que pudesse chegar ao fim dessa jornada.

Agradeço a meu Pároco, Padre João Mendes Pereira Filho, e a todos da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Jardim Sabará, em Londrina-PR, pelo apoio e orações nesse árduo caminho que decidiram trilhar comigo.

Agradeço a meus outros professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Londrina, em Curitiba e da Universidade Estadual de Londrina, que também fizeram parte dessa caminhada dando valioso contributo.

Agradeço, também, a meus amigos do Bacharelado em Teologia, em Londrina; meus amigos do Mestrado; e meus amigos da Licenciatura em Letras, na UEL, que também me apoiaram neste tempo de estudo. Mas agradeço especialmente minhas amigas Kauana Scabori dos Santos e Natália Cristina Martins de Sá, que contribuíram para que minha vida ficasse mais poética nestes últimos anos.

“שְׁמַע יִשְׂרָאֵל יְהוָה אֱלֹהֵינוּ יְהוָה אֶחָד” (Dt 6,4)

RESUMO

Um primeiro pressuposto, para Teoria da Enunciação, é de que a linguagem não é neutra, e quando utilizada, vem marcada pelas influências recebidas e pela perspectiva de como o outro irá receber esta mensagem. A Bíblia não é diferente. Outro pressuposto, que trazemos conosco, é de que quando fé e ciências buscam a verdade, diferentemente do que alguns afirmam, não há incompatibilidade entre elas. Em nosso trabalho, se buscou aproximar a Teoria da Enunciação, de Mikhail Bakhtin (nosso objeto formal), aos estudos bíblicos, aplicando-o em uma maior compreensão do Livro de Ester (nosso objeto material). Nossa opção pela Teoria da Enunciação se deu pelo fato de que esta teoria não somente trabalha com o autor e o leitor imediato do texto, mas valoriza também o leitor atual e suas peculiaridades, nesta busca de interpretar a mensagem do texto. O Livro de Ester não surge como mero pretexto para aplicação da Teoria da Enunciação, mas devido à possibilidade de diálogo com várias temáticas que dizem muito a enunciatários atuais: o uso do poder; o papel social da mulher; as minorias; a compreensão sobre a atuação de Deus, dentre outras. Os resultados obtidos de tal aproximação podem contribuir para que não haja uma dogmatização do texto e da relação histórica entre autor e texto, limitando toda possibilidade de interpretação a ela. Seu auxílio está em demonstrar como a Palavra de Deus ainda continua viva, comunicando e sendo relevante ao homem de hoje, que a compreende a partir do modo como entra em diálogo com ela.

Palavras-chave: Ester; Teoria da Enunciação; Hermenêutica.

ABSTRACT

A first assumption for Theory of Enunciation, is that language is not neutral, and when used, it's marked by the influences received and the perspective of how the other will receive this message. The Bible is no different. Another assumption that we bring with us, is that when faith and science seek the truth, unlike what some claim, there is no incompatibility between them. In our work, we sought to approach the Theory of Enunciation, Mikhail Bakhtin (our formal object), Bible studies, applying it to a greater understanding of the Book of Esther (our material object). Our choice of Enunciation theory was due to the fact that this theory do not only works with the author and the text of the immediate reader, but also values the current reader and its peculiarities, in this quest to interpret the text message. The Book of Esther does not appear as a mere pretext for applying the Theory of Enunciation, but due to the possibility of dialogue with various themes that tell much current enunciated: the use of power; the social role of women; minorities; understanding of the work of God, among others. The results of such an approach can contribute so that there is not a dogmatic text and historical relationship between author and text, limiting any possibility of interpretation to it. His help is in demonstrating how the Word of God still lives, communicating and being relevant to the man of today, who understands from the way that he enters into a dialogue with it.

Keywords: Ester; Theory of Enunciation; Hermeneutics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AA – Decreto *Apostolicam Actuositatem*
AG – Decreto *Ad Gentes*
AM – Exortação Apostólica *Africae Munus*
CA – Encíclica *Centesimus Annus*
CV – Encíclica *Caritas in Veritate*
CL – Exortação Apostólica *Christifideles Laici*
CIACR – Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana
CIC – Catecismo da Igreja Católica
CT – Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*
DA – Documento de Aparecida
DAS – Encíclica *Divino Afflante Spiritu*
DC – Carta *Dominicae Cenae*
DCE – Encíclica *Deus Caritas Est*
DH – Decreto *Dignitatis Humanae*
DSI – Doutrina Social da Igreja
DV – Constituição Dogmática *Dei Verbum*
DVe – Instrução *Donum Veritatis*
DZ – Denzinger
EAs – Exortação Apostólica *Ecclesia in Asia*
EN – Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*
EV – Encíclica *Evangelium Vitae*
FR – Encíclica *Fides et Ratio*
GE – Declaração *Gravissimum Educationis*
GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*
IGMR – Instrução Geral do Missal Romano
LF – Encíclica *Lumen Fidei*
LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*
LS – Encíclica *Laudato Si'*
MC – Exortação Apostólica *Marialis Cultus*
MM – Encíclica *Mater et Magistra*
MuD – Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*
NA – Declaração *Nostra Aetate*

ONU – Organização das Nações Unidas

PD – Encíclica *Providentissimus Deus*

QIA – Exortação Apostólica *Quinque Iam Anni*

RH – Encíclica *Redemptor Hominis*

RM – Encíclica *Redemptoris Mater*

RMi – *Encíclica Redemptoris Missio*

SaC – Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*

SF – Documento *Sensus Fidei*

TH – Documento Teologia Hoje

VD – Exortação Apostólica *Verbum Domin*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
2.1 A LÍNGUA NO CONTEXTO RELIGIOSO.....	15
2.1.1 Deus e a ato criador.....	18
2.1.2 Deus e o diálogo com o homem.....	19
2.1.3 A grande comunicação do Deus cristão	21
2.2 A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA PARA A FÉ	24
3. O MÉTODO.....	30
3.1 TENDÊNCIAS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS USOS DA LÍNGUA.....	32
3.1.1 Desdobramentos da Tendência Formalista.....	33
3.1.2 Desdobramentos da Tendência Funcionalista.....	34
3.2 APROFUNDANDO NOSSO MÉTODO – A TEORIA DA ENUNCIÇÃO.....	36
4. APLICAÇÃO DO MÉTODO À ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER.....	44
4.1 O PANO DE FUNDO DO LIVRO DE ESTER.....	46
4.1.1 O contexto da confecção do livro (contexto real).....	47
4.1.2 O contexto dos acontecimentos descritos no livro (contexto literário)..	48
4.2 ANÁLISE DAS ESTRUTURAS DO LIVRO DE ESTER.....	51
4.2.1 O enunciado.....	52
4.2.2 O enunciador e o enunciado.....	64
4.2.3 O enunciador, enunciado e o enunciatário – a enunciação.....	70
4.2.3.1 A enunciação a partir do enunciatário mais próximo do enunciador.....	71
4.2.3.2 A enunciação a partir do enunciatário atual.....	81
5. CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

O objetivo de nossa pesquisa é o de promover uma aproximação entre as Ciências da Linguagem e as Sagradas Escrituras. Aquilo que o Papa Pio XII disse a um grupo de estudiosos das Sagradas Escrituras, que em sua época criam já se ter chegado ao máximo conhecimento dessas, se nos apresenta como uma de nossas justificativas, pois “[...] nosso tempo tem chamado a atenção para muitas coisas que requerem nova investigação e novo exame e estimulam fortemente a atividade do exegeta” (DAS 18).

Tais palavras do Papa frutificaram nos avanços posteriores ao Concílio Vaticano II, mas também hoje é possível que sejam novamente ditas, no intuito de que “[...] o trabalho não só continue constantemente, mas frutifique e se aperfeiçoe cada vez mais [...]” (DAS 11). E isto nos move.

Em nosso estudo, além do rigor próprio da ciência a que nos propomos pesquisador, não minimizaremos aquele respeito e veneração que as Sagradas Escrituras merecem; seguindo a advertência feita por Santo Agostinho, que além de recomendar o grego e o hebraico para este estudo, pediu para o estudioso não se ater às questões gramaticais, próprio dos ignorantes (AGOSTINHO, 2011, p.104-105). E como nos recorda o Magistério da Igreja, a Teologia e o estudo das coisas relativas à Fé, devem ter essa mesma fé como pressuposto para uma legítima e fiel compreensão dos signos linguísticos e dos significados, para não se correr o risco de dizer ou supor algo distinto do que fora quisto pelo autor sagrado (SaC 27; DVe 37-38; TH 34). Deste modo, “só quando a nossa compreensão estiver purificada é que a nossa visão ficará estreitamente unida à verdade” (AGOSTINHO, 2011, p.102).

Quando observado este princípio basilar, a utilização de um instrumento interpretativo advindo das ciências, em nosso caso dos estudos da linguagem, em nada põe em perigo a compreensão das Sagradas Escrituras, nem as exauri do Mistério; já que “todo bom e verdadeiro cristão há de saber que a Verdade, em qualquer parte onde se encontre, é propriedade do Senhor” (AGOSTINHO, 2011, p.116).

Alguns poderiam nos questionar alegando que nosso estudo, tomando a fé por pressuposto, poderia carecer de rigor científico. Porém, os que assim o fizerem ou desconhecem o objetivo pelo qual as Sagradas Escrituras foram redigidas e

chegaram até nós¹, ou reduzem a fé da Igreja a uma instituição meramente humana, fruto único e exclusivamente de um jogo de poder e manipulação da verdade de uns sobre os outros (RATZINGER, 2006, p.43-44.90).

Também o Papa Leão XIII poderia ser chamado em causa para responder aos que não veem com bons olhos o princípio da fidelidade do estudioso das Sagradas Escrituras à fé. Em sua época o Papa já afirmava que uma tal fidelidade não significa “[...] que lhes seja fechada a porta para avançar” (PD 31) na pesquisa e interpretação, mas que se garanta a utilidade desse mesmo estudo para o crescimento na fé de todos os que creem em Deus (PD 26).

Deve-se, assim, evitar o risco de uma análise fria das Sagradas Escrituras, vendo-as unicamente como uma produção literária, determinada (fechada) por suas circunstâncias históricas, sem nenhuma referência a pessoas e a uma fé específica. O que seria um grave erro (REED, 1993, p.169).

Como advertiu o Papa Pio XII, partiremos da clara compreensão do potencial relacional e de influência que a linguagem tem e exerce sobre os indivíduos e sobre seus contextos, já que a totalidade da mensagem (enunciação) das Sagradas Escrituras, “[...] não se pode determinar só pelas regras da gramática e da filologia, nem só pelo contexto [...]” (DAS 20) dos autores sagrados.

E para esclarecer isto, será utilizada a teoria do estudioso da linguagem Mikhail Bakhtin, que propõe uma reflexão sobre a origem pessoal da linguagem. De modo que toda a produção ideológica interior, de um pensamento (conhecimento), na individualidade (e irrepitibilidade) do indivíduo, é o ponto de partida para a ideologia exterior, que é este pensamento (conhecimento) externalizado, agora de domínio público, exercendo influências sobre outrem; sendo que este, enquanto internalizado, já havia recebido influência em sua constituição.

É por este movimento de dentro para fora, do particular ao coletivo, que ao se estudar uma teoria (ideia, doutrina, ideologia exterior) e todo o seu potencial comunicativo, será necessário contar com informações advindas de outras áreas do conhecimento, que servirão de suporte para compreender os pressupostos do(s) autor(es) e leitor(es).

¹ É isso que o evangelista quer dizer quando escreve que “Jesus fez, diante de seus discípulos, ainda muitos outros milagres que não se acham escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais a vida em seu nome” (Jo 20,30-31).

Nós, em nossa pesquisa, utilizaremos a Bíblia segundo a tradução da CNBB.

Nem a linguagem, nem seus signos são neutros (BRITTO, 2003, p.59), resultando de um consenso entre indivíduos, num processo dialógico de interação (BAKHTIN, 2006, p.43), um selo de individualidade social² (BAKHTIN, 2006, p.58), a elaboração dos enunciados e a própria enunciação “é totalmente determinada por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN, 2006, p.107-108). Ao pesquisador cabe, então, uma compreensão de tudo aquilo que envolve o contexto de autor, do leitor e do próprio enunciado, sem minimizar ou desqualificar nenhuma enunciação³ possível.

Devido a isto, nesta nossa pesquisa, em um primeiro momento, aprofundaremos esses nossos próprios pressupostos teóricos, o modo como nos aproximamos dessa pesquisa. Na sequência, faremos uma apresentação do método da Teoria da Enunciação, que estamos propondo como possível no estudo das Sagradas Escrituras. Por fim, iremos aplicar este método ao estudo do Livro de Ester, focando-nos não somente na relação autor (que chamaremos enunciador) texto (que chamaremos enunciado) e seu contexto, mas, como é próprio da Teoria da Enunciação, valorizando o leitor (que chamaremos enunciatário) no processo que leva à verdadeira comunicação, à enunciação.

² Carregado de influência (aqui sem nenhum juízo de valor).

³ Conceito que utilizaremos para expressar a ideia de “mensagem do texto”.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste momento de nossa pesquisa, buscaremos apresentar as premissas que nos nortearão; aquelas relativas ao nosso contexto, ao como disporemos do método da Teoria da Enunciação e nos aproximaremos do texto bíblico de Ester.

Tal apresentação se faz importante pois, “as palavras não são neutras, a língua não é neutra” (BRITTO, 2003, p.59) e como já havia afirmado Santo Agostinho, ninguém utiliza à toa a linguagem nem emprega as palavras sem desejar algo com elas (2011, p.42-43)⁴. Sendo assim, para que se possa ter acesso ao que se intenta com a pesquisa é necessário expressar quais são as influências que marcam nosso pensamento, e os parâmetros que utilizamos; o que, aliás, como será explicitado mais a frente, já demonstra nossa aplicação do método da Teoria da Enunciação.

Partindo de dados filosóficos, antropológicos e sociológicos, demonstraremos a íntima relação que existe entre a linguagem humana e a religiosidade. Na sequência será apresentada a relação própria do judaísmo e do cristianismo para com a linguagem, para tanto utilizaremos a Bíblia e o testemunho dos Santos Padres, de Teólogos e do Magistério da Igreja.

Através desses dados, tanto vindos das ciências quanto da fé, se buscará alicerçar a compreensão de que não existe uma separação ou incongruência necessária entre fé e razão, já que ambas constituem “as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (FR - Prólogo), jamais pode haver verdadeira desarmonia entre uma e outra (DZ 3017)⁵. Ciente de ser impossível separar fé e razão sem dano ao ser humano e a elas próprias (FR 16-17.48).

Como ficará evidente, também, em nosso desejo de fazer Teologia, o olhar que teremos para com a ciência será sempre a partir da fé. Pois o objetivo do fazer teológico não é a especulação racional por si mesma, mas sempre em vista de fazer a fé crescer, de abrir-lhe os horizontes, e encarná-la a cada dia mais na história

⁴ O que, aliás, vem sempre marcado pelas influências recebidas pelo indivíduo (BAKHTIN, 2006, p.107).

⁵ Constituição Dogmática *Dei Filius*, Concílio Vaticano I.

humana (TH 17); alicerçado nos axiomas de Santo Anselmo: “*fides quaeres intellectum*”⁶ e Santo Agostinho: “*intellego ut credam et credo ut intellegam*”⁷.

2.1 A LÍNGUA NO CONTEXTO RELIGIOSO

Aristóteles, no século III a.C., ao referir-se ao ser humano o compreendeu como um animal social, sendo que esta sociabilidade própria do homem é expressa por sua capacidade de comunicar-se (ARISTÓTELES, 1979, p.210)⁸. Como nos recorda Eunice Toledo, para Bakhtin “[...] o homem constitui-se como tal através de suas interações sociais, portanto, transforma e é transformado (interação dialética) nas relações produzidas em uma cultura e mediadas pela linguagem” (2007, p.125). Esta comunicação, estas interações dialéticas, por sua vez, podem dar-se de modo verbal (por meio de palavras escritas ou ditas) ou não-verbal (por meio de gestos ou símbolos), sendo esta última mais universal e primordial do que a primeira.

Por estudos arqueológicos e antropológicos é possível concluir que as primeiras grandes aglomerações de pessoas (na região conhecida pela denominação Oriente Próximo) se deram em vista da religiosidade (da fé, do culto a um ser divino); fazendo com que o homem passasse de nômade para sedentário. Pois, para cultuar seu deus, que se manifestava em um lugar sagrado específico⁹, este deveria instalar-se próximo deste lugar, contribuindo para a formação de cidades e da consolidação de uma cultura (que inclui em si a linguagem) (PINSKY, 2011, p.45-48).

De todas as religiões que se tem notícia, quatro delas se destacam por valorizar, e até mesmo por sacralizar, o ato de a própria divindade desejar a comunicação com os homens; sendo elas: O Hinduísmo, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo¹⁰; comumente chamadas de ‘religiões do Livro’, pois o Hinduísmo têm como sagrado o Livro dos Vedas, o Judaísmo a Tanakh (Torah – Lei; Neviin –

⁶ Em português: A fé busca a inteligência.

⁷ Em português: Entendo para crer e creio para entender.

⁸ “Não menos estranho seria fazer do homem sumamente feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade. Por isso, mesmo o homem bom viverá em companhia de outros [...]” (**Ética a Nicômaco**, Livro IX, 9).

⁹ Normalmente os lugares sagrados (de manifestação divina) sempre estiveram vinculados a montes ou colinas, nas quais deus se apresentava aos homens.

¹⁰ Também chamados de Muçulmanos ou Maometanos.

Profetas; e Ketuvin – outros Escritos)¹¹, o Cristianismo a Bíblia¹², e o Islamismo o Alcorão.

No que se refere ao Judaísmo e ao Cristianismo, está na base da fé a relação de comunicação que Deus desejou empreender com o ser humano, único ser feito a sua imagem e semelhança (Gn 1,26-27.5,1). Este ato de comunicação da parte de Deus é chamado de Revelação; o que faz com que os textos nos quais esta comunicação se materializa sejam tratados como “Palavra de Deus”.

O fato de em seu diálogo com o ser humano, ser o próprio Deus quem toma a iniciativa do diálogo (da comunicação), configura-se como ponto chave na fé de judeus e cristãos. Essa relação pessoal entre o ser humano e Deus, “genuinamente dialógica” (RAHNER, 1989, p.39), caracteriza Deus como um ser de amor, justiça e misericórdia, demonstra seu desejo de “prodigalizar seu amor que é ele mesmo” (RAHNER, 1970, p.55); assim como sua predileção pelo ser humano entre todos os seres criados por ele, constituindo-o seu “interlocutor” (RAHNER, 1970, p.57-58).

Tal postura de Deus nesse diálogo, exige do fiel uma atitude especial de ‘escuta’ para com a palavra vinda da parte de Deus – ato este muito superior ao simples ‘ouvir’, já que escutar é ouvir com atenção; e escutar tem como consequência o atender, enquanto o ouvir gera apenas uma tomada de consciência. Este dado é aquilo que dá origem a uma das orações mais comuns entre os judeus: “*Shemá Israel, Adonai Elohenú, Adonai Ehad!*” (Escuta Israel, o Senhor é nosso Deus, Um é o Senhor!¹³).

É dado importante nesta relação da fé judaica e cristã o fato de que, na Bíblia (na Palavra de Deus), o próprio Deus nomeia-se como um verbo de ligação no modo presente do indicativo, “Eu Sou aquele que É!” (Ex 3,13-14)¹⁴. Isso expressaria a

¹¹ Equivalem ao Antigo Testamento; com exceção dos livros deutero-canônicos de: Tobias, Judite, 1 e 2Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico e Baruc. Isto ocorreu pela deliberação do Concílio Judaico de Jâmnia (70 d.C.), segundo o qual a inspiração se limitaria entre o período de Moisés e o rei persa Artaxerxes. Todavia, como as edições da Tanakh utilizadas pelos primeiros cristãos, eram em grego (a edição dos 70 – Septuaginta), estes livros constavam na edição grega e acabaram entrando no Antigo Testamento (HARL; DORIVAL; MUNNICH, 2007, p.108.82).

¹² O termo Bíblia derivado da palavra grega *biblos* (βιβλος), podendo ser traduzida como ‘livro’.

É importante destacar que, por um princípio Teológico, o Cristianismo não gosta de ser chamado ‘religião do Livro’, como afirmou o Papa Bento XVI na Exortação Apostólica *Verbum Domini*, preferindo ser chamado de ‘religião da Palavra de Deus’, pois a extrema veneração que o Cristianismo dá às Escrituras não se dirige ao livro materialmente constituído, que em si é mudo e estático, mas ao Verbo, vivo e encarnado (VD 7). Também o Papa Francisco afirma que: “[...] nossa fé não tem no centro unicamente um livro, mas uma história de salvação e sobretudo uma Pessoa, Jesus Cristo, Palavra de Deus que se fez carne” (FRANCISCO, 2015).

¹³ Em hebraico: “שְׁמַע יִשְׂרָאֵל יְהוָה יְהוָה אֶחָד” (Dt 6,4).

¹⁴ Em hebraico Yahweh – יְהוָה = YHWH – em português, Javé.

revelação do desejo de Deus em relacionar-se como o homem; além de sua presença imutável – haja vista que o verbo em questão, o verbo ‘ser’, morfologicamente, tem sua origem no substantivo ‘essência’, que semanticamente refere-se àquele ou àquela coisa que existe de fato e/ou tem realidade em si.

O que torna ainda mais conveniente a relação que existe entre o estudo da linguagem e a utilização de um verbo de ligação para o nome de Deus, é o fato de que, sob o ponto de vista morfológico, um verbo de ligação é necessariamente um verbo “que estabelece relação” (FARACO, 2007, p.396)¹⁵, nada tão estranho àquilo que cristãos e judeus compreendem pela atuação de Deus.

Partindo de uma perspectiva sintática é interessantíssimo o fato de todo verbo de ligação ser marco sinalizador de um predicativo do sujeito, que normalmente é expresso por um adjetivo¹⁶. Os adjetivos têm por função especificar (ou individualizar) ainda mais os seres a que estes se referem, existindo devido à sua capacidade de promoverem relações. A Bíblia, diferentemente de como a Filosofia fez, ao falar de Deus vai referir-se a seus adjetivos, levando em conta a crença de que os seres humanos não podem conhecer a divindade em sua essência (em sua realidade mais íntima); e, tudo o que é possível ser dito de/sobre Deus na Bíblia, será fruto de uma relação com Ele (algo que este se lho fez ou deixou de fazer).

É por isso que, para confirmar sua procedência divina, Jesus teve que dizer: “Se não faço as obras de meu Pai, não acrediteis em mim; mas se as faço, mesmo que não acrediteis em mim, crede nas obras, a fim de conhecerdes e conhecerdes sempre mais [...]” (Jo 10,37-38). Inclusive o método utilizado na escolástica¹⁷ para estruturar o conhecimento sobre Deus (teologia), chamado analógico¹⁸, valeu-se muito dos adjetivos da divindade.

¹⁵ Além do verbo ‘ser’, também são verbos de ligação os verbos: estar, permanecer, continuar, tornar, ficar e parecer; verbos utilizados por Jesus para falar de sua missão: “permaneçei em mim [...], não podeis dar fruto se não permanecerdes em mim” (Jo 15,4); “ficai e vigiai comigo” (Mt 26,38); “vinde a mim, vós todos que estais aflitos sob o fardo, e eu vos aliviarei” (Mt 11,28); dentre outras passagens.

¹⁶ “Uma classe de palavras variável que expressa característica, qualidade, estado, e/ou aparência dos seres” (FARACO, 2007, p.222).

¹⁷ Método de pensamento e ensino muito utilizado entre os anos 1100 e 1500; tendo como grande representante o filósofo e teólogo Santo Tomás de Aquino (1225-1272).

¹⁸ O método analógico foi muito utilizado do início da Idade Média, até meados do século XX.

2.1.1 Deus e a ato criador

A revelação de Deus como sendo aquele que criou todo o universo, e, portanto, Senhor da vida e da existência humana, é o ponto de partida da comunicação empreendida por Deus na Bíblia. Destaca-se neste relato (nesta comunicação) o fato de que Deus usa unicamente o poder de sua palavra para fazer com que as coisas começassem a existir. Com apenas dez palavras, com dez ordens “faça-se”, Deus a tudo fez. Aqui temos a primeira das dez sentenças: “*Vayomer Elohim yehi-or vayehi-or*” (Gn 1,3) - disse Deus: faça-se a luz e a luz se fez!.

Já no início da Revelação se expressa uma primeira relação entre Deus e a linguagem. Tudo aquilo que Deus diz acontece, de modo que toda a potencialidade do ‘agir’ de Deus é expressa unicamente através de sua Palavra. Nessas sentenças linguísticas os verbos estão flexionados no modo imperativo, evidenciando seu poder sobre o cosmo; havendo sempre uma concordância entre o que ele pensa, o que diz, e o que acontece. É esta certeza que o profeta Isaías transmite ao assim falar sobre Deus: “Tal como a chuva e a neve caem do céu e para lá não voltam sem ter regado a terra [...], assim acontece à palavra que minha boca profere: não volta sem ter produzido seu efeito, sem ter executado minha vontade e cumprido sua missão” (Is 55,10-11).

Se, então, Deus manifesta sua vontade através de suas palavras, ao fiel cabe prestar atenção àquilo que Deus têm a lhe dizer. Este é um dado que explica o fato de os livros dos Salmos, Provérbios, Sabedoria, Eclesiástico e Eclesiastes¹⁹ focarem tanto o substantivo ‘palavra’ e o verbo ‘escutar’; e os livros dos profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel, Amós, Abdias, Miquéias, Jonas, Sofonias, Habacuc, Naum, Ageu, Zacarias e Malaquias, trazerem por 376 vezes o termo ‘oráculo²⁰ do Senhor’. Decorre disso que o fiel assuma uma condição de dependente de Deus e o coloca em uma postura de vigília constante para saber escutá-lo, o que se vincula ao fato de o *Shemá*²¹ dever ser continuamente repetido pelo fiel judeu.

¹⁹ Ambos fazendo parte da Tanakh e da Bíblia (no Antigo Testamento).

²⁰ Oráculo é uma resposta dada pela divindade a quem a consulta; ou simplesmente a comunicação feita pela divindade à humanidade.

²¹ Esta é a oração mais comum entre os judeus, e que em hebraico significa escuta.

A postura do fiel como aquele que escuta, e atende, marca o fato de nunca faltarem nas sinagogas judaicas e nas igrejas cristãs a leitura dos textos sagrados, que são a letrificação da palavra de Deus (de seu poder ou potência)²².

2.1.2 Deus e o diálogo com o homem

Segundo a Bíblia, quando Deus cria o mundo, o homem é criado somente no último dia (de seis dias), como se tudo tivesse sido feito para o homem e/ou que o homem é a obra prima²³ desta sua criação. Tal relato expressa a certeza de que por mais que os homens busquem a Deus, é sempre Ele quem toma a iniciativa do contato, o que viria acontecendo desde o princípio; desejando que o homem existisse para que pudesse se relacionar com ele.

Mas esta existência não é uma existência qualquer, pois os demais animais criados também existem, entretanto, somente o homem é descrito como existindo à imagem de Deus²⁴, como um reflexo fiel ou um desejo de igualdade (ou proximidade) para consigo, já que este reconhecimento é o primeiro dos critérios para um verdadeiro diálogo. Disso se pode concluir que a compreensão de Deus como comunicador se dá pelo fato de Ele não comunicar-se somente por meio de palavras verbalmente pronunciadas, mas também através de suas ações, de seus feitos, que agiriam como que sinais (símbolos) pelos quais indiretamente Ele se manifesta e se dá a conhecer.

São Basílio de Cesaréia, seguindo esta mesma lógica, de que Deus se comunica por meio de todas as suas obras, afirma ao estudioso das coisas de Deus: “[...] todo o universo deve ser para ti como livro escrito para proclamar a glória de Deus” (BASÍLIO DE CESARÉIA, 2012, p.64). Também Santo Agostinho confirma esta teoria, dizendo que Deus escreveu dois livros sagrados, pelos quais ele se comunica com os homens, um deles é a Bíblia e o outro é a natureza; o primeiro,

²² “Porque a palavra de Deus é viva, eficaz, mais penetrante do que uma espada de dois gumes e atinge até a divisão da alma e do corpo, das juntas e medulas, e discerne os pensamentos e intenções do coração” (Hb 4,12).

²³ Tal compreensão de uma existência privilegiada do homem pode ser feita pela constatação do relato bíblico de que, quando Deus o cria, diferentemente das demais criaturas, as quais vê que eram boas, o vê como muito bom; e por fim, após criar-lo, Deus lhe dá ordem de crescer, multiplicar-se e dominar a terra (Gn 1,10.12.18.21.25.31; 1,28).

²⁴ “Façamos o homem a nossa imagem e semelhança [...]. Deus criou o homem a sua imagem e semelhança; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e mulher” (Gn 1,26-27).

pela fé e pela razão, completa no homem aquilo que o segundo, pelos sentidos e sentimentos se chega a conhecer.

Mais recentemente o Papa Francisco, em sua encíclica *Laudato Si'*, afirmou que “todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós” (LS 84), e que no grande livro do universo, escrito por Deus, as letras são representadas pelos diversos seres existentes (LS 85).

Esta mesma verdade pode ser abstraída na descrição do diálogo entre Deus e Moisés, que pediu para vê-lo face-a-face, ao que Deus teria respondido: “não poderás ver a minha face [...] (mas, depois que passar,) me verás pelas costas! (Ex 33,20.23)”²⁵, dando a compreender que os homens, mesmo não vendo a Deus face-a-face, o conhecerão por aquilo que ele fez e faz (por seus sinais, suas obras); por seus adjetivos; pela palavra.

Na verdade, toda a Tanakh (e a Bíblia), será, para judeus e cristãos, o testamento deste desejo que Deus viria desenvolvendo na história humana, de comunicar-se com a humanidade. Diretamente ou por mediadores (chamados de profetas) Ele diz o que espera dos homens; dá recomendações de como eles devem agir e do que não devem fazer; os julga, condena e rompe o vínculo quando o desobedecem. E por meio das preces e súplicas dos homens, lhes concede misericórdia e reata sua relação (muito bem expressa pelo termo aliança, que implica reconhecimento de igualdade entre as partes e de mútua responsabilidade).

Para os judeus o auge da comunicação de Deus com os homens se deu na Páscoa (ocasião na qual, segundo os relatos da Bíblia, Deus libertou o povo judeu da escravidão no Egito, os fazendo atravessar o Mar Vermelho) e na entrega das Tábuas da Lei (os Dez Mandamentos); sendo que para estas últimas, de tão sagradas, foi-lhes construído um relicário, chamado de Arca da Aliança (Ex 25,10-16), e que motivou a construção de um grandioso templo (o Templo de Jerusalém – 1Rs 3,1-3; 5,3.5-7)²⁶ para que fosse guardada e venerada²⁷ pelo povo.

²⁵ Pelas costas refere-se ao fato de que o fiel sabe quem é Deus observando sua trajetória, o modo como ele historicamente vem agindo na vida deste, nas obras realizadas no passado. Tal tese é defendida pelo Doutor em Teologia Bíblica Frei Ildo Perondi, em seu livro: **Me verás pelas costas:** Curso bíblico sobre o Antigo Testamento. São Leopoldo: Oikos, 2008.

²⁶ Segundo os relatos bíblicos, o primeiro Templo foi construído pelo rei Salomão, no século XI a.C.; mas foi destruído pelo rei persa Nabudonosor II, em 586 a.C.. O segundo Templo foi construído no mesmo lugar que o primeiro, no ano 535 a.C. (Esd 5,9-15), mas foi destruído pelos romanos no ano 70 d.C. e nunca mais foi reconstruído; em seu lugar, hoje, se encontra a Mesquita do Domo da Rocha, motivo de rivalidade entre Judeus e Muçulmanos.

²⁷ O conceito venerar aqui refere-se ao respeito e ao carinho, cuidado especial como o que povo de Israel via e tratava as Tábuas da Lei, sinal do amor de Deus para com eles.

Estas Tábuas da Lei são consideradas sagradas por judeus e também por cristãos, pelo fato de serem a expressão de síntese, em palavras, da vontade de Deus para com os homens (como que orientações para que possam viver uma vida digna e santa). O momento da recepção destas Tábuas por Moisés é assim descrito: “Tendo o Senhor acabado de falar a Moisés sobre o monte Sinai, entregou-lhe as duas tábuas do testemunho, tábuas de pedra, escritas com o dedo de Deus. [...] Eram obra de Deus, e a escritura nelas gravada era a escritura de Deus” (Ex 31,18.32,16); e juntamente com as Tábuas foram transmitidas recomendações que deveriam ser repassadas a todo o povo:

“Gravai, pois, profundamente em vosso coração e em vossa alma estas minhas palavras; prenderás às vossas mãos como um sinal, e levarás como uma faixa frontal entre os vossos olhos. Ensinai-as aos vossos filhos, falando-lhes delas seja em vossa casa, seja em viagem, quando vos deitardes ou levantardes. Escreve-as nas ombreiras e nas portas de tua casa, para que se multipliquem os teus dias e os dias de teus filhos na terra que o Senhor jurou dar a teus pais, e sejam tão numerosos como os dias do céu sobre a terra.” (Dt 11,18-21).

Talvez esta última recomendação do Deuteronômio, de que os fiéis nunca deveriam se esquecer das palavras ditas por Deus, seja o ponto primordial para o desenvolvimento desta íntima relação que Judaísmo e Cristianismo terão com a linguagem, especialmente a linguagem verbal. Não sendo a toa que a compilação dos textos que foram escritas tendo este “fato” por referência, e que trazem estes relatos e dos feitos ocorridos anteriormente²⁸, que irão descrever esta comunicação de Deus com a humanidade, será chamada de Palavra de Deus (ou Palavra do Senhor).

2.1.3 A grande comunicação do Deus cristão

Especificamente falando sobre o Cristianismo, na compreensão dos cristãos, Deus, na Pessoa do Filho, Jesus, é descrito como sendo aquele pelo qual o Pai criou o mundo (a Palavra Criadora) e que é o conteúdo da Revelação, “A Palavra Substancial de Deus” (SESBOUÉ; THEOBALD, 2006, 425) - Esta mesma verdade é assim expressa na Celebração Eucarística: “Ele é a vossa *Palavra viva, pela qual tudo criastes*” (oração eucarística II)²⁹. Jesus é aquele do qual a vida já estava

²⁸ Inclusive os que se referem a criação do mundo.

²⁹ A Oração Eucarística é a oração pronunciada pelo Presbítero ou Bispo da Igreja Católica, e tem por função recordar a ação de Deus na história do homem; fazer memória do sacrifício de Jesus na Cruz

previsto desde a fundação do mundo (Ef 1,5-6; 3,9; Cl 1,26), para relacionar-se de modo mais íntimo com a humanidade: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio junto de Deus. Tudo foi feito por meio dele, e sem ele nada foi feito de tudo o que existe [...]. E o Verbo se fez carne e habitou entre nós [...]” (Jo 1,1-3.14).

Como palavra, Jesus não é qualquer palavra, o substantivo grego usado para designar este termo foi *Logos* (*λογος*³⁰, ao que poderia ser *Mythos* (*μυθος*), pois também este substantivo tem o mesmo significado que o anterior; porém, *Mythos* é a palavra fraca e *Logos* é a palavra forte (traduzida por Verbo). Posteriormente à confecção dos Evangelhos e ao contato do cristianismo com a Filosofia, Jesus também passou a ser compreendido como o Pensamento ou a Sabedoria³¹ divina. O que, segundo Karl Rahner, expressaria a veracidade e a “possibilidade (da parte de Deus) de expressar-se historicamente a si mesmo e em si mesmo para nós” (1989, p.257).

Tudo isto vai aproximando as relações entre o Cristianismo e a linguagem, e será a tônica da vivência da fé dos cristãos, especialmente naquele momento que é considerado como o ápice de sua manifestação e da comunicação de Deus com a humanidade, a liturgia da Celebração Eucarística³².

Os evangelhos escritos por Lucas e João serão aqueles que mais irão utilizar esta relação entre Jesus e a linguagem³³. Lucas mostrará Jesus cumprindo os oráculos, tal como quando foi tentado no deserto: “(Ao que) Jesus respondeu: Está escrito: Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra de Deus!” (Lc 4,4); ou realizando milagres pela força de sua palavra, como quando: “(foi inquirido por um leproso, ao qual) Jesus estendeu a mão, tocou-o e disse: Eu quero; sê purificado! No mesmo instante desapareceu dele a lepra” (Lc 5,13), ou “(quando disse ele ao paralítico), eu te ordeno: levanta-te, toma o teu leito e vai para tua casa. No mesmo instante, levantou-se ele à vista deles, tomou o leito e partiu para casa, glorificando a

e de sua entrega na última ceia, a seus discípulos; bem como, suplicar a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Jesus. Existem 14 Orações Eucarísticas aprovadas para a Igreja no Brasil.

³⁰ Foi a partir do filósofo Heráclito que o termo *Lógos* passou a ser utilizado como sinônimo de conhecimento.

³¹ É devido a este título de Jesus que a mais famosa igreja cristã ortodoxa foi dedicada a Sagrada Sabedoria (*Hagia Sophia*), em Constantinopla – hoje Istambul.

³² Por detrás desta afirmação está o axioma “*ex opere operato*”, pelo qual se reconhece a eficácia imediata daquilo que se celebra pela força do ato realizado, das palavras pronunciadas (MD 23-24), de modo que aquilo que se reza de fato ocorre na/por meio da ação litúrgica realizada validamente.

³³ É o evangelista João o que chamará Jesus de o *Lógos* (o Verbo) de Deus (Jo 1,1-3.14).

Deus” (Lc 5,24-25). Colocando, inclusive, na boca de um não judeu, tido como infiel, este reconhecimento: “Senhor, não te incomodes tanto assim, porque não sou digno de que entres em minha casa; [...] mas dize somente uma palavra e o meu servo será curado” (Lc 7, 6-7)³⁴. João, por sua vez, o identificará com a Palavra criadora de Deus (a força com/pela qual Ele fez a tudo), como aquele que é o “aquele que É” (Ex 3,14).

E como todo bom verbo de ligação, que indica a presença de um predicativo do sujeito, Jesus, ressaltando seu vínculo (sua relação e comunicação) com a humanidade, dirá: “**eu sou** manso e humilde de coração” (Mt 11,29), para salientar a proximidade de Deus com o povo, e o quanto ele se preocupa com todos; “**eu sou** o pão da vida” (Jo 6,35), lembrando a dependência existencial que os homens tem para com Deus; “**eu sou** a luz do mundo” (Jo 8,12), para falar de seu esplendor e onipotência; “**eu sou** a porta” (Jo 10,9), apresentando-se como único mediador verdadeiro entre Deus e os homens; “**eu sou** o bom pastor” (Jo 10,11), ressaltando sua bondade; “**eu sou** o caminho, a verdade, e a vida” (Jo 14,6), para falar que não há como fugir dele na busca de um viver autenticamente; de modo que a tradição cristã, por vezes, ao referir-se à Jesus o tratará por um destes adjetivos.

Jesus é verdadeiramente Deus para os cristãos, e para uma perfeita compreensão de quem ele é e de sua mensagem (que era ele mesmo³⁵), escolheu doze pessoas que incumbiu ir a todas as nações (Mc 16,15). Estes doze começaram a ser chamados de apóstolos (ἀποστειλεῖν - Lc 6,13), um substantivo utilizado para designar os enviados portadores de boas mensagens vindas da parte do imperador. E a mensagem que estes apóstolos transmitiam era a boa mensagem da parte de Deus – em grego *euangelion* (εὐαγγέλιον), dando origem ao substantivo evangelho.

A princípio, a ‘boa mensagem’ dos apóstolos era apenas transmitida sob um estilo oral e popular, intercalando feitos de Jesus e outras passagens bíblicas e conflitos das comunidades (BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, 1990, p.18-19). Mas,

³⁴ Tal reconhecimento é tão importante que esta aclamação é repetida em todas as celebrações eucarísticas, antes da recepção da eucaristia.

³⁵ Ao que o Apóstolo Paulo, em uma de suas cartas vai dizer: “A ele é que anunciamos, admoestando todos os homens e instruindo-os em toda a sabedoria, para tornar todo homem perfeito em Cristo. Eis a finalidade do meu trabalho, a razão por que luto auxiliado por sua força que atua poderosamente em mim” (Cl 1,28-29); ou “Cristo não me enviou para batizar, mas para pregar o Evangelho, [...]. Os judeus pedem milagres, os gregos reclamam a sabedoria; mas nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos; mas, para os eleitos - quer judeus quer gregos -, força de Deus e sabedoria de Deus (1Cor 1,17. 22-24).

como dizia o ditado latino: “*verba volant, scripta manent!*” (as palavras voam, a escrita permanece!), entre os anos 60 e 100 d.C. a mensagem de Jesus e sua vida foram transcritas, sendo que apenas os livros que continham uma visão abrangente desta, que tinham ligação direta com um dos apóstolos e que eram os mais lidos nas comunidades, foram os que entraram para o cânon do Novo Testamento³⁶ e deram origem aos quatro Evangelhos que se tem hoje.

Como Jesus é o Verbo (a Palavra Forte³⁷) de Deus, e como sua mensagem foi transcrita, pelo menos aquilo que foi considerado como o mais importante dela³⁸ (mais uma evidência de que não existe neutralidade na linguagem), é de se imaginar que os primeiros cristãos identificaram os Evangelhos com o próprio Jesus, de modo que o livro contendo os quatro Evangelhos (o Evangeliário) passou a ser chamado de santo e/ou sagrado e venerado pelos cristãos (normalmente com um beijo³⁹); além de ser utilizado pelos ministros sagrados para abençoar os fiéis, após sua leitura nas celebrações, como que portador de um poder divino (uma *dynamis* - δυναμις).

2.2 A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA PARA A FÉ

Como bem exprimiu a Constituição Dogmática *Dei Verbum*: “(Deus se revela por meio de palavras e obras, estas) manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido” (DV 2). Esta certeza nos convida a reconhecer que Deus quis e ainda hoje quer se relacionar com a humanidade. Entretanto, isto não se dá de modo direto, mas através de sinais, sejam eles o mundo criado, ou a linguagem humana (DV 12). Mesmo a boa nova do Evangelho, transmitida por Cristo e confiada aos Apóstolos, é marcada por esse critério (DV 5-

³⁶ O termo cânon do novo testamento, bem como cânon do antigo testamento, referem-se aos livros reconhecidos pelos cristãos como tendo sido inspirados por Deus. Tal lista de livros foi determinada pelo, de uma vez por todas, pelo Concílio de Trento (1545-1563); porém, já Santo Agostinho apresenta um lista com estes livros que seriam canonizados pelo Concílio de Trento, além de apresentar os critérios observados para declara-los canônicos (AGOSTINHO, 2011, p. 95-97).

³⁷ E sobre seu anuncio e sobre si mesmo disse: “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não passarão” (Mt 24,35; Mc 13,31; Lc 21,33).

³⁸ Como descreveu o evangelista João: “Jesus fez ainda muitas outras coisas. Se fossem escritas uma por uma, penso que nem o mundo inteiro poderia conter os livros que se deveriam escrever” (Jo 21,25).

³⁹ Tal gesto de veneração é ainda praticado por Diáconos, Presbíteros e Bispos, ao término da leitura dos Evangelhos nas celebrações (IGMR 134. 175. 262).

8), já que “as palavras humanas em que a fé é enunciada nunca apreendem por inteiro aquele conteúdo que chega até a eternidade [...]” (RATZINGER, 2008, p.81).

São, ainda, vários os testemunhos na história da Igreja (santos padres e magistério) de que para compreender as verdades da Fé presentes nas Sagradas Escrituras, não basta uma sua leitura superficial e literal. Santo Agostinho faz duras críticas àqueles que tratam a Palavra de Deus (as Sagradas Escrituras) com misticismo ou um fundamentalismo irracional, dizendo: “Sob a servidão do sinal vive quem faz ou venera uma coisa simbólica sem saber o que ela significa” (2011, p.163); e ainda:

Há pessoas que as leem (as Escrituras) e não as aprofundam. Leem para reter de cor, mas não cuidam de as entender. Sem dúvida, de longe é preferível que retenham menos de memória as palavras, mas que com os olhos do coração, aprofundem o coração delas (das Escrituras) (AGOSTINHO, 2011, p.163).

É por esse motivo que Santo Agostinho defende um estudo criterioso das Escrituras, que não se deixa limitar pela dimensão humana da Revelação, que, por sua limitação, esconde o mistério (2011, p.99), apontando, entretanto, a algo maior (2011, p.85-86). E para vencer esta limitação e assim atingir o sentido pleno da mensagem de Deus, recomenda o conhecimento do hebraico e do grego:

Para combater a ignorância dos signos próprios, o grande remédio é o conhecimento das línguas. O conhecedor da língua latina, a quem pretendemos instruir neste momento, necessitam, para chegar a conhecer a fundo as divinas escrituras, de suas outras línguas, a saber, o grego e o hebraico. Elas lhes permitirão recorrer aos exemplares mais antigos, no caso em que a infinita variedade das traduções latinas lhes traga alguma dúvida. [...] Só quando a nossa compreensão estiver purificada é que a nossa visão ficará estreitamente unida à verdade (AGOSTINHO, 2011, p.100.102).

Santo Hilário de Poitiers dizia da debilidade da língua humana, de sua equivocidade e da constante necessidade de ir além do texto; tentando abarcar a possível intencionalidade do autor:

A linguagem humana sucumbe, e as palavras não o explicam tal como é (a natureza de Deus). [...]. O que é inefável não encontra, de modo algum, palavra que o exprima e o que é espiritual é diferente da imagem e dos exemplos tirados das coisas corpóreas. [...]. (Sendo necessário) estudar o sentido das palavras, pois, quando não há dúvida sobre as palavras, pode ser entendido o seu sentido (2005, p.58.99.161).

São Basílio de Cesaréia, já em sua época, alertava contra a pretensão de querer circunscrever as realidades sobre Deus, contidas nas Sagradas Escrituras, aos conceitos humanos: “(Deus) é intangível, invisível e foge à percepção de teu espírito. Nem o tamanho o delimita, [...] nem o demarco o tempo [...]. Nada acontece

em Deus de modo idêntico ao que sucede conosco” (2012, p.46-47). Consciente, então, da dificuldade em decifrar aquilo que estava presente nas Sagradas Escrituras, diz: “Se te parece incompleto, nada impede de te entregares com diligência à pesquisa, e aumentar teus conhecimentos apresentando novas perguntas [...]” (2012, p.187); quase que conclamando aqueles que viriam depois dele, a, se possível, também darem sua contribuição com tal pesquisa.

É, então, reconhecido pelo Magistério da Igreja e pela Tradição que, para compreender as verdades da fé contidas nas Sagradas Escrituras, é necessário o exercício da inteligência humana e o auxílio da graça divina. E se, por nossas próprias forças, vemos mas não enxergamos, ouvimos mas não escutamos (Mt, 13,13-15; Lc 8,10; Jo 12,40; Rm 11,8), não basta estudar as Sagradas Escrituras unicamente sob o ponto de vista da razão humana, é necessário contar com o complemento da fé, do *sensus fidei*⁴⁰; pois, sem a contribuição de Deus, sem a graça, nada podemos fazer (Jo 15,5).

O que de modo algum significa uma adesão cega às verdades da fé (DZ 3010), pois a verdade deve ser buscada de modo livre (DH 3), mas o reconhecimento de que tratar as Escrituras como um simples texto literário ou científico seria realizar “um tipo de operação que é contra o espírito desse texto” (REALE; ANTISERi, 1990, p.377). A Igreja, nesse contexto, figura como aquela a quem a fé e as Escrituras foram confiadas, sendo “guarda e mestra da palavra revelada” (DZ 3012), e a que tem a interpretação definitiva (SESBOUE; THEOBALD, 2006, p.446).

Decorre daí o reconhecimento e a admissão de que é impossível fazer verdadeira Teologia sem estar em sintonia com a Igreja. Na ciência de que “os enunciados da fé não resultam de uma investigação puramente individual e de um livre exame da Palavra de Deus, mas constituem uma herança eclesial” (DVe 38). E, se por natureza a fé é um crer com toda a Igreja (RATZINGER, 2008, p.81), e se a fé

⁴⁰ O *sensus fidei* é não apenas reativo (não age somente por reação), mas é proativo e interativo (movendo e indo ao encontro do novo e do diferente). Também não é só retrospectivo, mas prospectivo (SF 70); está ligado à virtude da fé, dessa mesma fé decorre e é uma propriedade sua (SF 49). É “capacidade ativa de discernimento espiritual, uma intuição formada pelo culto divino e pela vida em comunhão”; e seu exercício contribui para a formação do *sensus fidelium* (CIACR, 1999, p.32 – nº29). “O *sensus fidelium* não significa simplesmente a opinião da maioria em um determinado tempo ou cultura, nem é apenas uma afirmação secundária em relação com o que vem primeiro ensinado pelo Magistério. O *sensus fidelium* é o *sensus fidei* do povo de Deus na sua totalidade, obediente à Palavra de Deus e guiado nos caminhos da fé por seus pastores. Assim, o *sensus fidelium* é o sentido da fé que está profundamente enraizada no povo de Deus, que recebe, compreende e vive a Palavra de Deus na Igreja” (TH 34).

da Igreja, da Comunidade, é anterior e precede a fé dos indivíduos (CIACR, 1999, p.29 – nº23), “[...] o teólogo que não está em sintonia com o ‘*sentire cum Ecclesia*’⁴¹, se põe em contradição com o compromisso livre e conscientemente assumido por ele, de ensinar em nome da Igreja (SaC 27)” (DVe 37).

Tanto os Concílios Vaticano I quanto o Vaticano II não negam haver possibilidade para que a fé e a razão possam atuar juntas. A Constituição Dogmática *Dei Filius* deixa claro que “[...] ainda que a fé esteja acima da razão, jamais pode haver verdadeira desarmonia entre uma e outra, (já que) o mesmo Deus que revela os mistérios e infunde a fé, dotou o espírito humano da luz da razão [...]” (DZ 3017). Por sua vez a Constituição Dogmática *Dei Verbum* professa que: “(A Deus) se pode conhecer com certeza pela luz natural da razão a partir das criaturas (Rm 1,20); [...] mesmo na presente condição do gênero humano” (DV 6).

Não menos importante é a reflexão que encontramos na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que para aumentar o intercâmbio entre a cultura dos povos e a fé, reconhece que a Igreja necessita do auxílio de outros sistemas, como, aliás, o fez “desde o início de sua história” (GS 44). Porém, julgados “[...] à luz da palavra divina, para que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado” (GS 44).

Mais recentemente, também o Papa Francisco se manifestou sobre esta necessidade de um fazer teológico e de uma exegese bíblica que estejam em sintonia com a Igreja: “A interpretação das Sagradas Escrituras não pode ser unicamente um esforço científico individual, mas deve ser sempre confrontada, inserida e corroborada pela tradição viva da Igreja” (FRANCISCO, 2015). Corroborando aquelas palavra ditas pelo Cardeal Joseph Ratzinger (o Papa Bento XVI):

A voz da teologia é dependente da voz da fé, e está relacionada com ela. Teologia é interpretação, e tem que continuar sendo interpretação. Mas quando ela deixa de interpretar para, por assim dizer, atacar e modificar a substância, para dar a si própria um novo texto, então ela deixa de subsistir como Teologia. Pois já não interpreta mais coisa alguma, e sim fala por si própria. (RATZINGER, 2008, p.81).

Também na Encíclica *Lumen Fidei* o Papa Francisco afirma categoricamente que “a teologia é impossível sem a fé [...]. Além disso, a teologia partilha a forma eclesial da fé; a sua luz é a luz do sujeito crente que é a Igreja” (LF 36). Ao que se conclui que quando a Teologia e os estudos das Sagradas Escrituras se vêem

⁴¹ Em português: Sentir com a Igreja.

privados desta luz, seria impossível auscultar e vislumbrar a verdade⁴². Anteriormente, fazendo referência a São Boaventura, o Papa Bento XVI reapresenta a fé da Igreja como a “lanterna” que guia o estudioso das Sagradas Escrituras em sua leitura, a fim de que este não se perca no que é seu e esqueça ou menospreze aquilo que é da parte de Deus (VD 29).

É nesta linha de cooperação, de auxiliares à fé da Igreja, que o documento **A Interpretação da Bíblia na Igreja**, da Pontifícia Comissão Bíblica, falou sobre os métodos advindos das ciências e da filosofia na interpretação das Sagradas Escrituras⁴³. O documento salientou que tal colaboração se faz importante pelo próprio papel que os textos bíblicos e as verdades neles contidas, tem para a fé cristã; mas, mais especialmente, pelo fato de que os textos nelas encontrados, estão entre vinte e cinco a trinta séculos de distância da atualidade, tornando mais difícil sua interpretação (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.31-32).

Diferentemente daquilo que desde algum tempo se difunde, a Igreja (a Fé) e as Ciências não estão em batalha, e isto fica um pouco mais evidente pelo simples fato de que para bem compreender e interpretar as Sagradas Escrituras, a Igreja não se constrange em reconhecer a importância das teorias científicas de interpretação, sempre em vista de

‘valorizar todas as riquezas contidas nos textos bíblicos, a fim de que a Palavra de Deus possa tornar-se sempre mais o alimento espiritual dos membros de seu povo, a fonte para eles de uma vida de fé, de esperança e de amor, assim como uma luz para toda a humanidade (DV 21)’ (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.36).

É sob a perspectiva do auxílio, do contributo, que nosso trabalho, ao buscar fazer Teologia, irá se valer das Ciências e dos métodos científicos. Colocando-os como ferramentas em vista de uma maior e mais ampla compreensão da fé; devendo estar subordinados a ela, e nunca absolutizados ou colocados como fonte primeira de verdade. Em outras palavras:

é importante sublinhar que a utilização pela teologia de elementos e instrumentos conceituais oriundos da filosofia ou de outras disciplinas, exige um discernimento cujo princípio normativo último é a doutrina revelada. É ela que deve fornecer os critérios para o discernimento destes elementos e instrumentos conceituais, e não vice-versa (DVe 10).

⁴² Já que a fé é escuta e visão (LF 37).

⁴³ O próprio Martinho Lutero, no século XVI já dizia: “Estou persuadido de que sem perícia em literatura, a teologia genuína não pode permanecer... A notável revelação da Palavra de Deus nunca ocorreria se em primeiro lugar ele não tivesse preparado o caminho mediante a redescoberta das línguas e ciências” (in: BALDWIN, 2008, p.13).

Pois estamos cientes de que “em qualquer parte onde se encontre, (a Verdade) é propriedade do Senhor” (AGOSTINHO, 2011, p.116), e de que encontrar o Senhor fora da obediência (à fé, à Igreja) significa perdê-lo, como bem destacou o Papa João Paulo I (JOÃO PAULO I; JOÃO PAULO II, 2005, p.82).

3. O MÉTODO

Tendo apresentado nossos pressupostos teóricos; neste momento de nosso trabalho procuraremos apresentar aquele que será o método que iremos utilizar na análise do Livro de Ester – sendo este nosso objeto material e aquele nosso objeto formal. Por tratar-se de uma pesquisa científica que é feita de um lugar específico, diz-se, de uma pesquisa da Teologia, que tem a fé cristã católica em seu fundamento, nossa explanação sobre o método que utilizaremos se iniciará pelas motivações vindas dessa mesma fé.

Ciente desse estreito vínculo que existe entre a Teologia (em nosso caso no estudo das Sagradas Escrituras) e a Linguagem, a Igreja Católica, orientada pelo documento **Interpretação da Bíblia na Igreja**, da Pontifícia Comissão Bíblica⁴⁴, reconhece ser de extrema importância o auxílio de várias ciências, dentre elas as ciências da linguagem. Essa contribuição, como nos diz Fitzmyer (1997, p.37), juntamente com outros métodos já existentes e utilizados pela Igreja e pelos estudiosos das Sagradas Escrituras, ajudará a suplementá-los e aprimorá-los.

Referindo-se aos métodos das ciências da linguagem em vista da interpretação das Sagradas Escrituras, o documento da Pontifícia Comissão Bíblica, os chamará de “novos métodos de análise literária” (1993, p.46). E dentre esses ‘novos métodos’ dará destaque a três: a análise retórica; a análise narrativa e a análise semiótica.

Antes mesmo de iniciar uma apresentação mais detalhada sobre alguns dos ‘novos métodos de análise’, o documento deixa claro que “nenhum método científico para o estudo da Bíblia está à altura de corresponder à riqueza total dos textos bíblicos” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.46), nem mesmo o método histórico-crítico. Deste modo, novos métodos surgem em vista de estudar e esclarecer alguns aspectos ainda obscuros ou relegados, nos estudos das Sagradas Escrituras.

a) ANÁLISE RETÓRICA: Mesmo não sendo novo o estudo da retórica (arte de compor discursos persuasivos), a Análise Retórica surge como inovadora devido

⁴⁴ A Pontifícia Comissão Bíblica é um órgão da Santa Sé, que auxilia o Papa em sua função de governar a Igreja, e tem por responsabilidade orientar os estudos referentes aos livros sagrados (à Bíblia). Aqui vale apresentar uma distinção entre Santa Sé e Vaticano; o Vaticano é um Estado soberano, que tem o Papa por seu chefe, por sua vez a Santa Sé é o órgão que, na Pessoa do Papa, governa a Igreja Católica Apostólica Romana. Deste modo, quem representa a Santa Sé representa o Papa, é o que acontece na ONU.

as atuais transformações que tal estudo vem sofrendo em seu método (chamada de “nova retórica”). A utilização deste método na interpretação da Bíblia se justifica pelo fato de seus livros terem em vista, também, a persuasão sobre a fé (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.33-34).

Para que se possa figurar um discurso retórico é necessário a constatação de um orador, um discurso, e um auditório. A “nova retórica” salienta o potencial da linguagem enquanto instrumento de comunicação, convencimento e persuasão, que são salientadas pelo contexto em que o discurso é proferido ou lido. Por isso, segundo Fitzmyer (1997, p.41), este método acaba tomando emprestado técnicas da linguística, semiótica, antropologia e sociologia.

b) ANÁLISE NARRATIVA: A análise e compreensão de como a experiência de fé de pessoas e do povo de Israel foi sendo relatada e testemunhada, compreende o método da Análise Narrativa. Seu objetivo é estudar as ferramentas utilizadas pelo autor da narração, capazes de “envolver o leitor no ‘mundo do relato’ e seu sistema de valores” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.51).

Algumas variações no método procuram destacar a presença de um autor real, aquele que escreveu o texto; de um autor implícito, que seria a imagem que o autor real produz de si no texto; de um leitor real, que seriam todos aqueles que no decorrer da história teriam, tiveram ou terão acesso ao texto; e de um leitor implícito, que é leitor que o autor pressupõe no momento da redação do texto.

Sob uma perspectiva propriamente teológica desse método em questão, se busca ressaltar o potencial da linguagem como instrumento para ‘contar a salvação’ (aspecto informativo) e de ‘contar em vista da salvação’ (aspecto existencial) (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.52).

c) ANÁLISE SEMIÓTICA: O estudo sobre o texto “tal como ele se apresenta ao leitor em seu estado final” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.54) é a característica da análise semiótica. Compreende, ainda, três princípios: da imanência do texto, não sendo necessário apelar para dados externos para compreendê-lo; da estrutura do sentido, pois busca estabelecer uma rede de relações entre os elementos que compõem o texto; da gramática do texto, pois, cada produção respeita um conjunto de regras internas próprias (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.54-56).

Na análise semiótica existem, também, três níveis de análise global: nível narrativo, que busca marcar as transformações e as diversas fases no interior do

percurso narrativo; nível discursivo, que procura identificar figuras, personagens, temáticas recorrentes no texto, e o modo como elas vão sendo desenvolvidas; nível lógico-semântico, que busca identificar “a lógica que gera as articulações fundamentais dos percursos narrativos e figuras de um texto” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p.56).

Nesta nossa pesquisa desejamos acrescentar a esse rol de métodos recomendados e empregados pela Igreja para a análise e compreensão das Sagradas Escrituras, outro método que se difere dos anteriores. Comparando-os com o que iremos propor, esse método consegue agrupar em si várias características dos anteriores: o reconhecimento do potencial comunicativo da língua; de seu poder de persuasão; de falar e diferenciar os papéis de autor e leitor, na produção de sentido do texto. Este método, a algumas décadas vem sendo utilizado pelas ciências da linguagem para o estudo dos usos da língua e, ao menos a partir daquilo que por nós foi possível constatar, após uma análise das publicações e das produções de teses e dissertações em algumas plataformas científicas⁴⁵, ainda não foi utilizado no âmbito da pesquisa Teológica. O método em questão é a Teoria da Enunciação, de Mikhail Bakhtin.

3.1 TENDÊNCIAS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS USOS DA LÍNGUA

A Teoria da Enunciação figura dentre os vários métodos (teorias) que existem no estudo do uso da língua (linguagem). Porém, antes de tratarmos especificamente sobre esse método que estamos propondo para a análise das Sagradas Escrituras, iremos apresentar algumas das tendências teóricas no estudo dos usos da língua, e assim apresentar onde a Teoria da Enunciação se localiza.

Essas tendências a que nos referimos anteriormente, podem ser reunidas em dois grandes grupos: um que promove uma desconexão teórica da língua (do texto) com o mundo social – FORMALISMO –; outro que, ao contrário, trabalha com a língua (o texto) socialmente situada - SOCIOLOGISMO.

A tendência formalista é aquela que estuda a linguagem como um dado constante e universal, pois a entende como presente em todos os seres humanos,

⁴⁵ Dentre as plataformas consultadas, elencamos: Plataforma Scielo; Redalyc; Bookzz; as Bibliotecas Digitais da PUCPR; PUCRIO; PUCSP; PUCRS; PUCCAMPINAS; da UNICAMP; da CVA-RICESU; da FAJE; a Biblioteca de teses e dissertações da USP; da Universidade Metodista; da Faculdade EST; do Pontifício Instituto Bíblico de Roma; junto a Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana; e ao Centro de Estudos Bíblicos.

algo proporcionado pela própria natureza (inato); com estruturas e regras tão simples e lógicas que podem ser sistematizadas e aplicadas a todo tipo de manifestação sua (sendo ela verbal ou não verbal). Assim, caberia à linguística (à ciência da linguagem) ora descrever, ora explicar (dependendo da linha de desdobramento desta tendência) os fenômenos linguísticos.

Os formalistas compreendem o texto como aquele que fala por si, haja vista que as mesmas estruturas linguísticas que estavam por detrás de seu autor, também atuam sobre o possível leitor. Ao não dar destaque para a dimensão social da linguagem, a tendência formalista não desmerece essa dimensão em detrimento da dimensão formal, mas assim o faz por acreditar ser impossível mensurá-la. Destacam-se nessa tendência, pensamentos como os de Platão, Gadamer, Saussure e Chomsky.

A tendência funcionalista, em seu modo de estudar a linguagem, não dá tanto enfoque às estruturas antropológicas que as formam, mas sim, enfoca o homem concreto (falante real) e as relações (sociais, culturais, religiosas, históricas etc.) envolvidas no fenômeno linguístico, que dão origem e sentido para que elas assim se manifestem, com toda a sua diversidade e dinamicidade. A tendência funcionalista vê o texto como necessitando de uma referência contextual (localização temporal, geográfica, cultural e etc.), para que possa ser compreendido em toda a sua amplitude. Destacam-se, sob esta tendência, os pensamentos de Aristóteles, Paul Ricoeur, Labov, Sapier-Whorf, Bakhtin, dentre outros.

3.1.1 Desdobramentos da Tendência Formalista

a) **ESTRUTURALISMO**: É tido como o marco inicial dos estudos científicos da linguagem, tendo surgido a partir da obra **Curso de Linguística Geral** de Ferdinand Saussure (uma compilação de anotações de aula de seus discípulos). O Estruturalismo compreende a língua como um sistema abstrato e a fala como sua concretização no falante; estudando-se com maior ênfase a relação existente entre cada elemento linguístico (signo) com o todo da comunicação (a mensagem que se pretendeu transmitir). Busca compreender a língua sob sua dimensão fonológica, morfológica e sintática – pela Gramática (ORLANDI, 2005, p.22).

Levando em conta que o texto fala por si mesmo, o Estruturalismo prescinde da dimensão cultural (social) e histórica, para realizar suas análises. Para não

realizar equívocos, tal análise parte de uma visão global, do conjunto dos elementos que compõem o texto para focalizar as partes.

b) GERATIVISMO: Elaborado por Noam Chomsky, o Gerativismo preocupa-se com o estudo e a elaboração de um conjunto limitado de regras capazes de descrever e explicar todo o tipo de construção linguística (estrutura sintática da sentença) (ORLANDI, 2005, p.38). O foco recai sobre a lógica, que estrutura e dá base para todas as línguas (a gramática gerativa). Para isto, partindo da compreensão da linguagem como inata, trabalha com a hipótese de um falante ideal, não levando em conta o uso concreto da fala e seus possíveis desvios (ORLANDI, 2005, p.39-41).

Apesar de se manter sob a mesma perspectiva que limita a compreensão do texto ao próprio texto, o Gerativismo busca não somente descrever as estruturas textuais, mas também explicá-las; criar regras que possam ser aplicadas a todas as situações nas quais seja possível identificar um padrão e uma repetição de sua ocorrência nos usos da língua.

3.1.2 Desdobramentos da Tendência Funcionalista

a) SOCIOLINGUÍSTICA: Para a Sociolinguística, a linguagem é efeito da sociedade. Portanto, seus estudos estão fortemente vinculados à comunidade na qual o falante está inserido. Como o indivíduo e a comunidade estão em constante movimento de transformação, o mesmo ocorrerá com a linguagem, cabendo à linguística estudar e sistematizar as variações existentes na língua.

Se a linguagem é produto da sociedade; para a compreensão de um texto (qualquer que seja o estilo literário), é necessário localizá-lo e levar em conta as variações: diatópica (segundo o lugar); diastrática (segundo a classe social); diafásica (segundo a idade); diacrônica (segundo o tempo), envolvidas não somente na confecção do texto, mas também que afetam a compreensão de seu leitor.

b) ETNOLINGUÍSTICA: Compreenderá a linguagem como produtora das estruturas sociais, pois, segundo seus estudos, a linguagem é o instrumento que não somente descreve, mas também pelo qual o ser humano organiza o mundo em que vive. Assim, cada modo distinto de organizar o mundo, surge (nasce) de um novo modo de comunicação (uso da linguagem).

Muito próxima da análise Sociolinguística, a Etnolinguística ressalta a figura do homem e seu *ethós*. Busca compreender o quanto as dimensões sociais interferem semanticamente na linguagem, e, conseqüentemente, no modo peculiar como determinado povo, ao utilizar a linguagem (verbal ou não), fortalece os laços sociais que o une. Estas interferências das dimensões sociais podem aparecer consciente ou inconscientemente expressas na produção literária.

c) SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM: Apresentando-se como a via do meio entre a Sociolinguística e a Etnolinguística, esta não vê separação entre as estruturas sociais e as manifestações da linguagem; vistas como em íntima relação. Se uma reforça e interfere na existência e formação da outra, a língua deixa de ser apenas um instrumento de transmissão de pensamentos e passa a ser compreendida como um mecanismo de transformação ou alienação.

Ao analisar um texto, sob esta perspectiva, a pergunta que o estudioso faz é: O que o autor quis dizer com estas palavras? Por isso, é proposto uma investigação do modo como o autor, conscientemente, se apropria da linguagem, selecionando determinados termos em detrimento de outros, para, assim, interferir na sociedade e expressar seu modo peculiar de ver o mundo.

d) PRAGMÁTICA: A Pragmática foca seus estudos na relação existente entre os signos da linguagem e seus usuários. Busca ampliar a compreensão que se tem da capacidade comunicativa existente nos signos e nas orações, apresentando a ideia de que também a intenção do falante ao comunicar-se, pode interferir no sentido final que este quis imprimir na mensagem. Por isso, o contexto e a intenção começam a figurar como importantes para uma verdadeira compreensão do que se quis comunicar.

Se, para a análise sob a perspectiva da Sociologia da Linguagem, ao defrontar-se com um texto se pergunta sobre o que o autor quis dizer, a análise Pragmática vai às raízes da motivação do autor, analisando os motivos (pressupostos teóricos) por detrás da intenção em comunicar-se, e comunicar-se daquele modo em específico (o que o autor pretendia ao dizer o que disse?).

e) TEORIA DA ENUNCIÇÃO: Faz uma distinção entre enunciado (o dizer em si, as palavras); o sujeito que produz o enunciado, o enunciador; aquele para o qual o enunciado se dirige ou que tem acesso a ele, o enunciatário; e a enunciação, aquilo que é produzido pela interação entre enunciador, enunciado e enunciatário. O

foco da teoria recai sobre essa relação da qual emerge a enunciação, dando especial ênfase ao enunciatário.

Para a Teoria da Enunciação a linguagem não é uma realidade neutra, pois sempre vem carregada de ideologias, tanto por parte do enunciador quanto por parte do enunciatário. Deste modo, uma análise sob o ponto de vista dessa teoria não pode se ater exclusivamente ao estudo do contexto de produção de enunciador e seu enunciado, mas requer que o enunciatário, o modo como ele se aproxima do enunciado e as circunstâncias nas quais esse é apresentado ao enunciatário, também sejam levados em conta.

3.2 APROFUNDANDO NOSSO MÉTODO – A TEORIA DA ENUNCIAÇÃO

Antes de adentrarmos ao método da Teoria da Enunciação vale fazer alguns esclarecimentos de ordem prática e metodológica. Quando aqui nos referimos à Teoria da Enunciação, nós o fazemos eminentemente a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin⁴⁶, cientes da existência de outros autores que também trabalham com tal método de estudo da linguagem⁴⁷. Nossa opção por Bakhtin se dá pelo fato

⁴⁶ Mikail Bakhtin (17 de novembro de 1895 — 7 de março de 1975) foi um filósofo e pensador russo, sendo profundo especialista na cultura e arte européia. Seus escritos sobre a linguagem humana são fonte de estudo para diversas disciplinas, que vão desde a crítica literária até a antropologia e psicologia. Suas principais fontes teóricas são o Formalismo Russo, a Psicologia Freudiana e o Marxismo. Cunhou alguns conceitos, como: dialogismo, polifonia, cronotopo, carnavalização dentre outros.

Formado em Filosofia e Letras pela Universidade de São Petersburgo. Escreveu **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, sua principal obra, escrita ainda na juventude, em 1929. Promovendo uma rica relação entre o materialismo dialético e a psicologia, aplicada à análise literária – com a contribuição do linguista Valentin Voloshinov (1895-1936) e do teórico literário Pavel Medvedev (1891-1938). Não menos importante é sua **Estética da Criação Verbal**, obra na qual é feita uma crítica sobre os mais importantes gêneros literários em vista da compreensão daquilo que é próprio do gênero romance; tido como um marco nos Estudos Literários.

Também são importantes as obras: **Freudismo; O método formal nos estudos literários; Problemas da poética de Dostoiévski**; e **Questões de Literatura e de Estética**.

Apesar de ter maior desenvolvimento na França, com autores como Émile Benveniste e Oswald Ducrot, o Brasil conta com um dos mais importantes grupos de estudiosos da teoria linguística que se desenvolveu a partir dos escritos de Bakhtin, tendo em Eni Orlandi e no grupo formado por ela em Campinas, na década de 70, o início desses estudos. Hoje, o grupo de estudiosas da enunciação, nos seus mais diversos ramos, é composto por autores como: Carlos Alberto Faraco, Helena Nagamine Brandão, Ingedore Koch, Irene Machado, José Luiz Fiorin, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Orlando Vian Jr., Roxane Helena Rodrigues Rojo e Sírio Possenti.

⁴⁷ “[...] quando falamos nos autores, individualmente, falamos em Teorias da Enunciação; quando falamos no conjunto delas, usamos o termo Linguística da Enunciação. A expressão Teorias da Enunciação, no plural, nomeia as propostas individualizadas, geralmente, identificadas aos nomes de seus autores. [...] A expressão Linguística da Enunciação, no singular, diz respeito a uma variedade de teorias, consideradas em seu conjunto, que, devido a alguns traços comuns entre si, fazem parte de um modo de pensar a linguagem” (FERRAREZI JUNIOR; BASSO, 2013, p.94).

deste autor figurar como o “precursor da Teoria da Enunciação”, tal como o designa Ingedore Koch (2010, p.12).

Sendo assim, o objeto de estudo da Teoria da Enunciação, a partir de Bakhtin, está no enunciado enquanto portador de uma enunciação, proveniente de processo de interação entre enunciador e enunciatário (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p.105-108).

A Teoria da Enunciação tem como clara a compreensão do potencial relacional e de influência que a linguagem tem e exerce sobre os indivíduos. E como não existe neutralidade no uso da língua (BRITTO, 2003, p.59), isto requer do estudioso a capacidade de compreender o contexto histórico no qual estão inseridos o enunciador e o enunciatário; bem como o contexto do enunciado, quer dizer, o enunciado analisado no seu ‘todo’, na sua completude, abarcando os outros enunciados aos quais ele, implícita ou explicitamente, faz referência, e sua potencialidade dialógica; de modo que seja possível perceber o desenvolvimento, as influências e os conflitos pelos quais o pensamento (o discurso, a manifestação linguística), que se busca compreender e daquele próprio que busca a compreensão, está marcado (BAKHTIN, 1997, p.300-305).

Porém, é importante ter claro que para a Teoria da Enunciação, ao produzir um enunciado, o enunciador o faz com toda a potencialidade da língua (FERRAREZI JUNIOR; BASSO, 2013, p.95), e de que, por mais que os dados históricos sejam de extrema importância, “[...] o indivíduo atua subjetivamente dentro do condicionamento histórico” (PINSKY, 2011, p.19), não se limitando a ele, podendo, inclusive, superar seus condicionamentos.

É desta afirmação da não neutralidade da língua que se compreende que ao se produzir um enunciado, o enunciador não utiliza a língua em “estado de dicionário”, mas a língua enquanto marcada por ideologias, por um posicionamento frente ao real (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p.49). Até porque é por meio desta língua que o enunciador posiciona-se, apresenta sua visão e interpretação frente ao real (ao contexto em que vive), e busca transmitir a outro (o enunciatário) esta sua posição.

Outro elemento é a compreensão de que não basta decodificar os elementos linguísticos (o léxico; a ortografia; a coesão etc.), para que seja possível ‘conhecer’ o enunciado em tudo aquilo que ele é – não basta ‘compreendê-lo’ –, faz-se necessária uma análise que abarque o contexto deste enunciado, bem como seus

intertextos e sua metalinguagem específica (palavras-chave; figuras de linguagem etc.), elementos essenciais para que se configure uma comunicação (para que aja uma enunciação) – e a esta análise se chama interpretação.

Um exemplo de como se altera o entendimento que se pode ter de um enunciado quando ocorre apenas uma sua compreensão (uma análise superficial), ou quando o enunciado é visto a partir de uma análise profunda (interpretação), é a passagem bíblica de Jesus na cruz, quando assim se lê no evangelho: "Próximo da hora nona, Jesus exclamou em voz forte: *Eli, Eli, lammá sabactáni?* - o que quer dizer: Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (Mt 27,46).

Uma análise superficial vai inferir deste enunciado a narrativa da agonia de um ser humano, neste caso de Jesus; e de uma profunda experiência de abandono, inclusive do abandono pelo próprio Deus, em uma clara manifestação de que Jesus assumiu em tudo a condição humana. Todavia, quando se compreende os elementos que envolvem a cultura judaica, em uma análise mais aprofundada, saltam aos olhos o fato de que a 'hora nona' (às três horas da tarde) era uma importante hora de oração para os judeus. Outro ponto refere-se ao fato de que um judeu, para referir-se a algum dos Salmos (que eram como que cânticos litúrgicos para os judeus), citava apenas o primeiro versículo, justamente o que se descreve que Jesus fez na cruz, citando o início do Salmo 21, que não é um cântico de abandono, mas de confiança em Deus, mesmo na dor e no sofrimento:

Sim, rodeia-me uma malta de cães, cerca-me um bando de malfeitores. Traspassaram minhas mãos e meus pés: poderia contar todos os meus ossos. Eles me olham e me observam com alegria, repartem entre si as minhas vestes, e lançam sorte sobre a minha túnica. Porém, vós, Senhor, não vos afasteis de mim; ó meu auxílio, bem depressa me ajudai (Sl 21,17-20).

Deste modo se entende que na hora nona, como de costume, Jesus fez suas orações a Deus; e se a morte pode ser interpretada como ação do mal, justamente a oração escolhida por Jesus é uma oração que fala do bem superando o mal, da confiança superando o desespero. Nisto se percebe o quanto vai além a interpretação com relação à compreensão; a valorização da dinamicidade do enunciado sobre uma visão estática do mesmo.

Fora da relação com outros enunciados e com o mundo, o enunciado não tem realidade (BAKHTIN, 1997, p.352). O que se dá não somente na esfera do enunciatador, mas também do enunciatário, ao entrar em contato com o enunciado e buscar compreendê-lo e interpretá-lo, pois "praticar ato de compreensão é tornar-se

parte integrante do enunciado” (BAKHTIN, 1997, p.353). E por meio desta relação, a enunciação vai ocorrendo (existindo enquanto tal), se enriquecendo e se perpetuando, já que também o enunciatário é capaz de imprimir significado e valor ao enunciado, alargando os limites da enunciação; especialmente quando este enunciatário encontra-se distante historicamente do enunciador.

Com isto, neste “drama com três personagens” (BAKHTIN, 1997, p.351) – enunciador, enunciado e enunciatário –, o enunciado, “unidade fundamental da língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p.49), se torna um canal entre enunciador e enunciatário, podendo ser refutado, confirmado e completado (BAKHTIN, 1997, p.317), abrindo espaço para novas enunciações. Tornando-se compreensível a ideia de que “o que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2009, p.32), pois “não há discurso fechado em si [...]” (ORLANDI, 2009, p.62). E como Bakhtin alerta, quando o enunciado não é capaz de sempre produzir nova enunciação, a medida que se fecha a possibilidade de poder ser visto por um novo ponto de vista, por parte de seu enunciatário, este torna-se estéril (BAKHTIN, 1997, p.354).

Tal compreensão do alargamento dos limites da enunciação e da vitalidade que dele surge, pode ser percebido no exemplo do seguinte enunciado: “Bem-aventurados os pobres, pois deles é o Reino dos Céus” (Mt 5,3). É passível para alguns exegetas bíblicos que quando o enunciador sagrado utiliza a palavra ‘pobres’, ele referia-se àqueles desprovidos de bens materiais. Porém, especialmente após o surgimento da Filosofia Existencialista, que compreende o homem também em seus conflitos subjetivos, ligadas ao sentido da vida (à existência), que o podem fazer pobre existencialmente mesmo sendo rico materialmente, é impossível não admitir que a mesma palavra, nesta mesma oração, também possa ser compreendida como pobreza existencial (ou espiritual) – esta é uma das formas que o Papa Francisco vem empregando, em seus pronunciamentos e nos documentos magisteriais, o conceito ‘pobre’ (EG 210).

Mesmo sendo marcado pelo contexto histórico em que vive, e por suas ideologias, o enunciador é livre e soberano frente ao enunciado e àquilo que quer transmitir. Disto conclui-se que ao tomarmos em mãos um enunciado não temos ali unicamente expresso a realidade tal e qual, o “contexto real” (BAKHTIN, 1997,

p.211)⁴⁸, mas sim o modo com o enunciador vê, interpreta e transmite esse contexto, que Bakhtin chama de “contexto literário” (BAKHTIN, 1997, p.210)⁴⁹. É obvio que o contexto real (material) incide sobre o contexto literário, porém não como determinante, mas como determinado; quer dizer, embora o enunciador fale a partir de um contexto histórico específico, a enunciação contida no enunciado tem no enunciador e em sua posição frente à história sua fonte e origem, e dele recebe significado e valoração⁵⁰.

É isto que pode ser percebido na perícopa de Gl 3,28: “Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus”. O contexto histórico no qual o enunciador sagrado escreve é fortemente marcado pela distinção, quase que ontológica, entre aquele que era ‘livre’ e o ‘escravo’; assim como a superioridade do ‘homem’ frente a ‘mulher’. Porém, em seu enunciado fica clara a enunciação de que tais distinções, para os que acreditam em Jesus, devem acabar; em uma notória posição ideológica contrária àquela hegemônica.

Destaca-se, ainda, como já fora mencionado anteriormente, que, por entender a enunciação como resultante de uma interação, também o enunciatário exerce influência sobre o significado e valoração do enunciado. Isto ocorre, primariamente, pelo fato de que quando o enunciador escreve algo, ele assim o faz em vista de um possível enunciatário; fazendo com que, para que sua enunciação possa ser compreendida por este enunciatário, o enunciador escolha, modele, adapte seu enunciado a este seu leitor. Isto fica evidente quando o enunciador sagrado, ao transmitir o discurso de Jesus sobre o Reino de Deus para as pessoas mais simples, especialmente os camponeses, o adapta a sua realidade:

(O Reino de Deus) é como o grão de mostarda que, quando é semeado, é a menor de todas as sementes. Mas, depois de semeado, cresce, torna-se maior que todas as hortaliças e estende de tal modo os seus ramos, que as aves do céu podem abrigar-se à sua sombra (Mc 4, 31-32).

Deixando claro que, apesar de simples que eram eles, e do quão pequeno que era o grupo deles, por sua fidelidade e pelo poder de Deus, eles cresceriam e se tornariam uma grande e frondosa comunidade de fé.

⁴⁸ “[...] este contexto, claro, insere-se com seus valores no primeiro (o contexto literário), onde entretanto figura na qualidade de determinado e não na de determinante [...]”.

⁴⁹ “[...] contexto literário, ou seja, o contexto artístico-verbal, o contexto de uma linguagem já elaborada com vistas a algum desígnio artístico primário”.

⁵⁰ O enunciador (autor) não se limita pela linguagem, ele a utiliza e a recria para expressar sua mensagem (enunciação) (BAKHTIN, 1997, p.211).

Todavia, ao não ver o enunciatário como uma entidade passiva no processo comunicativo e de geração de significado do enunciado, Bakhtin não resume a função do enunciatário em ser aquele para o qual o enunciador escreve e adapta sua mensagem, mas o coloca como imprescindível à compreensão do enunciado já pronto e à construção de sua enunciação. Já que a enunciação, que está no centro do processo, abarca tudo aquilo que envolve tanto o enunciador quanto o enunciatário (BAKHTIN, 1997, p.297).

Bakhtin não descarta a possibilidade de, em determinadas teorias linguísticas, o enunciatário seja interpretado como entidade passiva; porém, sua crítica está em reduzir toda a possibilidade de interpretação a essa única possibilidade. O enunciatário, segundo a Teoria da Enunciação, assume uma “atitude responsiva ativa”, pois, além de influir naquilo que está sendo dito e como está sendo dito pelo enunciador em sua enunciação, ele também: “concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., (estando em um constante processo de elaboração)” (BAKHTIN, 1997, p.291).

É por isso que Bakhtin afirma ser o enunciado mais do que um aglomerado de orações; até porque as pessoas não comunicam orações, mas sim enunciados, mesmo quando este se limita a uma única oração. As orações caracterizam-se por unidades (de natureza gramatical) estáticas e acabadas, não estão em contato direto com o contexto, nem pede uma resposta do enunciatário, são como uma via de mão única. Por sua vez, o enunciado admite interação, está aberto, podendo ser sempre resignificado, questionado e enfatizado, daí ser uma via de mão dupla (BAKHTIN, 1997, p.297).

Podemos dizer que sob a perspectiva bakhtiniana o enunciado (em nosso caso, a palavra escrita) tem características transcendentais, à medida que ao ser produzido pelo enunciador e lido por seus enunciatários, o enunciado já não se restringe ao momento histórico em que foi confeccionado, ganhando os contornos do enunciatário e de sua época; pois, “todo ato de leitura é, simultaneamente, um ato de interferência na construção do sentido (da enunciação)” (ZABATIERO; LEONEL, 2011, p.159-160). O que, por sua vez, não significa que tudo e qualquer coisa possa ser inferida do texto, como se esta fosse “uma atividade de vale tudo” (MARCUSCHI, 2011, p.97); mas somente aquilo que não seja contraditório às inferências tradicionalmente realizadas, devendo enriquecê-las.

A partir desses elementos teóricos é possível construir um método que visa aplicar a Teoria da Enunciação à interpretação de um enunciado; e que poderia ser constituído de por três momentos principais: O primeiro momento refere-se a compreensão dos fatos históricos ligados à confecção do texto, pois, como disse Bakhtin: “Toda palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto” (BAKHTIN, 1997, p.405). Nestes encontramos tanto o enunciador, quanto enunciatário imediato deste enunciado.

O segundo momento será o de identificar no enunciado, dados a partir dos quais se possa chegar a possível intenção do enunciador – pois, se a linguagem não é neutra, o intuito (a intenção), como destaca Bakhtin, “determina a escolha, enquanto tal, do objeto, com suas fronteiras (nas circunstâncias precisas da comunicação verbal e necessariamente em relação aos enunciados anteriores) e o tratamento exaustivo do objeto do sentido que lhe é próprio” (1997, p.301), marcados, também, “pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores” (1997, p.301). Para isto se busca identificar signos linguísticos (palavras, conceitos) significantes para o enunciador, assim como elementos estilísticos que contribuam para uma visão mais total e abrangente do enunciado em questão.

O terceiro momento refere-se à relação entre enunciador e os possíveis enunciatários do enunciado, e aquilo que dele emerge, a enunciação. Aqui o foco será dividido entre os possíveis enunciatários imediatos do enunciado, e as enunciações que poderiam emergir daí; tudo isto “[...] dentro dos limites da compreensão que lhe era própria” (BAKHTIN, 1997, p.386). E na sequência, às enunciações que poderiam emergir da relação com enunciatários atuais, vinculados ao “nosso contexto (alheio ao autor)” (BAKHTIN, 1997, p.386); porém, tais enunciações serão aceitas como plausíveis sempre enquanto coerentes e não contraditórias àquelas vindas dos enunciatários mais próximos do enunciador.

Este último momento compreende a grande diferença na análise que pode ser empreendida a partir da Teoria da Enunciação. Isto ocorre pois esta vê o movimento de comunicação (significação) do enunciado – a enunciação –, não como sendo só do enunciador ao enunciatário, mas também do enunciatário ao enunciador; já que

não é só este que imprime significado às palavras (signos linguísticos), mas também aquele, que o faz a partir de si e de sua realidade⁵¹.

Esta nova orientação nos estudos dos enunciados começou a ganhar força na década de 1980 e foi chamada de “virada cognitivista” (KOCH, 2004, p.34). Neste momento alguns autores que estavam esquecidos foram revisitados, dentre eles temos Mikhail Bakhtin. Sob a compreensão da virada cognitivista começou a se reconhecer e valorizar a troca de conhecimentos entre enunciador e enunciatário, “[...] como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução –, no qual as unidades de sentido ativadas a partir do texto, conectam-se a elementos suplementares de conhecimento [...]” (KOCH, 2004, p.39).

Na verdade, é justamente isto que percebemos ter ocorrido com os enunciados do Antigo Testamento quando os mesmo foram lidos pelos enunciadores sagrados do Novo Testamento. A interpretação feita por eles em nada vai contra aquela interpretação feita por aqueles enunciatários para os quais estes enunciados haviam sido escritos originariamente, mas ela os amplia, compreendendo sua mensagem (a enunciação) agora sob a ótica de Jesus como sendo o Cristo, o Messias. Um exemplo disso está na interpretação da perícopé de Isaías 53,3-5:

Era desprezado, era a escória da humanidade, homem das dores, experimentado nos sofrimentos; como aqueles, diante dos quais se cobre o rosto, era amaldiçoado e não fazíamos caso dele. Em verdade, ele tomou sobre si nossas enfermidades, e carregou os nossos sofrimentos: e nós o reputávamos como um castigado, ferido por Deus e humilhado. Mas ele foi castigado por nossos crimes, e esmagado por nossas iniquidades; o castigo que nos salva pesou sobre ele; fomos curados graças às suas chagas.

Qualquer um que conheça a história de Jesus, especialmente da relação entre o que ele dizia e como morreu, é capaz de perceber uma aproximação entre o personagem de Isaías (o servo sofredor) e Jesus; vendo nas palavras do profeta uma prefiguração daquilo que viria acontecer na Paixão.

⁵¹ Esta realidade pode ser compreendida não somente como o contexto histórico, como também as influências vindas da cultura, das ideologias, que o leitor (enunciatário) se nutre; do mesmo modo como ocorre com o redator, pois, “os processos cognitivos provenientes de livros e do discurso dos outros e os que se desenvolvem em minha mente pertencem à mesma esfera da realidade (auto-influenciando-se) [...]” (BAKHTIN, 2006, p.57).

4. APLICAÇÃO DO MÉTODO À ANÁLISE DO LIVRO DE ESTER

Neste momento de nossa pesquisa, buscaremos aplicar a Teoria da Enunciação em vista de um entendimento do Livro de Ester - livro canonicamente presente dentre os livros do Antigo Testamento; e tal como traduzido para o português na versão da “Bíblia da CNBB”, que acompanha a numeração dos versículos segundo a edição da Nova Vulgata⁵². Tal opção se embasa, especialmente, no fato de que apenas a coleção canônica é considerada como inspirada, e portadora de verdadeira autoridade acerca das coisas relativas à fé da Igreja⁵³ (CIACR, 1999, p.27 – nº19); e de que, se a vastidão da Palavra de Deus é tão bem expressa pela vastidão e riqueza das culturas e línguas que a humanidade desenvolveu (VD 4), em nada é diminuída nossa pesquisa quando tomamos uma das traduções brasileira da Bíblia, o que, aliás, também se coaduna com o método que iremos utilizar.

Como deixa claro Walter Reed (1993, p.VII), Bakhtin enriqueceu a arte da leitura por meio de uma nova técnica, a Teoria da Enunciação. Utilizá-la no estudo das Sagradas Escrituras requer, como Bakhtin propôs no estudo da linguagem, ir além do Formalismo (REED, 1993, p.VIII) e de seus desdobramentos – que se preocupam mais com o como foi escrito e buscam uma ‘interpretação’ oficial ou correta –; sem, contudo, dar excessivo destaque ao contexto social, político, econômico e étnico no qual as Sagradas Escrituras foram confeccionadas, pois o objetivo não é atingir uma suposta ‘intenção do autor (enunciador)’, mas sim a enunciação, que é construída eminentemente com a contribuição do enunciatário.

A partir de Bakhtin, ainda segundo Walter Reed (1993, p.171), pode-se, também, dizer que fazer um estudo das Sagradas Escrituras a partir dos textos canônicos não é um disfarce enganoso do original, mas um modo de fazer encarnar a Revelação, já que a linguagem é uma ferramenta com múltiplos significados e intenções.

Para a Teoria da Enunciação a comunicação tem características dialógicas, mesmo que isto não signifique proximidade ou conhecimento prévio entre

⁵² Eis o link para se acessar a edição da Nova Vulgata: http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_vt_esther_lt.html#3

⁵³ A coleção canônica das Sagradas Escrituras é reconhecida como um dom ‘para’ a Igreja, a medida que as recebeu e as reconheceu como Revelação; e um dom ‘da’ a medida que ela as transmite como inspiradas (CIACR, 1999, p.28 – nº22). Nesta coleção está contida a Revelação (CIACR, 1999, p.27 – nº20).

enunciador e enunciatário (SOUZA, 2010, p.100). E como o movimento interpretativo e de significação das palavras, a consolidação da enunciação, compreende um duplo movimento que vai do enunciador ao enunciatário e do enunciatário ao enunciador, pois, tanto um quanto outro enriquecem e alargam as dimensões da comunicação (BAKHTIN, 2006, p.127)⁵⁴, na verdade, a riqueza e a beleza da comunicação, sob os parâmetros do dialogismo, estaria justamente em “conceber a unidade do mundo nas múltiplas vozes que participam do diálogo da vida” (SOUZA, 2010, p.104).

Para tanto, será necessário que, em um primeiro momento, olhemos para os fatos históricos que estavam envolvidos com a produção do Livro de Ester, nos quais estão inseridos tanto o enunciador, quanto o enunciatário imediato.

Em um segundo momento será necessário identificar no enunciado, elementos que expressem a suposta intencionalidade do enunciador, identificando signos linguísticos (palavras, conceitos) significantes tanto para este quanto para os possíveis enunciatários imediatos.

Por fim, em um terceiro momento, nos voltaremos para os possíveis enunciatários atuais desse livro, também buscando identificar tanto os signos linguísticos que são comuns aos distintos contextos históricos de enunciador e enunciatários atuais, quanto aqueles que dizem algo unicamente ao tempo presente, mas que também estão contidos no enunciado.

Fazendo uma distinção de outros modos de ler as Sagradas Escrituras, Walter Reed (1993, p.168) diz que, para fazer uma leitura histórica das Sagradas Escrituras é necessário perceber as múltiplas camadas redacionais de um texto, assim como suas múltiplas fontes. Para lê-las unicamente como literatura, o destaque recai sobre os gêneros, os paradigmas e os padrões recorrentes e coerentes, sem um retorno a um passado muito distante do próprio texto. Por isso, é extremamente importante que estejam claros os princípios norteadores da leitura que serão empreendidos em cada estudo (REED, 1993, p.169). Aquilo que dissemos até aqui justamente tem o objetivo de esclarecer quais os nossos princípios norteadores e como o método da Teoria da Enunciação está estruturado; agora, então, faremos a aplicação do método.

⁵⁴ “[...] a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor”.

Como apresenta Zabatiero (2011, p.157-160), a utilização da Teoria da Enunciação à interpretação de textos bíblicos contribui para:

- a) Repensar a relação do enunciado (do texto bíblico) com as realidades e fatos históricos aos quais fazem menção e dos quais retiram seus pressupostos. Pois, enunciado e enunciador não são determinados (presos) em seu contexto, podendo dialogar com ele e superá-lo. Por isso, ao ler um enunciado o enunciatário deve levar em consideração essas relações “interpessoais e interdiscursivas” (ZABATIERO, 2011, p.158), que atuam no enunciador, no enunciado e no próprio enunciatário. Esta postura é congruente àquela apresentada por Santo Tomás de Aquino, que de acordo com Santo Agostinho, afirma que “num único texto da Escritura encontram-se vários sentidos” (2001, p.154);
- b) Na busca do sentido de conceitos e palavras, estes só podem ser aferidos “mediante a análise do texto todo, do qual essa palavra faz parte” (ZABATIERO, 2011, p.158); pois o sentido de uma palavra no enunciado é a menor contribuição da palavra para o texto, que é a “unidade fundamental da língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p.49);
- c) “A exegese será dialógica”, pois, mais do que um processo de decodificação ou um exercício de criatividade frente ao enunciado, haverá uma troca de informações e um enriquecimento mútuo. O enunciado será situado como parte de uma grande “teia discursiva”; sua autoria será entendida como “um processo coletivo”; e a própria leitura como um processo de simultânea interferência e construção de sentido (ZABATIERO, 2011, p.159-160).

4.1 O PANO DE FUNDO DO LIVRO DE ESTER

Por se tratar de um livro que se pretende histórico, é possível perceber dois contextos, cada qual com um nível distinto de historicidade. O contexto do enunciador do enunciado, quando este foi escrito, e o contexto a que a história se refere, os fatos históricos relatados na trama. Cada qual traz elementos próprios e importantes para entender a enunciação que o enunciador quis transmitir a seus enunciatários.

Em um primeiro momento será analisado aquilo que Bakhtin chama de “contexto real” (BAKHTIN, 1997, p.211), os dados materiais que servem de pressuposto para elaboração da história, e que são importantes para a compreensão do todo do enunciado, porém, não determinados por ele. Em um segundo momento o foco recairá sobre o “contexto literário” (BAKHTIN, 1997, p.210), vinculado ao modo como o enunciador percebeu a realidade e se posicionou diante dela.

4.1.1 O contexto da confecção do livro (contexto real)

Como informação preliminar destaca-se o fato de que o Livro de Ester foi transmitido sob duas tradições distintas; uma na qual o texto está em hebraico, e outra, um pouco mais longa, escrita em grego (GRADL; STENDEBACH, 2001, p.98; STORNILO, 1995, p.7-8). Hoje, a maioria das traduções do Livro de Ester apresentam uma versão que contempla as duas tradições; distinguindo-se na modalidade que utilizam para inserir os textos da versão grega à versão hebraica. Algumas simplesmente os colocam ao final da versão hebraica; outros, por sua vez, procuram colocar os trechos em grego no lugar lógico que deveriam ter no texto – esta última é a versão assumida pela Igreja Católica como a versão canônica (inspirada) do Livro de Ester.

São várias as hipóteses quanto a data na qual tenha se dado a redação final do Livro de Ester. Caso recorramos apenas às informações presentes na própria Bíblia, é possível chegar à redação final do livro no início do século II, pois em 2Mc 15,36 – que foi escrito no final do século II a.C. – há uma referência ao “dia de Mardoqueu”; porém, não antes de 180 a.C., pois o Livro do Eclesiástico, escrito por esta época, quando faz elogios aos ancestrais (Eclo 44 – 49), não faz referência aos nomes de Ester e Mardoqueu (TORRALBA, 2002; SCHMIDT, 2012, p.302).

Já sob a perspectiva da ciência, existe certa divergência. Alguns, supõem que o texto hebraico tenha sido escrito no século IV a.C; já o texto grego, no século II ou III a.C. (STORNILO, 1995, p.8). Outra parte dos estudiosos, assumindo o argumento da incerteza, dirão que existem poucas evidências sobre a data precisa na qual foi redigido o Livro de Ester e de quem tenha sido seu autor (SELLIN; FOHRER 2007, p.349); porém, se supõe que a redação do livro tenha se iniciado anos após os relatos presentes no mesmo (BALDWIN, 2008, p.43).

Recentemente, baseado em evidências coletadas dos manuscritos de Qumran⁵⁵, que datam do século II a.C., dentre os quais foi encontrada uma versão hebraica do Livro de Ester, afasta-se qualquer possibilidade de que ele tenha sido escrito posteriormente a época dos macabeus (entre 164 e 37 a.C.). A ausência de termos originários da língua grega e a presença de termos provenientes da língua persa, segundo Joyce G. Baldwin (2008), seriam mais uma evidência de que sua redação ocorreu no período do domínio persa e durante o domínio grego (período em que os livros de 1 e 2 Macabeus foram escritos).

Estes vários dados, porém, comprovam como é complexo datar quando, historicamente, viveram Mardoqueu e Ester, ou até mesmo se esses personagens verdadeiramente existiram; e quando o Livro de Ester foi confeccionado e para quais enunciatários. Também Rinald Fabris afirma ser uma tarefa difícil e problemática a reconstrução histórica do período exílico e pós-exílico, devido à carência de fontes adequadas (1993, p.368).

4.1.2 O contexto dos acontecimentos descritos no livro (contexto literário)

Os acontecimentos a que o Livro de Ester se refere, a trama da história, se passam com membros do povo de Israel que após o fim do Exílio, em 538 a.C., optaram por permanecer na Babilônia (Est 1,1c), dando origem aquilo que se chamou de diáspora⁵⁶, seguindo o conselho de Jeremias (Jr 29,5s) (GALLAZZI, 2010, p.113; 1987, p.18). Isto quando Assuero era rei da Pérsia (Est 1,1a)⁵⁷. O historiador Heródoto apresenta Assuero como grande guerreiro (2006, p.490).

Segundo a perspectiva apresentada por Flávio Josefo, Mardoqueu, Ester e os fatos descritos no Livro de Ester teriam ocorrido num período histórico posterior ao período de Esdras e Neemias; uma perspectiva embasada no fato de que é ao pai

⁵⁵ Também chamados de Manuscritos do Mar Morto, fazem parte de uma coletânea de 225 livros achados em 1947, na região de Qumran (a 12 Km de Jericó e 22 Km de Jerusalém).

⁵⁶ Este conceito pode, também, ser compreendido como significando a “expansão da comunidade judaica” (CAZELLES, 1984, p.209).

⁵⁷ O rei Assuero, reinou entre os anos 465 a.C. e 424 a.C. (TUCÍDIDES, 1987, p.247, nota 21). Foi neto do rei Dario I, cujo reinado, nas páginas da Bíblia, ficou conhecido pelo patrocínio da reconstrução do Templo de Jerusalém (Ag 2,1-9; Zc 7,1; 8,9; FLÁVIO JOSEFO, 2004, p.486.489). E foi filho do “ambicioso e vingativo” Xerxes I (HERÓDOTO, 2006, p.24), que reinou entre os anos 486 a.C. e 465 a.C., e ficou marcado pela famosa Guerra de Termópilas (480 a.C.), na qual seu exército venceu um pequeno contingente de guerreiros espartanos, liderados pelo rei Leônidas I (HERÓDOTO, 2006, p.589-590.606); assim Tucídides descreve a guerra: “O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra com os persas, e todavia ela foi prontamente decidida em dois combates navais e duas batalhas terrestres” (1987, p.15).

de Assuero, o rei Xerxes I, que ele descreve como patrocinador de Esdras e Neemias, e a quem atribui a libertação total dos judeus (FLÁVIO JOSEFO, 2004, p. 493-500.1123).

Seriam personagens principais do enunciado (da história): Ester; Mardoqueu; Amã e o rei Assuero. Vasti, rainha e primeira esposa de Assuero; Zares, esposa de Amã e seus filhos e amigos; Mamucá e os demais chefes dos persas e dos medos; os porteiros Bagatá e Tares; e o eunuco Egeu com os demais eunucos, figuram como personagens secundários na história.

Os relatos do enunciado tem início com o sonho de Mardoqueu, que terá seu significado posto em suspenso até a conclusão de toda a história. Mardoqueu é descrito como judeu pertencente à tribo de Benjamim⁵⁸, e pai adotivo da jovem Edissa, como também era chamada Ester (Est 1,1a-1k; 2,5-7). Ainda segundo o próprio livro, os ancestrais de Mardoqueu e Ester pertenceriam ao primeiro grupo de deportados, quando o rei Jeconias foi exilado (Est 2,6). Grupo este composto por membros da corte e por vários artesãos (2Cr 36,9-10; 2Rs 24,13-17).

A trama, porém, terá início quando Assuero, após ter sua autoridade questionada pela rainha Vasti, a despediu de suas funções de rainha (Est 1,9-21), servindo de exemplo para todos do reino. Este questionamento se configurou na recusa de Vasti em ir até a presença de Assuero quando solicitada, o que poderia motivar um questionamento das esposas e escravos dos príncipes e demais homens da Pérsia.

Para ocupar o lugar da rainha Vasti, relata-se que ‘buscas’ foram empreendidas pelo rei Assuero dentre todas as jovens de seu reino (Est 2,1-4.8-11). Ester, jovem bela e atraente, fora escolhida como nova rainha devido a destacar-se por sua beleza e sua humildade (Est 2,7.12-18; 4,17o).

Amã surgirá na história como um alto funcionário do rei, que, por seus serviços, havia conquistado um posto de destaque na corte, devendo, inclusive, receber a prostração dos demais funcionários do palácio (Est 3,1-2). Mas, devido a sua soberba e arrogância, tramou a morte de Mardoqueu e com ele de todos os judeus (Est 8,12n-12q), o que acabou levando o próprio Amã à morte (Est 7,2-10).

⁵⁸ Segundo a história de Israel, Benjamim era um dos filhos de Jacó (Israel), o mais jovem (Gn 35,23-26; 46,8-22; Ex 1,1-5; Nm 1,1-16.36-37). À tribo de Benjamim correspondia o território no qual se encontra a cidade de Jerusalém (1Cr 9,3; Ne 11,4-9.31-36).

Mardoqueu, devido a seu trabalho na portaria do palácio, salvou a vida do rei Assuero após denunciar que dois eunucos do rei pretendiam matá-lo (Est 2,21-23). Lealdade que rendeu a Mardoqueu, já no final da história, posição de destaque perante todos da capital Susa (Est 6,6-11), além do posto de administrador dos bens do reino, que antes era ocupado por Amã (Est 8,1-2).

A história dos 4 personagens principais se cruza quando Mardoqueu, em obediência às leis de Senhor, não se prostrou à Amã, que pediu ao rei Assuero para que todos os da raça de Mardoqueu fossem mortos (Est 3,8-13h). Mardoqueu intercedeu junto a Ester – que se encontrava já na posição de rainha e gozava do amor e da benevolência do rei Assuero (Est 2,16-18; 5,2.2h-3) –, para que esta convencesse o rei a anular o decreto contra os judeus (Est 4,6-8.12-14), sem, contudo deixar de pedir o auxílio de Deus (Est 4,17-17m), colocando-se, com o povo, em oração.

Mardoqueu e Ester parecem, então, surgir como “libertadores”, em resposta à oração feita por todo o povo judeu imediatamente após tomarem contato com o decreto de seu iminente extermínio (Est 3,15b-5i); e como o próprio Mardoqueu dá a entender ao dizer a Ester: “quem sabe se por isso mesmo chegaste à realeza, para que em tal situação estivesses pronta para agir?” (Est 4,14). O dia 13 do mês de Adar, que antes deveria ser o dia do extermínio dos judeus (Est 3,13f-13h), torna-se o dia da sorte dos judeus (o dia de *Purim*), e os dias 14 e 15 do mesmo mês, acabam convertendo-se no dia da vingança de Deus e dos judeus contra seus inimigos (Est 8,12u-12aa; 9,20-28.30-32; 10,3k).

Cronologicamente, segundo a versão canônica do Livro de Ester, a história se passa num período de 11 anos:

- a) Inicia-se com o sonho de Mardoqueu, que ocorreu no mês de Nisã, o primeiro do segundo ano do reinado de Assuero (Est 1,1a);
- b) O grande banquete que Assuero prepara para os príncipes do império ocorreu no terceiro ano de seu reinado (Est 1,2-3);
- c) No período de seis meses ou 180 dias desse festejo, a rainha Vasti, por desacatar o rei, é despedida de suas funções (Est 1,4.9-11);
- d) No sétimo ano de reinado de Assuero, mais especificamente no mês de Tebet (o décimo mês), Ester foi apresentada ao rei, que a tomou por esposa (Est 2,16-17);

- e) Um ano antes marca o tempo que Ester saiu de sua casa e foi enviada para o harém do rei, para ser preparada, conforme a tradição (Est 2,12);
- f) No décimo segundo ano do reinado de Assuero, no mês de Nisã (o primeiro mês), Amã lançou a sorte dos judeus (Est 3,7), após se sentir ofendido por Mardoqueu, que lhe negou a prostração (Est 3,2-6);
- g) No mês de Sivã (o terceiro daquele mesmo ano), a sorte dos judeus é alterada por intermédio de Ester e Mardoqueu (Est 8,9);
- h) O mês de Adar (o décimo segundo do mesmo ano), marca o mês do purim, e os dias da vitória dos judeus, que deveriam ser mortos no dia 13 (Est 3,7), mas que foram salvos nos dias 14 e 15 (Est 8,12a-12b; 9,1.17-19).

Todavia, quando se fala da veracidade de tais relatos, um grupo de estudiosos assegura que, fora dos textos bíblicos, poucos são os fatos e personagens descritos no Livro de Ester, dos quais se pode ter alguma comprovação histórica. Inexistem documentos que tragam qualquer informação acerca de que tenha havido uma rainha persa, de origem judaica, com o nome de Ester; de altos funcionários em Susa, com os nomes Mardoqueu e Amã; bem como, seria inimaginável que um rei fosse capaz de emitir decretos que pudessem colocar em risco a estabilidade civil de seu reino (GRADL; STENDEBACH, 2001, p.99; SELLIN; FOHRER, 2007, p.347; STORNIOLO, 1995, p.32).

Entretanto, como já relatamos anteriormente, é passível de comprovação histórica a existência do rei Assuero; a diáspora judaica; assim com a rejeição e perseguição que especialmente os judeus, por vezes, sofriam por seu rigor na observância dos mandamentos divinos (SCHMIDT, 2012, p. 302). O que reforça a posição de alguns estudiosos em tratar o Livro de Ester como um romance, escrito sob um pano de fundo histórico.

4.2 ANÁLISE DAS ESTRUTURAS DO LIVRO DE ESTER

Após uma contextualização do momento histórico do enunciador, voltaremos nosso olhar sobre o enunciado. Posteriormente trataremos da relação entre enunciador e enunciado e sua possível intenção. Por fim, trataremos da relação entre o enunciador e o enunciatário, que produz a enunciação do enunciado.

Vale, mais uma vez, destacar que nossa análise refere-se ao texto canônico, tal como ele se apresenta hoje para nós, segundo a versão da 'Bíblia da CNBB'.

4.2.1 O enunciado

Neste momento de nossa pesquisa faremos uma abordagem de análise das estruturas presentes no enunciado: seu enredo; o tempo da narrativa; as cenas relatadas; como cada personagem age em cada uma dessas cenas; dentre outras.

Como ponto de partida é interessante notar a existência de um conflito entre a versão grega e a versão hebraica do Livro de Ester, ambas presentes no atual livro canônico de Ester. A versão grega é mais extensa, tendo como acréscimo à versão hebraica:

- a) O relato do sonho de Mardoqueu e sua interpretação (Est 1,1a-1k; 10,3a-3k);
- b) Um pequeno diálogo entre Mardoqueu e Ester (Est 4,8a);
- c) As orações do povo judeu (Est 3,15a-15i), de Mardoqueu (Est 4,17a-17m) e da rainha Ester (Est 4,17n-17kk);
- d) A “conversão” do rei Assuero (Est 5,2a-2p);
- e) Uma cópia dos decretos de Amã (Est 3,13a-13h) e Mardoqueu (Est 8,12a-12cc).
- f) E um pequeno adendo referente a repercussão do decreto de Mardoqueu (Est 9,19a).

Como já fora dito anteriormente, as traduções do Livro de Ester apresentam as duas modalidades para o como inserir os textos da versão grega à versão hebraica. Algumas traduções simplesmente colocam ao final dos capítulos da versão hebraica os trechos em grego, tal como o fez São Jerônimo com a tradução da Vulgata – porém, para São Jerônimo o trecho em grego não era tido como inspirado (TORRALBA, 2002, p.661)⁵⁹. Outro modo é aquele que coloca os trechos em grego no lugar lógico que estes deveriam ocupar no Livro; tal como na Septuaginta e como o faz a ‘Bíblia da CNBB’.

Existem várias críticas quanto ao Livro de Ester e que de algum modo influenciam diretamente no entendimento da enunciação. Autores como Baldwin (2008) e Sellin e Fohrer (2007) destacam que o enunciador não fez menção explícita

⁵⁹ Como destaca Reed (1993, p.109), mesmo tendo São Jerônimo, na Vulgata, considerada unicamente como verdadeiros e como tendo sido inspirados por Deus somente os textos escritos em hebraico e aceitos pelos judeus; com Orígenes, Santo Agostinho e os demais Padres da Igreja, a Septuaginta (Edição dos Setenta) é que foi assumida como tendo sido inspirada. Isto fez com que o Cânon das Sagradas Escrituras assumisse além de alguns trechos do Livro de Ester outros sete livros, a saber: Tobias; Judite; 1 e 2 Macabeus; Baruc; Sabedoria e Eclesiástico.

ao nome de Deus no Livro de Ester, o que, inclusive, faz com que o Livro destoe dos demais livros bíblicos. Entretanto, isto se dá apenas na versão hebraica (TUCKER, 2002, p.79), pois, na versão grega não somente o nome de Deus aparece, como outros tantos títulos seus:

A palavra ‘Deus’ aparece 12 vezes: Est 1,1h; 1,1k; 4,17y; 5,1a; 5,1e; 8,12d; 8,12q; 8,12s; 10,3a; 10,3f; 10,3i; 10,3j.

O ‘nome de Deus’ (traduzido por Senhor – *Kyrios*) aparece 15 vezes: Est 4,8b; 4,17a; 4,17b; 4,17c; 4,17d; 4,17e; 4,17h; 4,17j; 4,17k; 4,17l; 4,17m; 4,17p; 4,17q; 4,17x; 10,3f.

Deus ainda recebe outros 11 títulos:

- i) **Senhor do Universo** (1 vez): Est 8,12q;
- j) **Rei, Rei dos Deuses, Rei todo-poderoso** (4 vezes): Est 4,17b; 4,17f; 4,17k; 4,17q;
- k) **Senhor Deus** (2 vezes): Est 4,17f; 4,17j;
- l) **Deus de Abraão** (2 vezes): Est 4,17f; 4,17x; **Deus vivo** (1 vez): Est 8,12p; **Justo** (2 vezes): Est 4,17m; 8,12d;
- m) **Salvador** (3 vezes): Est 4,17s; 5,1a; 10,3f;
- n) **Libertador** (2 vezes): Est 4,17y; 10,3f;
- o) **Altíssimo** (1 vez): Est 8,12p.

Outro elemento que não foi observado por aqueles que dizem não haver referência a Deus, por parte do enunciador, no Livro de Ester, refere-se às ações de Deus, descritas em vários momentos na parte grega do enunciado:

- a) Na “conversão” do rei Assuero: Deus “**infunde** mansidão no espírito do rei” (Est 5,2g) (grifo nosso);
- b) Na oração do povo (Est 3,15d-15i): Deus é aquele que pode **entregar** ou não o povo às mãos dos malvados (Est 3,15h.15i); Ele é **propício** (favorável, benéfico); tem ou pode ter **compaixão** do povo (Est 3,15i).
- c) Na oração de Mardoqueu (Est 4,17b-17m): Deus **salva** (Est 4,17c); **fez e faz** tudo (Est 4,17d); **sabe** tudo (Est 4,17f); pode ter **compaixão** (Est 4,17i); pode ser **propício** (Est 4,17l); pode **ouvir** o povo (Est 4,17l); e **transformar** as realidades (Est 4,17l).
- d) Na oração de Ester (Est 4,17q-17kk): Deus é o que **socorre** (Est 4,17q); **defende** (Est 4,17q); que **livrou** (Est 4,17u.17v.17hh); **salva** (Est 4,17s); que tem **compaixão** (Est 4,17y); **retirou** o povo de situações de morte (Est

4,17x); é aquele que **libertará**, no fim (Est 4,17aa); **ajuda** (Est 4,17bb); **sabe** (Est 4,17cc.17dd.17ee.17ff); **auxilia** (Est 4,17gg); **transforma** as realidades (Est 4,17gg); **inspira** (Est 4,17gg); **converte**, promove mudanças (Est 4,17hh); mas também, **castiga**, faz justiça (Est 4,17ii).

e) No decreto de Mardoqueu (Est 8,12a-12cc): Deus **julga** (Est 8,12g); **odeia** o mal (Est 8,12g); **governa** todas as coisas (Est 8,12v); e **converte** a tristeza em alegria (Est 8,12z).

f) Na interpretação de Mardoqueu, sobre seu sonho: Deus é reconhecido como o **salvador** e **libertador** do povo (Est 10,3f); e Ele não se esquece (Ele se **recorda**) de seu povo (Est 10,3i).

Todavia, mesmo que sejam desconsideradas as menções ao nome de Deus e a seus diversos títulos, na versão grega do Livro de Ester, alguns estudiosos afirmam que o “silêncio” sobre Deus também seria um modo de falar da presença e da atuação de Deus (ZENGER, 2003, p.256.264; STORNIOLO, 1995, p.23-24). Um dos sinais de que este silêncio diz algo para o enunciador, refere-se ao fato de que o nome Ester deriva da palavra ‘*ishtar*’ - אִישְׁתָּאדָר , que significa incerto e escondido. Assim, as ações de Ester seriam as ações Daquele que se esconde, e que age nos bastidores. Outro sinal teria relação com tradições do Talmud⁶⁰, que liam Dt 32,20⁶¹, onde Deus diz que esconderá sua face do povo, não como um abandono da parte dele, mas como uma “presença na ocultação”.

Aparece, também como crítica, o fato de nem na versão grega nem na hebraica haver evidência de que o enunciador buscou fazer menção aos temas fundamentais para os judeus, presentes nos demais livros das Sagradas Escrituras, tais como: o Templo, a Lei, o Sacerdócio, o Sábado, e Jerusalém (TORRALBA, 2002, p.661). Sendo isto outro dos motivos pelos quais este livro (como um todo) teve grande resistência para entrar na lista dos livros canônicos (inspirados) (TORRALBA, 2002).

Entretanto, salientamos o fato de que na oração de Ester (Est 4,17q-17kk) o enunciador coloca 8 vezes na boca dela a expressão: “ouvi, dos livros dos meus ancestrais”; o que parece ser uma referência ao *Shemá* (ao “escuta”), como um convite feito por Deus ao povo antes da apresentação da Lei, da Aliança (Dt 5,1), e

⁶⁰ O Talmud é um livro sagrado para os judeus, e contém registros de discussões rabínicas sobre a lei e os costumes judaicos.

⁶¹ Dt 32,20: “E disse (o Senhor): ‘Esconderei deles meu rosto, e verei qual será seu fim. Pois são uma geração perversa, filhos sem lealdade. [...]’”.

que para o enunciador poderia configurar-se como uma resposta do tipo: Senhor, nós o ouvimos, então, não se esqueça de sua Aliança conosco (de sua Lei e promessas)!

Outro ponto que destacamos são as menções que o enunciador faz a personagens da história de Israel, que, auxiliados por Deus, também puderam vencer as adversidades e seus inimigos; sendo eles: Noé (Est 4,17s); Abraão (Est 4,17t); Jonas (Est 4,17u); Ananias e seus amigos (Est 4,17v); Daniel (Est 4,17x); o rei Ezequias (Est 4,17y); e Ana, a mãe de Samuel (Est 4,17z)⁶².

Há uma referência especial aos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó – o que, aliás, se repete em Est 4,17b.17i, na oração de Mardoqueu (Est 4,17b-17m); havendo também uma alusão ao Deus dos antepassados (Est 3,15c) e ao Deus único (Est 3,15d), presentes na oração do povo (Est 3,15d-15i) –. Sendo possível encontrar, ainda, na oração de Mardoqueu (Est 4,17b-17m), uma alusão ao êxodo e ao povo como tendo sido resgatado por Deus (Est 4,17k).

Na tentativa de olhar o enunciado sob uma perspectiva mais ampla, no ‘todo’ da possível ‘intenção’ do enunciador (BAKHTIN, 1997, p.300-305), é possível perceber alguns momentos marcantes, pelos quais, didaticamente, poderíamos fazer divisões no enunciado. Nesse intuito, Torralba (2002, p.664) afirma que Livro de Ester pode ser dividido em 6 momentos:

- a) O sonho de Mardoqueu (Est 1,1a-1k);
- b) Destituição de Vasti e entronização de Ester (Est 1,1-2,20);
- c) Amã, Mardoqueu e Ester (Est 2,21-4,17x);
- d) Ester diante de Assuero (Est 5,1-14);
- e) Queda de Amã e triunfo do judeus (Est 6,1-9,16);
- f) Apêndices (Est 9,17-10,3k).

Por sua vez, a “Bíblia de Jerusalém” (2008), apesar de também o dividir em 6 partes, essas são assim intituladas e delimitadas:

- a) Preliminares (Est 1,1a-1q);
- b) Assuero e Vasti (Est 1,1-22);
- c) Mardoqueu e Ester (Est 2,1-3,6);

⁶² Estes repersonagens estão referidos aos seguintes textos: Deus salva e faz uma aliança com Noé (Gn 6,9-9,17); Abraão Gn 14,10-24 – Deus ajuda Abraão a vencer, mas este não fica com nada daqueles que vencera; cântico (oração) de Jonas = Jn 2,3-11; cânticos de Ananias e seus amigos = Dn 3,24-45. 51-90; cântico de Dario, exaltando o Deus de Daniel = Dn 6,26-29; cântico de Ezequias = Is 38,9-20; e o cântico de Ana (mãe de Samuel) = 1Sm 2,1-10.

- d) Os judeus ameaçados (Est 3,7-5,14);
- e) Desforra dos judeus (Est 6,1-9,19a);
- f) A festa de *Purim* (Est 9,20-10,3k).

Como o próprio Bakhtin adverte, afirmando que o modo como percebemos o ‘todo’ do enunciado, de alguma forma, vem marcado pela pré-compreensão e pelo intuito com o qual nos dirigimos até ele (BAKHTIN, 1997, p.301-302), é notório que nas divisões anteriormente apresentadas está implícita aquela compreensão de que no Livro de Ester o enunciador não faz referência ao nome de Deus. Tendo por conta que o enunciador pensa o enunciado como tendo Deus por importante personagem, propomos uma divisão diferente:

- a) O oráculo de Mardoqueu (Est 1,1a-1k);
- b) Assuero e Vasti (Est 1,1-22);
- c) Mardoqueu e Ester (Est 2,1-18);
- d) Os judeus sob as mãos dos poderosos (malvados) (Est 2,19 – 3,13);
- e) O clamor do povo de Deus (Est 3,14 – 4,17kk);
- f) Ester contra Amã (Est 5,1 – 7,10);
- g) Deus ouve o clamor de seu povo (Est 8,1 – 10,3);
- h) Explicação do oráculo de Mardoqueu (Est 10,3a-3k).

Ao dirigirmos nossa atenção ao tempo da narrativa, é possível identificar que os verbos variam entre o tempo passado e o tempo presente, sendo que a voz do narrador é aquela que aparece no tempo passado, e a voz dos personagens no tempo presente. Dentre os verbos no passado há uma variação entre:

Verbos no pretérito imperfeito do indicativo; verbos esses que trazem sempre a ideia de um fato ocorrido no passado, mas que não foi completamente concluído. É que observamos nessa descrição feita pelo narrador: “Mardoqueu, no entanto, **continuava** junto à porta do palácio real” (Est 3,19).

Verbos no pretérito perfeito do indicativo; um verbo conjugado no pretérito perfeito do indicativo expressa um fato ocorrido em um momento anterior e que já foi totalmente concluído ou que se estende até o presente. É possível observar esse efeito no seguinte trecho: “Tendo tomado conhecimento de tudo o que acontecera, Mardoqueu **rasgou** as vestes, **cobriu-se** com pano de saco e **espalhou** cinzas na cabeça” (Est 4,1).

Por sua vez, dentre os verbos no presente temos:

A predominância dos verbos no futuro do presente do indicativo; verbos que enunciam um fato que ocorrerá num tempo vindouro. Esses verbos são os empregados nos decretos de Amã e Mardoqueu: “[...] mandamos o seguinte: [...] **sejam** completamente exterminados com suas mulheres e crianças, pela espada de seus inimigos, no dia quatorze do décimo segundo mês, o mês de Adar [...]” (Est 3,13f) e “**Fareis** bem, portanto, não atendendo às cartas que Amã, filho de Amadat, vos dirigiu” (Est 8,12u).

E verbos no tempo presente do indicativo⁶³; expressando a ideia de um fato atual, e, no contexto da fé judaica e cristã, exprimindo a certeza da atuação de Deus. Esses são os verbos empregados nas orações do povo, de Mardoqueu e de Ester, sempre que se referem a Deus e sua ação: “Tu **sabes**, ó Deus, que, desde o momento em que este traje passou por minha cabeça, eu o abomino como a um trapo imundo [...]” (Est 4, 17ff).

No que se refere aos principais ambientes, apresentados pelo enunciador, nos quais toda a história do Livro de Ester se desenrola, estes podem ser agrupados em 5 ambientes: O Palácio do rei Assuero; a portaria do Palácio; a casa de Amã; a praça da cidade de Susa; e todo o Império.

O primeiro ambiente descrito é o Palácio do rei Assuero; no qual ocorre o grande banquete para os príncipes e servidores do rei (Est 1,2-3). Este suntuoso banquete, destinado à aristocracia, tem duração de 180 dias (Est 1,4). Um segundo banquete ocorre no Palácio. Este, porém, é destinado aos súditos do rei, a todos os cidadãos, “do maior ao menor” (Est 1,5), e tem duração de 7 dias. Ao mesmo tempo em que se descreve que ocorria o grande banquete do rei Assuero, a rainha Vasti também organizou um banquete para as mulheres (Est 1,5).

Ao relatar as cenas que envolvem os banquetes, o enunciador age como um arquivista (SASSON, 1997, p.359) e deixa transparecer seu conhecimento sobre a vida palaciana⁶⁴, pois descreve com riqueza de detalhes o modo como os ambientes eram ornamentados:

Estendiam-se por toda parte cortinas de linho e de musselina e de jacinto, sustentadas por cordões de linho e de púrpura, que se inseriam em círculos de prata e se apoiavam em colunas de mármore. Havia também divãs de

⁶³ O verbo conjugado no presente do indicativo expressa a ideia de um fato atual; e, no contexto da fé judaica e cristã, exprime a certeza da atuação de Deus.

⁶⁴ O ritual de preparação das concubinas para encontrar-se com o rei persa, descrito no livro de Ester, pode ser comprovado pelas descrições feitas na obra “Mil e uma noites”, que é um conto persa do século XIII d.C., e relata a história da concubina Sherazarde (SASSON, 1997, p.360; FISCHER, 2001, p.291).

ouro e de prata, alinhados sobre o pavimento calçado com pedras de esmeralda e pário, e outras de várias cores. Os convidados bebiam em copos de ouro, de formas e tamanhos diferentes (Est 1,6-7).

É no contexto destes banquetes que o enunciador apresenta o conflito entre Assuero e Vasti. Assuero, o “grande rei” (Est 1,1a), é desafiado pela bela (Est 1,11), mas teimosa (Est 1,12) rainha Vasti; que é apresentada pelo enunciador como opondo-se a ideia de ser mais um objeto ou troféu do rei Assuero, que a manda chamar para ser exposta perante todos do reino (Est 1,10-11)⁶⁵. A desobediência da rainha causa um conflito que motiva a sua substituição e a criação de um decreto que manda que todas as mulheres se submetam a seus maridos:

Enviou, pois, cartas a todas as províncias do seu reino, conforme cada nação pudesse ouvir e ler, nas diversas línguas e alfabetos, recordando que os maridos são os príncipes e chefes em suas casas, e que devem manter submissas as suas mulheres (Est 1,22).

Ester surge na história quando o rei Assuero determina que moças virgens e formosas fossem procuradas por todo o império, dentre as quais seria escolhida a substituta da rainha Vasti (Est 2,2-4). O enunciador destaca que Ester era órfã, mas obediente a seu pai adotivo, Mardoqueu (Est 2,10.20), e dotada de grande beleza (Est 2,7) e humildade (Est 2,15), o que a fez “encontrar graça” perante o eunuco (Est 2,9) que preparava as mulheres para o rei, e também perante o próprio rei (Est 2,17). Após a escolha de Ester pelo rei Assuero, o enunciador apresenta um novo banquete, este, porém, teve como objetivo festejar a escolha do rei (Est 2,18).

Ao apresentar o ambiente da portaria do Palácio, onde Mardoqueu trabalhava e onde este descobriu e denunciou um plano para matar o rei Assuero (Est 2,21-23), também inicia-se o principal conflito da história. Apesar de nada ser dito sobre uma retribuição à fidelidade de Mardoqueu, surge a figura de Amã⁶⁶ recebendo uma ‘promoção’; figurando como uma grande contradição. Este Amã é apresentado como sendo colocado acima de todos os príncipes do reino (Est 3,1) e como responsável pelos negócios do Estado (Est 3,13f), devendo ser reverenciado com uma

⁶⁵ Segundo Heródoto, era costume persa expor as mulheres e/ou concubinas nos grandes banquetes. É o que se constata quando Heródoto reproduz a fala de emissário persa: “nós, os Persas, quando damos um grande banquete costumamos fazer sentar ao nosso lado nossas concubinas e nossas jovens esposas” (HERÓDOTO, 2006, p.397).

⁶⁶ Amã é descrito como filho de Agag. Este Agag é o mesmo que fora rei dos amalecitas, povo que é apresentado como protótipo dos inimigos dos judeus, a personificação do mal (Ex 17,14; Nm 24,20; Dt 25,17-19); e 1Sm 15 descreve como o responsável por Saul ter perdido sua dignidade real (STRONIOLO,1995, p.15.28; ZENGER, 2003, p. 261-262). Reforçando a ideia da luta no conflito entre Mardoqueu e Amã figura-se a luta do bem contra o mal; sendo quase que um dever do bem (do judeu) vencer o mau (o amalecita), com a penalidade de ser castigado por omissão, como foi o rei Saul (SASSON, 1997, p.363).

prostração (Est 3,2). Mardoqueu, porém, “alegando ser judeu” (Est 3,4), recusava-se a prostrar-se. A desobediência à lei do rei Assuero e a obediência a uma lei estranha a do reino, tachada como perversa e injusta (Est 3,13d-13g), motivou o pedido para que os judeus fossem ‘mortos, exterminados e aniquilados’ (Est 3,13).

Após a promulgação do decreto contra os judeus, novamente surge o ambiente do Palácio, e por meio dele o enunciador apresenta o contraste entre a ação de Amã (que prefigura o mal) e os judeus (o povo fiel). Isto se dá pelo fato de que enquanto ocorriam banquetes entre todas as etnias do império (Est 3,15a) e enquanto o rei Assuero dava um banquete festivo para Amã (Est 3,15-15a), os judeus lamentavam, choravam e oravam:

Apressaram-se os estafetas, que tinham sido enviados, para cumprir a ordem do rei. Imediatamente foi publicado o decreto em Susa. Enquanto o rei e Amã se banquetavam, a cidade ficou alvoroçada. [...]. Por outro lado, onde quer que se publicasse o texto da carta, rompia o pranto e o choro lancinante de todos os judeus. E começaram a invocar o Deus de seus antepassados [...] (Est 3,15.15b-15c).

Lugar no qual todos tinham acesso, a praça da cidade de Susa, capital do império Persa, seria uma representação de todo o império, do convite a sua penitência e o lugar da manifestação de Deus. Lá o enunciador relata ter sido o lugar escolhido por Mardoqueu para fazer sua penitência, e como todos os judeus do império, rasgou as vestes, vestiu-se de saco, colocou cinzas sobre a cabeça e pôs-se a clamar em alta voz (Est 4,1-2.17a).

A cena relatada no ambiente da praça é também a da atuação profética de Mardoqueu frente à Ester, recordando-a de suas origens, de que Deus não abandona seu povo, e de que Ele suscitaria um libertador para o povo, podendo ser ela (Ester) ou qualquer outro (Est 4,4-8a.12-14).

É ainda no contexto da praça da cidade que é relatado o reconhecimento, da parte de Ester, de sua missão. E para isso ela convocou todos os judeus a fazerem jejum e interceder por ela, que agora estava disposta a ir até as últimas consequências para salvar e libertar o seu povo: “Se for preciso morrer, morreréi” (Est 4,16). As orações de Mardoqueu (Est 4,17a-17m) e a oração de Ester (Est 4,17n-17kk), assim como a oração do povo (Est 3,15c-15i), são a resposta, segundo o enunciador, que os judeus dão ao mal e a seus autores; e, da parte de Deus, a escuta e a resposta não tardam.

Quando o enunciador retorna ao ambiente do Palácio, este descreve o como Ester enfrenta a lei do rei Assuero, que condenava à morte quem fosse até a sua

presença sem ser chamado (Est 4,11), e como, devido à coragem de Ester e a sua confiança em Deus, este muda o coração do rei, que de “como um touro enfurecido” disposto a matar (Est 5,2f), converte-se em manso de espírito (Est 5,2g) dispondo-se a dividir seu reino ao meio para dá-lo a Ester (Est 5,2h-3).

Ester, que, após assumir a missão de salvar e libertar o povo judeu, não tem pretensões para si, não aceita metade do reino, mas pede ao rei Assuero a possibilidade de lhe preparar um banquete, para o qual também pede que seja convidado Amã (Est 5,4-5). Deste primeiro banquete surge o pedido para outro banquete, que deveria ser preparado com mais cuidado e no qual Ester revelaria seu grande pedido ao rei Assuero e a Amã (Est. 5,6-8). Com isto o enunciador além de criar um suspense sobre qual será o pedido de Ester e como ficaria a sorte dos judeus, demonstra que os resultados efetivos da missão vem de ações minuciosamente planejadas. Sorte essa que se agrava ainda mais quando Amã, saindo do Palácio, deparou-se com Mardoqueu, que mais uma vez lhe negou a prostração, gerando, em Amã, o desejo de pedir o enforcamento de Mardoqueu ao rei, e para o qual até prepara uma forca (Est 5,9-14):

[...]. Entretanto, mesmo tendo tudo isso (fama e fortuna), é como se não tivesse nada, enquanto continuar a ver Mardoqueu, o judeu, sentado à porta do rei'. Responderam-lhe Zares, sua esposa, e os outros amigos: 'Manda preparar uma forca de cinquenta côvados de altura, e dize pela manhã ao rei para que nela seja enforcado Mardoqueu. Assim irás alegre, com o rei, para o banquete'. Agradou-lhe a proposta, e ele mandou levantar a forca (Est 5,13-14).

Ainda no contexto do Palácio, mas antes do banquete de Ester, o enunciador já começa a dar sinais de uma mudança de horizonte para os judeus. Mostra o rei Assuero que, movido por insônia, lê os anais do império e identifica que Mardoqueu, aquele que lhe salvara a vida, não fora recompensado. Para planejar uma recompensa à altura da fidelidade demonstrada, manda chamar Amã, que imaginando tratar-se de algo para si, propôs que

o homem a quem o rei deseja honrar deve ser revestido das vestes reais, que o próprio rei já usou, deve montar o cavalo que é da montaria do rei, e receber o diadema real sobre sua cabeça. E o primeiro dos mais nobres príncipes reais seja aquele que o deve revestir, e depois conduzir o seu cavalo pela praça da cidade, indo à frente e proclamando: 'Assim é honrado aquele a quem o rei quer honrar!' (Est 6,7-9).

Assim o rei fez e ordenou que Amã executasse tudo o que acabara de propor, com o intuito de honrar a Mardoqueu (Est 6,10-12). Como em uma espécie de oráculo, os sábios do reino dizem a Amã que se Mardoqueu é um judeu nada

poderia ser feito contra ele (Est 6,13). A grande virada da sorte dos judeus é apresentada pelo enunciador (autor) no último banquete que Ester preparou para o rei e para Amã. No banquete, Ester revelou sua descendência judaica e pediu a vida para si e para o seu povo (Est 7,3), recordando ao rei que o extermínio de seu povo fora um pedido de Amã (Est 7,4-6).

Assuero não só concedeu aquilo que lhe pedira Ester, mas o enunciador descreve como tudo aquilo que Amã e os demais inimigos do povo judeu prepararam para atingi-los acaba voltando-se contra eles próprios. O início dessa reviravolta ocorre quando o rei, além de mandar enforcar Amã na forca que este preparara para Mardoqueu (Est 7,9-10), toma o anel que dera a Amã e o confia a Mardoqueu, para que este e Ester redigissem novos decretos anulando os antigos e concedendo aos judeus liberdade e justiça na forma de vingança (Est 8,2–9,19a). Mas, mesmo sendo permitido aos judeus que estes tomassem posse dos bens de seus inimigos, o enunciador deixa claro que os judeus não fizeram isso (Est 9,10); restringindo-se a aplicar a lei de Talião (Ex 21,23-27ss; Lv 24,19-21; Dt 19,21).

O enunciador, já ao final, apresenta um novo ambiente, o Império como um todo, apresentado como o grande palco da ação de Deus, aquilo que é chamado de *Theatrum Mundi*⁶⁷. O Império é o lugar no qual o decreto de Mardoqueu e Ester foi aplicado, e todo ele, segundo as prescrições desse mesmo decreto, deveria recordar com um grande banquete, a cada ano nos dias 14 e 15 do mês de Adar (Est 9,21-22; 10,3k), daqueles dias nos quais a sorte dos judeus fora mudada por Deus perante todos os povos (Est 9,23-25.29-30; 10,3i). Sendo esta, segundo o enunciador, a origem da festa de *Purim*: “É desde essa época, pois, que esses dias começaram a ser chamados de ‘Purim’ [...]. Em razão de todas essas coisas, que estão contidas na carta, e por causa daquelas coisas que ele mesmos tinham visto [...]” (Est 9,26-27).

No que se refere às técnicas literárias utilizadas no enunciado, é possível notar a presença do enunciador, que se manifesta por meio da figura de um narrador onisciente e onipresente a todos os fatos e personagens (SASSON, 1997, p.361). Esta onisciência se faz notar devido ao enunciador ser capaz de descrever até os pensamentos mais íntimos dos personagens: “(O rei Assuero) tendo levantado os olhos e vendo-a (a rainha Ester), num primeiro momento, como touro enfurecido,

⁶⁷ Esta temática e enredo são típicos dos romances helenistas do século III a.C. (ZENGER, 2003, p.260-261).

havia pensado em matá-la [...]” (Est 5,2f). Já a onipresença, quando o enunciador relata saber a reação de pranto e choro, por parte dos judeus, “onde quer que se publicasse o texto da carta” (Est 3,15b) que os condenava à morte.

Ainda no que se refere à construção do enunciado, analisado sob a compreensão clássica de produção artística, quanto ao modo, este não seria classificado nem como um Drama nem como uma Narrativa, mas como sendo de estilo Misto. Este estilo, segundo Aristóteles, na **Poética** (1979, p.242-243), é aquele que intercala o estilo dramático (quando o enunciador dá voz aos personagens), com o estilo narrativo (pelo qual o enunciador assume a personalidade de outro, e o enunciado ocorre em terceira pessoa; ou quando o enunciador é o próprio personagem, ocorrendo em primeira pessoa). Este estilo misto, no Livro de Ester, pode ser observado quando o enunciador age como onisciente e onipresente (tal como descrevemos anteriormente); e também, quando ele dá espaço para que Assuero, Amã, Mardoqueu e Ester falem por si, tal como ocorre nas orações.

É possível perceber, especialmente na parte grega do enunciado, certos momentos marcados por ironias (TUCKER, 2002, p.78-79; GABEL; WHELLER, 2003, p.41-42). Estas ficam evidentes nos seguintes momentos:

- a) Quando o enunciador caracteriza Assuero como “o grande rei” (Est 1,1a); mas que, perante Ester, é tratado como uma sua marionete (Est 5,3-4; 7,2);
- b) Ao descrever Assuero como “terrível” (Est 5,2e); mas que acaba agindo mansamente perante a beleza de Ester (Est 5,2k-2l);
- c) Quando o rei, que era tido como sábio e poderoso, é enganado por seus súditos (Est 8,12d-12f. 12h-12k);
- d) Quando o rei, tratado na época como deus, submete-se ao poder do Deus dos judeus (Est 8,12d.12t.12v);
- e) Quando relata que não importa os planos que os malvados façam contra os bons, neste caso os judeus, estes sempre se voltam contra eles (Est 7,8-10).
- f) Se um é o dia da sorte dos maus, no caso da história, o dia 13 de Adar (Est 3,13f), dois são os dias da sorte dos bons e de sua vingança sobre os maus, os dias 14 e 15 de Adar (Est 9,21-22;10,3k);
- g) Ou mesmo quando utiliza aquela lógica, que parece se repetir em toda a história da salvação, segunda a qual o fraco, neste caso a menina (mulher)

virgem e órfã (Est 2,7) vence os fortes e poderosos e promove a libertação do povo (Est 8, 4-5).

- h) Mesmo Assuero sendo o rei, ao qual se supõe, pela posição que ocupa, como devendo ser respeitado por todos os seus súditos, não é isso que ocorre, pois é desobedecido (suas ordens não são respeitadas): Pela rainha Vasti, que se recusa apresentar perante o rei (Est 1,11-12); por Ester, que mesmo sem ser chamada se apresenta perante o rei (Est 5,1.2d-2f); e por Amã, que ao se atirar sobre o divã da rainha Ester é visto pelo rei como uma violência contra ele e a rainha (Est 7,6-8) (LEVENSON, 1997, p.13-14).
- i) O rei Assuero decreta que toda mulher deveria servir a seu marido, mantendo-se submissa a ele (Est 1,22). Porém, o rei, por várias vezes, se apresenta submisso a Ester, dizendo: “Que queres, rainha Ester? Qual o teu pedido? Ainda que pedisses a metade do meu reino, ela te seria concedida” (Est 5,3).
- j) Quando é descrito que os conselheiros de Assuero eram “entendidos nas leis e no direito dos antepassados” (Est 1,13), porém seus conselhos não levavam em conta o Deus dos judeus e suas leis. Aparecendo, assim, em contraposição a Ester, que ouviu do livro dos antepassados (Est 4,17q-17kk) e por isto reconheceu o poder de Deus e promove a salvação dos judeus, sendo ela a verdadeira sábia.
- k) Quando Amã lamenta por ter riquezas, filhos e glória, mas se sentir “como se não tivesse nada”, pois Mardoqueu não o reverenciava (Est 5,10-13).

Também o suspense aparece como uma marca do estilo do enunciador. Uma dramatização que envolve o enunciatário na história e lhe prende a atenção. Do capítulo 1 até o 5 há uma apresentação do poder do rei Assuero e de seu primeiro ministro Amã, sobre os judeus e sua sorte. Entre o capítulo 5 e o 7 há o suspense sobre o que Ester pode fazer e o que Deus vai fazer para reverter a sorte dos judeus. E do capítulo 7 ao 10 há uma reviravolta, de modo que o poder dos maus volta-se contra eles e a sorte dos judeus é mudada por Deus.

As hipérboles, que não como exageros momentâneos e localizados, mas intimamente unidos à enunciação do enunciado, seriam outra marca do enunciador. É o que pode ser observado no relato da força que Amã, por recomendação de sua mulher e amigos, prepara para que seja enforcado Mardoqueu, mas na qual ele

mesmo o fora; dando ênfase a enunciação de que é Deus o Senhor da história humana (GABEL; WHELLER, 2003, p.33):

Manda preparar uma forca de cinquenta côvados de altura, e dize pela manhã ao rei para que nela seja enforcado Mardoqueu. [...] Há uma forca na casa de Amã, com cinquenta côvados de altura, que ele preparou para Mardoqueu, [...] ‘enforcai-o nela!’ (Est 5,14; 7,9).

Outra demonstração da hipérbole como parte do enunciado é quando o enunciador relata a pretensa ofensa da rainha Vasti ao rei. Vasti se negou a apresentar ao rei quando requisitada (Est 1,12), o que foi tratado como ofensa a “todos os príncipes e povos que vivem em todas as províncias do rei” (Est 1,16). E ainda, ao referir-se ao decreto de Amã, descrito como determinando “matar, exterminar e aniquilar todos os judeus desde os meninos aos anciãos, crianças e mulheres, num só dia [...]” (Est 3,13); havendo uma gradação dos verbos, em um movimento crescente quanto a sua intensidade, demonstrando o quão dramática era a situação dos judeus.

4.2.2 O enunciador e o enunciado

No que se refere a possível intenção do enunciador, quer dizer, sobre a relação enunciador enunciado, para que esta se torne mais clara, talvez seja necessário que voltemos nosso olhar para os capítulos finais do Livro de Ester.

É nos capítulos 9 e 10 que o intuito do enunciador fica evidente, pois neste momento as verdadeiras intenções das ações dos personagens são reveladas. Amã é apresentado como malfeitor, arrogante e mentiroso (Est 8,12o-12p). Mardoqueu e Ester como os justos e defensores do que é correto (Est 8,12q; 9,29-32; 10,2-3). O rei Assuero (que era tratado com dignidades divinas) ocupa uma função secundária na história – ora ele entrega seus poderes a Amã: “o rei tirou da sua mão o anel que trazia e o deu a Amã, [...] que preside os negócios do Estado e a quem honramos como a um pai [...]” (Est 3,10.13f); ora a Ester: “Que tens, rainha Ester, minha irmã e participante de meu reinado? Sou teu irmão, não temas, não morrerás! [...] aproxima-te! [...] ‘Fala comigo!’ [...] Que queres, rainha Ester? Qual é o teu pedido? Ainda que pedisses a metade do meu reino, ela te seria concedida” (Est 5,2h-2l.3); e ora a Mardoqueu: “O rei tirou o anel, que havia retomado de Amã, e o entregou a Mardoqueu” (Est 8,2).

Fica evidente que o enunciador coloca a vitória de Mardoqueu sobre Amã como o clímax da narrativa. Assim, à luz do método, a grande intenção do autor está em apresentar o poder de Deus, e como este age em favor daqueles que lhe são fiéis. É a clássica história da vitória do ‘Bem’ sobre o ‘Mal’ (ZENGER, 2003, p.264). Mardoqueu seria a personificação do homem justo, Ester da mulher justa e de bem, e Amã do homem mau – sendo, justamente, Mardoqueu e Amã os dois dragões do sonho (oráculo) de Mardoqueu (Est 1,1d-1e), como é interpretado por ele próprio, já no final da história (Est 10,3d).

Sob esta perspectiva, é ainda possível que o enunciador tenha pretendido fazer uma releitura do Êxodo; fazendo deste acontecimento a festa de páscoa dos judeus da diáspora (ZENGER, 2003, p.262-265). Transformando, também, Mardoqueu e Ester em releituras de Moisés, que fora o grande libertador do povo judeu (GRADL; STENDEBACH, 2001, p.101).

Outra possibilidade é a de que o enunciado tenha tido o objetivo de justificar o surgimento da festa de *Purim*⁶⁸ (Est 9,20-26; 10,3k), colocando a rainha Ester e Mardoqueu na sua origem – a festa de *Purim* é, inclusive, chamada em 2Macabeus 15,36 como “o dia de Mardoqueu”. O próprio enunciador narra que a palavra *Purim* deriva da palavra *pur*, que na língua persa significa “sorte” (Est 5,24-25). Esta, a princípio, estava contra os judeus, mas no fim mudou de lado. E segundo um decreto de Mardoqueu, em todo décimo quarto e décimo quinto dias do mês de Adar esta “sorte” dos judeus deveria ser lembrada com festa (Est 10,3k).

Em vista de dar valor histórico ao seu conteúdo e consolidar a autoridade (veracidade) de sua narrativa, o enunciador busca descrever, com detalhes, alguns fatos e personagens, trazendo, inclusive, citações diretas de decretos reais (Est 3,13a-13g; 8,12a-12u).

Para um grupo de estudiosos, fora dos relatos bíblicos, o único dado que pode ser historicamente comprovado da história narrada pelo Livro de Ester refere-se à existência do rei Assuero (SELLIN; FOHRER, 2007, p. 347; STORNILO, 1995, p.32). Todavia, mesmo não havendo relatos da existência de um Mardoqueu, é

⁶⁸ Ainda hoje o Livro de Ester é o livro festivo, lido na festa que marca o dia que a sorte dos maus se voltou contra eles, e os judeus, que estavam condenados à morte, ganharam sua libertação. Nesta festa, marcada pela alegria, as crianças costumam a saírem pelas ruas fantasiadas (ZENGER, 2003, p.262-265); o que daria a ela características “carnavalescas” (FISCHER, 2001, p.289). Um grupo de estudiosos afirma que esta festa teve sua origem nas festas do Ano Novo e da alegria, entre os persas, e somente depois foi reinterpretada sob uma perspectiva teológica, pelos judeus (SCHMIDT, 2012, p.302; GRADL; STENDEBACH, 2001, p.100).

possível encontrar algo sobre um certo Marduka, que foi contador nos reinados de Dario I e Assuero I (FISCHER, 2001, p.290). Entretanto, estas incertezas históricas reforçam a posição de alguns estudiosos em tratar o Livro de Ester como:

- a) Um romance (novela), escrito sob um pano de fundo histórico: a Pérsia e a diáspora (ZENGER, 2003, p.257.260);
- b) Uma epopeia⁶⁹, caracterizada pela narrativa de ‘personagens superiores’⁷⁰ (ARISTÓTELES, 1979, p.245.264), com o intuito de recordar o grande feito dos judeus e como Deus caminhou e caminha ao seu lado.
- c) Um livro teológico, que busca comunicar a certeza da existência de Deus, mesmo em seu “silêncio” (ZENGER, 2003, p.263). Adquirindo fundamento e relevância histórico-salvífica (SCHMIDT, 2012, p.302);
- d) Uma teodiceia, pois fazendo um discurso sobre Deus e sobre a existência do bem e mal (ZENGER, 2003, p.264);
- e) Um conto ou romance sapiencial, promovendo uma reflexão sobre a prudência e a ação cautelosa; e de características etiológicas, buscando relatar e lembrar a causa, a origem de algum fato ou evento, que neste caso específico seria a festa de *Purim* (STORNILO, 1995, p.7.10);
- f) Um livro sapiencial, no sentido de fornecer conselhos e instruções de como bem viver. Sob esta perspectiva o Livro de Ester pode ser visto como um livro que “preconiza o Eclesiástico, Daniel, Judite e Macabeus” (STORNILO, 1995, p.9-10);
- g) Como um livro apocalíptico, pré anunciando a vitória definitiva de Deus sobre seus inimigos (SASSON, 1997, p.364; GALLAZZI, 2010, p.123; 1987, p.123);
- h) Há, ainda, aqueles que o veem como uma grande “parábola” sobre a história (vida) e seu significado. Seu objetivo seria demonstrar que Deus, o

⁶⁹ A epopeia se caracteriza como uma narrativa de “*caráter heróico, grandioso e de interesse nacional e social, [...] uma atmosfera maravilhosa que, em torno de acontecimentos históricos passados, reúne mitos, heróis e deuses, podendo apresentar-se em prosa (como as canções de gesta medievais) ou em verso (como Os Lusíadas)*” (SOARES, 2009, p.39 – grifo do autor). O romance estaria ligado a aventuras complicadas e inverossímeis; e quando faz referência a um dado histórico, seu intuito está em apresentá-lo sob um ponto de vista crítico (SOARES, 2009, p.42-43).

Para Bakhtin a distinção entre epopeia e romance é a seguinte: “a epopeia tem uma perspectiva única e exclusiva. O romance contém muitas perspectivas, e o herói geralmente age em sua perspectiva particular” (BAKHTIN, 2002, p.136). Segundo sua compreensão, as histórias dos santos, no cristianismo primitivo, suas conversões e martírios, seriam a forma embrionária do romance (BAKHTIN, 2002, p.182).

⁷⁰ Seriam ‘personagens superiores’: reis; príncipes; nobres; deuses de primeira ordem; rainhas e princesas.

senhor da história (vida), a oferece aos pequenos, aos que são oprimidos e buscam nele a sua libertação (GALLAZZI, 2010, p.119-121; 1987, p.51.78).

É, também, possível perceber um apelo do enunciador à identidade e ao espírito nacional dos judeus, daquilo que os faz únicos em meio aos não-judeus (ZENGER, 2003, p.261). Sem esta sua identidade, o povo não somente perderia sua cultura e religião, mas também a si mesmo, desfigurando-se (STRONIOLO, 1995, p.10).

Este apelo pela manutenção da identidade fica evidente, especialmente, nos momentos em que o enunciador narra diálogos entre Mardoqueu e Ester, já como rainha (Est 4,6-17), e que têm sempre o objetivo de fazê-la lembrar de sua origem judaica:

Atac (o eunuco do rei) foi ter com Mardoqueu, que se encontrava de pé na praça da cidade, diante da porta do palácio. Mardoqueu o informou sobre tudo o que havia acontecido, especialmente a promessa de Amã de conseguir dinheiro para os tesouros do rei, em troca do extermínio dos judeus. Também lhe entregou uma cópia do decreto, publicado em Susa, sobre o extermínio dos judeus. Pediu-lhe que a mostrasse à rainha e a advertisse para ir ter com o rei e o suplicasse, intercedendo em favor do seu povo.

Assim mandou dizer a Ester: 'Lembra-te dos dias em que eras pobre, quando foste alimentada por minha mão. Amã, o segundo depois do rei, falou contra nós, pedindo a nossa morte. Quanto a ti, invoca o Senhor e fala ao rei em nosso favor, livrando-nos da morte!'

[...] mandou novamente dizer a Ester: 'Não penses em preservar somente a tua vida, entre todos os judeus, porque vives no palácio real. Se agora te calares, a libertação e salvação virão aos judeus de outra parte, mas tu, com a tua família, morrerás. Quem sabe se por isso mesmo chegasse à realeza, para que em tal situação estivesses pronta para agir?' (Est 4,6-8a.13-14).

E ainda quando Ester afirma, quase como uma profissão de fé: “se for preciso morrer, morrerei (para salvar meu povo)” (Est 4,16); e quando o autor menciona que “todo o povo justo se prepara para morrer e invoca a Deus” (Est 1,1h). O enunciador, inclusive, faz dos pagãos (não-judeus) porta-vozes desta identidade e singularidade do povo judeu; o que ocorre quando os sábios do reino assim dizem a Amã: “Se este Mardoqueu, ante o qual comesas a cair, é de descendência judaica, nada poderás contra ele” (Est 6,13).

Parece-nos claro, ainda, que o enunciador, também no intuito de destacar aquilo que é próprio dos judeus e os faz especiais perante Deus, apresenta várias contraposições no enunciado, dando um ar satírico para ele, um estilo comum aos romances helenísticos desse período (SASSON, 1997, p.361.364). Podendo ser notados nos seguintes casos:

- a) Quando há uma referência às leis dos homens e as leis de Deus. As leis dos homens são apresentadas como irrevogáveis (Est 1,19)⁷¹, porém, estas constantemente são descumpridas, anuladas e substituídas por outras (Est 4,11-12.5,2e-2h; 8,3-5). A lei de Deus, no entanto, é colocada como sendo de menor importância e perigosa às leis do rei (Est 3,8); mas, ao final, é honrada e universalizada (Est 8,12s-12t).
- b) Em referência ao poder. Na tentativa de apresentar resposta para a pergunta: Quem é o senhor da vida dos homens, quem tem poder para decretar sua vida ou morte? O enunciador contrapõe as ações de Amã e Ester, e a quem cada um recorre. Amã, na intenção de conseguir a morte dos judeus, dirige-se ao rei Assuero (Est 3,8-11); Ester, por sua vez, dirige-se a Deus, pedindo que este a liberte e a seu povo, dando-lhes a vida (Est 4,8a).
- c) Os banquetes dos ricos e poderosos e os banquetes dos simples e crentes. Das 4 duplas de banquetes que o enunciador descreve, as duas primeiras duplas apresentam os banquetes dos poderosos; nesses banquetes, o homem e as coisas do mundo aparecem como o centro. Já as duas últimas duplas de banquetes mostram como agem os crentes e os simples; nesses banquetes, Deus é a defesa e libertação dos necessitados, é o centro (ZENGER, 2003, p.259).
- d) Mostrando que o fraco é mais forte que o forte (STORNILO, 1995, p.41-42). Logo no início do enunciado o enunciador apresenta o rei Assuero e uma clara demonstração de sua força, que é implacável, não aceitando se submeter a uma mulher (Est 1,9-22), decretando que toda mulher deveria obedecer e servir seu marido (Est 1,22). No entanto, por ao menos três vezes aquela que deveria ser a fraca e submissa, a mulher, demonstra sua força e tem o rei e todo o reino em suas mãos (Est 5,2h-4; 5,6; 7,2).
- e) Ao referir-se ao poder do rei e compará-lo ao do Deus de Israel. O rei deus – caracterizado pelo esplendor, magnificência e por decisões irrevogáveis (Est 1,4.19) –, por duas vezes se esquece daquilo que havia dito (Est 2,1; 6,1-3) e volta atrás em suas ações (Est 4,11; 5,2e-2l). O Deus dos

⁷¹ Esta característica na promulgação das leis e decretos reais dos persas pode ser conferida em Dn 6,8-9 (FISCHER, 2001, p.291).

ancestrais, o Deus de Israel, o Deus dos pequenos e oprimidos, por sua vez, figura como aquele não nunca se esquece de seu povo (Est 10,3f-3i).

Outra problemática que pode ser apresentada sob o ponto de vista da relação enunciador enunciado, diz respeito a uma aproximação entre o Livro de Ester e o Livro de Daniel. Se, como testemunhou o enunciador do Livro de Daniel, no exílio da Babilônia os judeus não tinham sacrifício nem profeta (Dn 3,38); não é estranho que o enunciador do Livro de Ester também não fale nada sobre assuntos relativos ao Templo e ao sacrifício. Todavia, segundo o que parece, o mesmo não se dá quanto a compreensão do enunciador quanto a existência de profetas. Se o profeta é aquele que recebe uma mensagem divina por meio de sonhos e visões (1Rs 22,17-19; Is 6,1; Jr 1), que algumas vezes transmitiam sua mensagem, de cunho social, político, religioso, por meio de atos simbólicos, (KRATZ, 2011, p. 374; BECERRIL, 2009, p.452-457), tendo como tarefa básica “[...] anunciar um agir futuro de Deus através do qual este impõe sua vontade” (RENDTORFF, 2002, p.27); Mardoqueu, pelos sinais presentes no enunciado, poderia ser identificado como um profeta do exílio, pois:

- a) Ele ‘comunica-se com Deus’ em sonho (Est 1,1a-1k);
- b) É sinal de contradição para os poderosos (Est 3,2-6);
- c) Repreende com autoridade: “não penses em preservar somente a tua vida [...]. Se agora te calares, a libertação e salvação virão aos judeus de outra parte, mas tu, com a tua família, morrerás” (Est 4,13-14);
- d) É homem de oração e põe todo o povo em oração (Est 4,17-17n).

Por tudo isso, dependendo do ponto de vista sob o qual se analisa a relação entre enunciador e seu enunciado, diferentes conclusões e teorias podem ser apresentadas e defendidas. A partir dos comentários de Fiorin compreendemos ser possível dizer que as posturas divergentes quanto a como classificar o gênero literário e o estilo empregados pelo enunciador no Livro de Ester, contribuem para constatar a compreensão bakhtiniana de que o enunciado se constitui dialogicamente; de que ele existe como tal à medida que se dá enquanto meio que possibilita a relação, o contato, a troca de informações e experiências entre seres humanos (2008, p. 47- 48.65).

4.2.3 O enunciador, enunciado e o enunciatário – a enunciação

Bakhtin (1997) destaca que o enunciador, ao produzir seu enunciado, leva sempre em conta um possível enunciatário; e desta relação dialógica surge a enunciação do texto. Todavia, também o enunciatário é capaz de inferir do enunciado determinados temas tratados pelo enunciador, ou mesmo enriquecer o enunciado encontrando temas que somente sob o ponto de vista dele, enunciatário e de seu contexto, poderiam ser percebidos; alargando, assim, os limites da enunciação do enunciado.

O ponto chave desta “divergência” de análise do enunciatário distante de nós (mas próximo do enunciador) para a análise do enunciatário de hoje, está no vínculo histórico, geográfico e cultural entre o enunciador e o enunciatário. É devido a isto que alguns dos temas presentes no Livro de Ester fazem mais sentido e são mais facilmente percebidos para um grupo de enunciatário do que a outro.

No que se refere propriamente ao Livro de Ester, segundo Levenson (1997, p.12), esse livro é passível de vários ângulos de interpretação distintos, sendo possível inferir mais de uma mensagem dele. Neste momento de nossa pesquisa, buscaremos justamente, por meio da Teoria da Enunciação, apresentar alguns desses vários ângulos de interpretação e suas enunciações – enunciações essas que no contexto da Hermenêutica Bíblica, serão aquilo que comumente se chama de “Teologia do texto”.

Vale destacar, ainda, que o Livro de Ester, durante muito tempo na história do povo judeu, foi lido como leitura privada, familiar. Somente por volta dos anos 70 d.C. é que ele começou a ser lido nas sinagogas como inspirado e Palavra de Deus (HARL; DORIVAL; MUNNICH, 2007, p.103). Se pudermos fazer uma comparação, *mutatis mutandis*, o Livro de Ester, para este primeiro enunciatário, poderia equivaler ao épico de Luis Vaz de Camões, **Os Lusíadas** (1572), que, pela poesia, teve a pretensão de contar a verídica história da conquista do povo lusitano e consolidar uma identidade⁷²; também sendo chamado de “Bíblia da Nacionalidade” (MOÍSES, 2009, p.57).

Recordando que uma epopeia (um épico) é uma composição, que, a partir da recordação de acontecimentos históricos, de caráter grandioso e de relevância para

⁷² BRAGA, Theophilo. **História da Litteratura Portuguesa** – Edade Média. Porto: Livraria Chardron, 1909, p.91.139.

um povo, uma “lenda nacional” (BAKHTIN, 2002, p. 405), fortalece a memória e a identidade desse mesmo povo (SOARES, 2009, p.39). E que, segundo Aristóteles, é uma produção que tem por foco ‘personagens superiores’, sendo por isso, um estilo superior (ARISTÓTELES, 1979, p.245.264).

Tendo em conta tudo isso, a princípio, buscaremos tratar de temas que possam ter sido mais significantes para enunciatários distantes, hoje de nós – mas, mais próximos do enunciador – “[...] dentro dos limites da compreensão que lhe era própria” (BAKHTIN, 1997, p.386); para somente depois tratarmos de temas mais significantes para enunciatários de hoje, incluindo o enunciado “no nosso contexto (alheio ao autor)” (BAKHTIN, 1997, p.386).

4.2.3.1 A enunciação a partir do enunciatário mais próximo do enunciador

Um primeiro ponto (tema) que liga enunciador e o enunciatário mais próximo deste, refere-se à justificativa para a festa de *Purim* (Est 9,26-32; 10,3k). Tal justificativa, obviamente, só faz sentido de ser quando é feita para pessoas que, mesmo conhecendo a história, não presenciaram (viveram) o surgimento desta festa, e/ou para dar veracidade e historicidade àquilo que se celebrava – fazendo imprescindível a utilização de elementos históricos (datas, personagens, leis etc.). Deste modo, é possível dizer que o enunciador pretendia como enunciatários seus, judeus dos primeiros dois séculos antes de Cristo, que não somente conheciam (praticavam) a festa de *Purim*, mas que provavelmente, também já tinham ouvido falar dos personagens envolvidos na história.

O sonho de Mardoqueu aparece como uma espécie de revelação - ou, como o autor se lhe refere, “desígnios de Deus” (Est 1,1k) –, algo muito comum nos relatos de sonhos e revelações dos demais livros das Escrituras Sagradas, e a que os enunciatários da época do enunciador deveriam estar acostumados⁷³. Tal revelação parece ser portadora da mensagem de que Deus tem a história da humanidade em suas mãos; e, a exemplo do que ocorreu com os ancestrais no Egito, o povo judeu estava entregue à sorte dos maus – algo que se pode observar pela frase do rei Assuero a Amã: “quanto a este povo, é teu: faze dele o que quiseres!” (Est 3,11) –, mas não abandonado por Deus, pois aos justos (àqueles que se mantêm fieis) Ele

⁷³ Dentre os sonhos mais conhecidos, temos o sonho do faraó (Gn 41,1-36), e o de Nabucodonosor (Dn 2,1-47).

socorre. E como “tudo está sob o olhar de Deus” (Est 8,12d), este “mudou o coração do rei e o inclinou para mansidão” (Est 5,1e), que depois concedeu aos judeus, em todas as cidades onde estivessem, que encontrassem e matassem seus inimigos (Est 8,11-12; 9,1-3.5-10.14-19a).

Outro exemplo de como o enunciador quer transmitir esta mensagem, a enunciação de Deus como Senhor da história, tema importantíssimo para o enunciatário, é o relato da ira que Amã estava sentindo por Mardoqueu, o que levou sua mulher e amigos a lhe dizerem: “Manda preparar uma forca de cinquenta côvados”, responderam-lhe sua mulher Zares e seus amigos, ‘amanhã de amanhã pedirás ao rei que nela seja enforcado Mardoqueu!’ (Est 5,13-14). Mas, como é Deus quem controla a história, os planos dos maus acabam se voltando contra eles (Sl 35,1-9), pois, segundo o enunciador, no momento em que Assuero soube o que Amã pretendia contra Mardoqueu e todos os judeus,

O rei levantou-se, indignado, e do lugar do banquete saiu para o jardim do palácio. Amã também levantou-se, para pedir à rainha Ester por sua vida, pois percebera que o rei já tinha decidido a sua desgraça. [...] Disse Harbona, um dos eunucos que estavam a serviço do rei:

‘Há uma forca na casa de Amã, com cinquenta côvados de altura, que ele preparou para Mardoqueu, aquele que falou em defesa do rei’. Assuero ordenou: ‘Enforcai-o nela!’ (Est 7,7.9).

Podemos perceber que fazia parte da enunciação do enunciador transmitir esperança de dias melhores para seu enunciatário compatriota, e de que no fim o bem sempre triunfa sobre o mal. A mesma certeza, porém, não temos quanto a intenção sobre quem foi/seria o autor da libertação e salvação do povo para esse enunciador. Dependendo da versão do Livro de Ester a que o enunciatário teve contato (a versão grega ou a hebraica), ocorre variação quanto a quem ocupa o papel de libertador do povo. Segundo a versão grega, Deus é o grande Salvador (Est 4,17s; 5,1a; 10,3f) e Libertador (Est 4,17y; 10,3f), pois Ele ouviu as preces de Ester (Est 4,17a-17h.17k-17y), Mardoqueu (4,8a-8b) e do povo de Israel reunido (Est 4,17i); e foi Ele quem tocou e mudou o coração do rei Assuero (Est 5,1e). Já a versão hebraica apresenta Mardoqueu e Ester como judeus exemplares – Mardoqueu: Est 3,2; 4,1. Ester: Est 2,13.15; 4,16 –, de modo que eles, por sua fidelidade, são suscitados por Deus para libertarem o povo (Est 3,3-6; 4,14; 7,3; 8,6).

Os temas da fidelidade e da recompensa de Deus também podem ser destacados como presentes na intenção de comunicação do enunciador para o enunciatário mais próximo deste. Por esta fidelidade se apresentaria o ideal

tipológico do judeu da diáspora, um ponto que aproxima os livros de Ester e Daniel (ZENGER, 2003, p.262). Este judeu da diáspora é aquele tentado a abandonar a fé, mas que prefere manter-se fiel aos mandamentos de Deus (Est 3,2-5; Dn 3,1-23); diante das adversidades não cessa de manter-se humilde e em confiante oração (Est 4,1.17-17n; Dn 3,24-45); e por sua fidelidade encontra graça diante de Deus, que vai em seu auxílio (Est 6,10; 7,2-3; Dn 3,46-90) e o coloca em posição de destaque. É justamente o que ocorreu com Mardoqueu, que a medida que as verdadeiras intenções dos inimigos foram sendo reveladas, eles eram humilhados e Mardoqueu “se tornava um homem cada vez mais poderoso” (Est 9,4), chegando “(a ser) o primeiro depois do rei Assuero” (Est 10,3).

Ligada à enunciação da fidelidade está a do valor (preço) que o ser humano tem diante de Deus. O enunciador descreve que Amã ofereceu dez mil talentos de prata pela vida de todos os judeus do reino de Assuero (Est 3,9)⁷⁴; um valor extremamente alto. Porém, o Salmo afirma que caríssimo é o preço da alma (vida) do homem, e nem todo o dinheiro do mundo bastaria para isso (Sl 49,9). O mesmo não ocorre com o valor do coração contrito, da alma confiante, o qual é o único preço que agrada a Deus (Sl 51,19; 34,7-23). E é por esse preço que o povo, que faz jejuns e colocou-se em oração (Est 3,15b-15j; 4,16-17kk), conseguiu sua libertação (Est 10,3f-3i). Um ponto que certamente não passaria despercebido a um enunciatário judeu devoto, que rezava e meditava cotidianamente os Salmos.

Outra enunciação possível, especialmente voltada para enunciatários mais próximos do enunciador, membros do povo judeu na diáspora ou vindos da diáspora, seria a de que Deus não somente habita no Templo, mas lá onde seu povo, aquele que Ele criou e que lhe é fiel, se encontra (REED, 1993, p.72). Tal perspectiva ganha mais força quando compreendida à luz de Isaías 57,15:

Pois assim diz o Excelso, o Altíssimo, Aquele que mora na eternidade e cujo nome é Santo: ‘Em lugar elevado e santo eu moro, mas também ao lado do massacrado e do humilde, para levantar o ânimo dos humildes, e fortalecer a coragem dos massacrados.

E também de Isaías 66,1-2:

Assim diz o Senhor: ‘O céu é o meu trono, a terra, o apoio dos meus pés. Que tipo de casa podereis construir para mim? Que lugar me poderia servir de pousada? Tudo o que aí está, minhas mãos é que fizeram; tudo o que existe é meu – oráculo do Senhor. Aqueles por quem eu olho são: o pobre, o de espírito abatido, o que treme diante de minha palavra.

⁷⁴ O equivalente a trezentas e quarenta toneladas de prata; o que daria aproximadamente cinco milhões e quinhentos mil dolares, em valores atuais.

Segundo Schmidt “(as) comunidades na diáspora surgiram não apenas na Babilônia, mas por várias razões também no Egito [...], foi nessas condições que a fé cresceu e se tornou esperança para o mundo (Sf 2,11; Zc 14,9.16)” (SCHMIDT, 2012, p.33.44), ganhando perspectivas universais e universalizantes. Também segundo Stern, mesmo após o retorno de Esdras e Neemias para Jerusalém, grupos de judeus decidiram ficar na Babilônia, gerando um conflito entre os dois grupos (STERN, 2002, p.58-59). E se levarmos em conta a cronologia apresentada por Flávio Josefo, na qual Esdras e Neemias seriam anteriores ao período de Ester e Mardoqueu (FÁVIO JOSEFO, 2004, p.493-500.1123), preocupados com a pureza da raça e das tribos, contrários ao matrimônio entre judeus e membros de outros povos (Ne 9,1; Esd 9,1–10,17), esta possível enunciação poderia explicar o motivo pelo qual não há menção à Jerusalém e ao Templo, por parte do enunciador no Livro de Ester (no enunciado), optando por uma visão mais universal do Judaísmo.

Se a ausência de uma menção explícita à Lei, à Aliança, no Livro de Ester, seria facilmente percebida por um enunciatário imediato do enunciado, e que estivesse afinado com aquela visão da fé judaica de Esdras e Neemias, causando sérios problemas para ser compreendido como “Palavra de Deus”. Por sua vez, um enunciatário, também deste período, mas que tivesse uma visão mais universal dessa mesma fé, poderia interpretar os relatos do Livro de Ester como enunciação relativa a uma concretização das profecias de Jeremias e Ezequiel.

Proferidas em um contexto histórico e teológico de sofrimento e infidelidade do povo judeu, de “fracasso” da aliança (ELLIS, 2001, p.58); ambos profetas anunciaram que Deus purificaria e perdoaria seu povo, que a partir daí, “teria poder interior de viver segundo as leis e os costumes de Deus” (CRAVEN, 2001, p.83). Estes não apenas viveriam exteriormente sua fé, mas interiormente, pois teriam e trariam a Lei, a Aliança, não mais inscrita em pedra, mas nos próprios corações – assim proclama Jeremias:

Um dia chegará – oráculo do Senhor –, quando hei de fazer uma nova aliança com a casa de Israel e a casa de Judá. Não será como a aliança que fiz com seus pais quando pela mão os peguei para tirá-los do Egito. Essa aliança eles quebraram, mas continuei senhor deles – oráculo do Senhor, colocarei a minha lei no seu coração, vou gravá-la em seu coração; serei o Deus deles, e eles, o meu povo (Jr 31,31-33).

E, deste modo, o profeta Ezequiel:

Derramarei sobre vós água pura e sereis purificados. Eu vos purificarei de todas as impurezas e de todos os ídolos. Eu vos darei um coração novo e

porei em vós um espírito novo. Removerei de vosso corpo o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Porei em vós o meu espírito e farei com que andeis segundo minhas leis e cuideis de observar os meus preceitos. [...]. Sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus (Ez 36,25-28).

Esta enunciação fica mais evidente quando observamos não somente as atitudes de Ester, que mesmo não externalizando sua fé, mantinha-se fiel (Est 2,20; GALLAZZI, 1987, p.141); mas, também, quando focamos a oração do povo reunido, e a oração de Ester. Em sua oração o povo reconhece a infidelidade de outrora, porém, expressa sua confiança em Deus, contra toda esperança (Sl 40,2), transmitida assim pelo enunciador:

Se tivéssemos cumprido a tua lei e teus preceitos, teríamos continuado a viver em segurança e em paz por todo o tempo da nossa vida. [...]. Tem compaixão da tua parte escolhida e não entregues à infâmia a tua herança, deixando os inimigos dominarem sobre nós! (Est 3,15e.15i).

Ester, por sua vez, em sua oração traz à memória tudo o que Deus já fez pelo seu povo, e como eles, naquele momento, viviam sua fé. E assim pede o mesmo reconhecimento e os favores de Deus:

Agora, pois, ajuda-me, porque estou só, e não tenho ninguém senão tu, Senhor, meu Deus!
 Tu sabes que a tua serva tem abominado reclinar-se com os incircuncisos.
 Ó Deus, tu sabes que eu não tenho comido da mesa de suas maldições, nem bebido o vinho das suas libações.
 Tu sabes que, desde o dia de minha coroação, não tenho tido alegria senão somente em ti, Senhor.
 Tu sabes, ó Deus, que, desde o momento em que este traje passou por minha cabeça, eu o abomino como a um trapo imundo, e não foi feliz o dia em que o revesti. [...].
 E a nós, livra-nos das mãos dos nossos inimigos; converte o nosso luto em alegria e as nossas dores em salvação! (Est 4,17bb-17ff.17hh).

Ao que Deus os atende e confirma, no final da história. Algo que deveria ser lembrado pelas futuras gerações, com a festa do *Purim*:

E o meu povo, isto é, Israel, são os que clamaram ao Senhor. E o Senhor salvou o seu povo e livrou-o de todos os males, fazendo grandes sinais e prodígios, que não são feitos entre as nações. [...].
 E Deus recordou-se do seu povo e fez justiça para a sua herança. Por isso serão celebrados estes dias do mês de Adar, quatorze e quinze desse mês, como dias de reunião e alegria e gozo diante de Deus, ao longo de vossas gerações, no povo de Israel (Est 10,3f.3i-3k).

Para enunciatários judeus, especialmente aqueles que passaram pela experiência do exílio, Ester poderia ter figurado como personificação de Israel (dos israelitas), ou, ao menos, como modelo daquilo que Israel deveria ter sido; não uma “nação rebelde”, de “cabeça dura e coração de pedra”, como denunciou o profeta Ezequiel (Ez 2,3.4).

O profeta compara Israel a uma esposa, cuidada pelo Senhor, pois órfã de pai e de mãe (Ez 16,4-5); ornada com riquezas e admirada por sua beleza (Ez 16,10-14). No entanto, infiel ao Senhor, confiando em si mesma e nas riquezas que possuía; não vivendo a fidelidade ao Senhor e seus preceitos, entregando-se a outros deuses, tal como uma prostituta (Ez 16,15-18.28-32). Ester, por sua vez, mesmo sendo, também ela, órfã (Est 2,7); dotada de beleza e de riquezas (Est 2,7.9.15-17); não se prendeu a essas coisas, e quando foi questionada por Mardoqueu para manifestar sua fé perante o rei e todo o reino, “procurou refúgio no Senhor”, tirou suas vestes de luxo e os perfumes e vestiu vestido de luto e pôs cinzas na cabeça (Est 4,17n-17o).

A enunciação que segue desta comparação é a de que por sua infidelidade Israel foi despojado de tudo e tornou-se escravo e foi destruído (Ez 16,35-43); Ester, por sua vez, por confiar-se ao Senhor, conseguiu sua vida e a libertação do inimigo (Est 4,17dd-17kk; 7,3–8,7). Num claro convite a que o povo aprenda no que e em quem colocar sua confiança (Sl 130,5-8; 143,8-12), a quem voltar o seu olhar (Sl 123,2).

Em um contexto de violência e de turbulência social, no qual o possível enunciatário imediato poderia estar inserido, aquelas atitudes descritas pelo enunciador como de aparente ‘violência’ – o ato de decretar a morte de todos aqueles que eram contra os judeus, não deixando nem mesmo as mulheres e crianças com vida (Est 8,9–9,19a) –; podem ser facilmente percebidas como enunciação da inevitável consequência das atitudes dos maus, e, portanto, como obra da justiça divina (Est 10,3i), assim como da crença de que para o bem sobressair o mal, necessariamente, deve perecer (GRADL; STENDEBACH, 2001, p.101; GALLAZZI, 1987, p.104-106). Num claro cumprimento da Lei, que determinava que sendo constatado o falso testemunho de alguém, este deveria receber a punição que desejava infringir para o irmão (Dt 19,18-21).

Tomando por pressuposto a anterioridade do Livro do Cântico dos Cânticos sob o Livro de Ester⁷⁵, e não levando em conta uma possível manipulação dos sentimentos do rei Assuero, por parte de Ester (o que, aliás, consistiria em uma visão pejorativa da feminilidade da mulher, e na incapacidade desta em empreender

⁷⁵ É sabido que o Livro do Cântico dos Cânticos é do período pós-exílico, ao menos no que se refere a sua redação final (BOADT, 2001, p.48), já que para alguns os primórdios da redação datam de 500 a.C. (STADELMANN, 1998, p.22).

relações verdadeiras); um enunciatário mais próximo do enunciador poderia perceber polifonia entre esses dois enunciados, e como enunciação ‘a força e o poder do amor marital’. Sob esta ótica, a libertação, da parte de Deus, que “infundiu mansidão no espírito do rei” (Est 5,2g), teria sido mediada pelo amor entre o rei Assuero e Ester.

É possível identificar no Livro do Cântico dos Cânticos uma expressão (uma fórmula) utilizada várias vezes, e pela qual fica evidente que o amante quer demonstrar sua afeição pela amada: “ó minha irmã e esposa” (Ct 4,9.12; 5,1.2). Expressão similar usada pelo enunciador quando este apresenta o confronto de Ester com o rei Assuero; momento no qual ela, após suas orações, decide contar toda verdade ao rei e clamar por sua vida e de seu povo. Neste confronto o rei Assuero, ao tomar Ester em seus braços, que desmaiara, diz: “Que tens, rainha Ester, minha irmã e participante do meu reinado? Sou teu irmão, não temas, não morrerás [...]” (Est 5,2h-2i).

E não somente por esta relação, mas também quando, por algumas vezes, é descrito que Assuero diz a Ester: “Que queres, rainha Ester? Qual é o teu pedido? Ainda que pedisse a metade do meu reino, ela te seria concedida” (Est 5,3.6;7,2). Demonstrando seus sentimentos por Ester; a veracidade do que é relatado no início do enunciado, quando Ester se torna rainha:

Ester foi, pois, conduzida ao aposento do rei Assuero, no décimo mês, que chamam de Tebet, no sétimo ano do seu reinado. E o rei a amou mais do que a todas as mulheres, e ela conquistou sua graça e favor acima das outras jovens. Tanto assim que Assuero pôs o diadema real na cabeça de Ester e a fez sua rainha (Est 2,16-17).

Além de confirmar o preceito apresentado no Livro do Cântico dos Cânticos, que diz ser o amor superior a todas as riquezas que alguém possa adquirir (Ct 8,7).

Por sua vez, um enunciatário mais próximo do enunciador, marcado pelo paradigma de Salomão como o modelo do rei sábio (BOADT, 2001, p.46), poderia enxergar no relato da oração de Ester uma polifonia com a suposta oração (o pedido) de Salomão, descrita em 1Rs 3,5-12.13:

[...] o Senhor apareceu a Salomão, num sonho noturno, e lhe disse: ‘Pede o que desejas e eu to darei’. Salomão respondeu: ‘Tu mostraste grande benevolência para com teu servo Davi, meu pai, porque ele andou na tua presença com fidelidade, justiça e retidão de coração para contigo. Tu lhe conservaste esta grande benevolência e lhe deste um filho para se sentar no seu trono, como é o caso hoje. Agora, Senhor, meu Deus, fizeste reinar o teu servo em lugar de Davi, meu pai. Mas eu não passo de um adolescente, que não sabe ainda como governar. Teu servo está no meio do teu povo eleito, povo tão numeroso que não se pode contar ou calcular.

Dá, pois, a teu servo, um coração obediente, capaz de governar teu povo e de discernir entre o bem e o mal. Do contrário, quem poderá governar este teu povo tão numeroso?’

Este pedido de Salomão agradou ao Senhor. Deus disse a Salomão: ‘Já que pediste estes dons e não pediste para ti longos anos de vida, nem riquezas, nem a morte de teus inimigos, mas sim sabedoria para praticar a justiça, vou satisfazer o teu pedido. [...] E dou-te também o que não pediste [...].’

E como é possível perceber, além de ser exaltado por Deus, Salomão, quando faz seu pedido a Deus, mesmo requerendo algo para si, isto não se constitui em algo para benefício próprio, mas para o bem de toda a comunidade (para o bem comum). De algum modo, a mesma pretensão pode ser identificada na oração de Ester (Est 4,17p-17kk), especialmente quando ela, após lembrar as ações de Deus na vida de seu povo, pede que continue a agir assim, mas agora por intermédio dela:

Agora, vem em auxílio a esta órfã, e inspira a palavra adequada à minha boca, diante do leão: torna-me graciosa a seus olhos e muda o seu coração, para que odeie quem nos ataca, para a perdição desse homem e dos que com ele consentem, E a nós, livra-nos das mãos dos nossos inimigos; converte o nosso luto em alegria e as nossas dores em salvação! (Est 4,17gg-17hh).

De tal modo, o enunciatário mais próximo do enunciador seria capaz de identificar como possível enunciação do Livro de Ester a exaltação de Ester como governante sábia e temente a Deus, conforme Salomão. Concomitante a esta enunciação teríamos a da defesa desse tipo de postura do governante, que é capaz de exercer sua função como um serviço ao povo, ao coletivo, confiado a ele por Deus, e não um servir-se do povo, angariando cada vez mais bens materiais para si.

No caso de um enunciatário mais próximo do enunciador, atento e ciente de que a esterilidade, um matrimônio sem filhos, é indício de um matrimônio infeliz e não abençoado por Deus (Gn 33,5), pois como diz o salmista:

Os filhos são herança do Senhor, é graça sua o fruto do ventre. Como flechas na mão de um guerreiro são os filhos gerados na juventude. Feliz o homem que tem uma aljava cheia deles: não ficará humilhado quando vier à porta para tratar com seus inimigos (Sl 127,3-5).

E ainda: “Tua esposa será como uma vinha fecunda no interior de tua casa; teus filhos, como brotos de oliveira ao redor de tua mesa. Assim será abençoado o homem que respeita o Senhor” (Sl 128,3-4).

Não passaria despercebido a esse enunciatário o fato de que Ester, tomada em matrimônio no sétimo ano do reinado de Assuero (Est 2,16), em nenhum momento no enunciado (no Livro) é apresentada como mãe, como tendo filhos.

Porém, no décimo segundo ano de seu reinado, mais precisamente no terceiro mês, Assuero fez grande declaração de amor a Ester, oferecendo-lhe até metade de seu reino (Est 5,3.6; 7,2); o mesmo mês no qual Ester se entregou inteiramente a Deus, e quando a sorte dos judeus tomou novo rumo (Est 8,9). O interessante desses relatos e a relação entre eles é o fato de que ocorrem nove meses antes da data que deveria ser lembrada e celebrada “[...] por cada geração, em cada parentela, em todas as províncias e cidades [...] (como o dia que) Deus recordou-se do seu povo e fez justiça para a sua herança” (Est 9,28.10,3i); como se, por obra de Ester, tivesse sido gestada a liberdade do povo, sinal de felicidade e benção, “alegria e gozo diante de Deus” (Est 10,3k).

A aparente esterilidade de Ester, como afirma Suzana Chwartz (2004, p. 16), poderia ser vista como enunciação da misericórdia de Deus, tendo nela seu símbolo supremo e emblemático. Em si a esterilidade não é vista como algo bom, podendo, entretanto, ser um ensejo para a mudança de vida do povo e para a atuação de Deus, alimentando a esperança de um novo porvir (CHWARTS, 2004, p.17).

Se levarmos em conta que *Iliada* e *Odisseia* (de Homero) e os escritos de Hesíodo, Sófocles e outros importantes autores gregos antigos⁷⁶, estão para a cultura grega como a Bíblia está para a cultura judaica e cristã (REALI; ANTISERI, 1990, p.15; FABRINO, 2014, p.53-72), é possível dizer que para esses enunciatários judeus vindos da cultura helênica, o Livro de Ester possa ter sido lido intertextualmente à obra **Antígona** de Sófocles (2005). Aliás, segundo os estudiosos Marguerite Harl, Gilles Dorival e Olivier Munnich (2007, p.103), o Livro de Ester teve grande difusão dentre os judeus helênicos.

É possível identificar na obra de Sófocles a enunciação referente à relação entre a lei vinda da família, dos deuses (*oikós* - **οἶκος**), e a lei civil (da *pólis* - **πόλις**) (FREITAG, 2005, p.59-62). Antígona é apresentada como aquela que age segundo as leis e preceitos tradicionais e religiosos; Creonte, o chefe político, por sua vez, é aquele que age a partir das leis da cidade (FREITAG, 2005, p.23). O embate entre ambos e suas posturas, se dá quando Antígona, no intuito de sepultar o irmão (Polinice), desacata as leis de Creonte, descumprindo as leis da cidade:

ANTÍGONA: Faze tu o que quiseres; quanto a meu irmão, eu o sepultarei!
Será um belo fim, se eu morrer, tendo cumprido esse dever.
[...]

⁷⁶ Dentre os quais destacamos Eurípides; Aristófanes; Ésquilo; Esopo; Píndaro; Safo e Anacreonte.

CREONTE: (*Ao guarda*) Podes ir para onde quiseres, livre da acusação que pesava sobre ti! (*a ANTÍGONA*) Fala, agora, por tua vez; mas fala sem demora! Sabias que, por uma proclamação, eu havia proibido o que fizeste?
 ANTÍGONA: Sim, eu sabia! Por acaso poderia ignorar, se era uma coisa pública?
 CREONTE: E apesar disso, tiveste a audácia de desobedecer a essa determinação?
 ANTÍGONA: Sim, porque não foi Júpiter que a promulgou [...] (SÓFOCLES, 2005, p.6-7.16).

Por sua vez, excedendo as leis da polis, Creonte condena Antígona à morte, também recebendo punição da parte dos deuses:

ANTÍGONA: Ó cidade de meus pais, terra tebana! Ó deuses, autores de minha raça! Vejo-me arrastada! Chefes tebanos, vede como sofre a última filha de vossos reis, e que homens a punem, por haver praticado um ato de piedade! [...].
 CREONTE: Encerrai-a (*Antígona*), como vos ordenei, na cavidade de pedra, e deixai-a ali só, para que morra... ou fique sepultada viva em tal abrigo. [...] Ainda que as águias de Júpiter quisessem levar ao trono do supremo deus os restos de seu corpo, eu, sem receio de tal profanação, não consentirei que o sepultem!
 [...]
 CREONTE: Eu próprio, visto que mudei de resolução, eu próprio, que ordenei a prisão de ANTÍGONA, irei libertá-la! Agora, sim, eu creio que é bem melhor passar a vida obedecendo as leis que regem o mundo (a lei dos deuses)!
 [...]
 CREONTE: Erros de minha insensatez! Obstinação fatal! Vede... na mesma família, vítimas e assassinos! Ó sorte desgraçada! Meu pobre filho! Jovem, sucumbiste por uma morte tão triste... perdeste a vida não por tua culpa, mas pela minha!
 O CORIFEU: Oh! Agora é tarde! Parece-me que o que estás vendo, é a justiça dos deuses! (SÓFOCLES, 2005, p.30.32.35.38).

Ao final, mesmo havendo uma aparente impossibilidade de que ambas as leis (a divina e a civil) coexistam, sobressai a enunciação de que é possível uma mediação. Porém, entre ambas, a lei divina está hierarquicamente acima da lei dos homens, agindo mal todo aquele que não compreende essa mediação e hierarquia (FREITAG, 2005, p.23-24).

Em havendo uma leitura intertextual por parte do enunciário, este poderia identificar semelhanças no proceder de Ester e de Antígona (representantes da lei divina), assim como de Amã e Creonte (representantes da lei e do poder civil). O que faria emergir como enunciação do Livro de Ester a relação entre as leis divina e civil. E como na obra de Sófocles, no enunciado bíblico ficaria evidente que a lei divina tem sempre a primazia, não devendo ser deixada de lado. Esses elementos podem ser observados quando o enunciador descreve que as leis divinas, praticadas por Ester e pelos judeus, são “justíssimas” (Est 8,12s), já as promulgadas por Amã, fundadas na arrogância (Est 8,12p); e quando os planos malvados de Amã

são revelados, e seu poder é transferido para Ester e Mardoqueu, submetendo as leis civis às leis divinas:

O rei tirou o anel, que havia retomado de Amã, e o entregou a Mardoqueu. [...] (Assuero disse a Mardoqueu e Ester): Escrevei, pois, aos judeus, o que achardes melhor, em nome do rei, autenticando as cartas com o meu anel. O que for escrito em nome do rei, e for autenticado, não poderá ser anulado (Est 8,2.8).

A distinção estaria no fato de que no Livro de Ester é Amã, o representante da lei civil, quem morre (Est 8,7); e a função pedagógica da obra não está no aprendizado com o erro, mas na observância da lei divina e em sua plena confiança em Deus (Est 8,15-17; 10,3f-3k).

4.2.3.2 A enunciação a partir do enunciatário atual

Agora que iremos nos voltar sobre a relação entre enunciador e o enunciatário atual, algo que não se pode perder de vista é que hoje, quando um enunciatário toma contato com o Livro de Ester, este, necessariamente, vem apresentado no contexto dos textos bíblicos, tidos como Revelação e Palavra de Deus para os judeus e cristãos, como inspirados⁷⁷. Dado este que mesmo um não-crente deve levar em conta⁷⁸. É isto que se chama de contextualização prospectiva, levando em conta o lugar social, histórico, cultural, ideológico etc., no qual o enunciado está inserido no momento em que entra em contato com o enunciatário; algo importantíssimo para a interpretação, para que haja frutuoso diálogo com o enunciado (KOCH, 2004, p.44).

Quando Bakhtin fala que o enunciatário não pode ser compreendido como uma entidade passiva no processo comunicativo, é a este dado da contextualização prospectiva e também dos outros tantos pressupostos que estão presentes no momento do confronto entre enunciado e enunciatário, que ele se refere (BAKHTIN, 1997, p.290).

⁷⁷ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **Inspiração e verdade da Sagrada Escritura**. São Paulo: Paulinas, 2014, p.18-21.

⁷⁸ Nossa proposição segue a mesma lógica da afirmação de Karl Rahner acerca da palavra “Deus” e de como todos, independentemente de crentes ou não, nos relacionamos com ela e com toda a sua semiologia (o ser onisciente, onipotente, onipresente etc.). Para Rahner, então, “mesmo para o ateu, mesmo para o que declara que Deus está morto, mesmo para eles, [...], Deus existe pelo menos como o que eles julgam dever declarar morto [...]” (1989, p.63). Deste modo, se concebe que qualquer indivíduo, ao tomar em mãos a Bíblia, a confronta como sendo “Palavra de Deus”, mesmo que seja para refutar tal crença.

Isto ocorre pois o enunciador, ao passar a palavra a outro, por meio do enunciado, aceita que o enunciatário possa concordar com ele ou não, executar seus preceitos ou julgá-lo, inclusive podendo completá-lo em seus sentidos, pois o agir do enunciatário é sempre responsivo ativo (BAKHTIN, 1997, p.295.298). O processo que produz a enunciação é uma via de mão dupla, requerendo não só a participação do enunciador mas também do enunciatário, com tudo aquilo que ele traz consigo (BAKHTIN, 1997, p.297).

A partir disso, se para um enunciatário que se encontrava no contexto da cultura judaica dos primeiros séculos antes de Cristo, as temáticas (mensagens - enunciações) apresentadas anteriormente poderiam ser as que mais se destacavam; outras enunciações surgem com mais contundência a enunciatários de hoje, de modo distinto ou mesmo mais incisivo – porém, nunca contraditoriamente às anteriores (MARCUSCHI, 2011, p.97). É o conhecimento e reconhecimento, por parte do enunciatário do enunciado com um todo, dos próprios pressupostos, do contexto do enunciado, das influências sócio-históricas e das ideologias que ele traz consigo, que contribuem para que não ocorram pressuposições falsas, inadequadas (KOCH, 2004, p.46).

Sendo assim, é possível reconhecer que o tema da importância social da mulher parece dizer muito a enunciatários atuais, especialmente devido ao contexto da revolução feminina que vivemos (STORNILO, 1995, p.22). Como chamou atenção São João Paulo II, o apelo pela dignidade da mulher é “próprio do tempo em que vivemos” (MuD 28), e exige que reconheçamos que “a mulher não pode tornar-se ‘objeto’ de ‘domínio’ e de ‘posse’ do homem” (MuD 10). Neste contexto, tanto Ester quanto Vasti (a primeira rainha do rei Assuero e a quem Ester substitui – Est 1,9–2,18) aparecem como modelo de mulheres que não se deixam tratar como meros objetos e que são muito mais do que beleza exterior (STORNILO, 1995, p.20). Assim agiu a rainha Vasti:

No sétimo dia, como o rei estava mais alegre por causa do vinho, deu ordem aos sete eunucos que o serviam [...], que introduzissem a rainha Vasti diante do rei, ela trazendo sobre a cabeça o diadema real. Assuero queria exibir, diante de todos os povos e príncipes a beleza da rainha. [...]. Mas ela recusou-se a comparecer, apesar da ordem do rei [...] (Est 1,10-12).

Assim agiu Ester:

‘Todos os servos do rei, e todas as províncias que estão sob o seu domínio, sabem que há uma lei ordenando a morte imediata para quem quer que seja, homem ou mulher, que entre para dentro do átrio do rei sem ter sido

chamado. [...]'. Então Ester mandou este recado a Mardoqueu: 'Procurai reunir todos os judeus que se encontram em Susa, e fazei um jejum por mim. Nada comais e bebais durante três dias e três noites. Também eu com minhas escravas jejuaremos da mesma forma. Depois me apresentarei ao rei, mesmo contrariando o preceito (Est 4,11.15-16).

Ester ganha destaque por sua liderança (Est 4,15-16.17m-17kk), num contexto que somente os homens exerciam funções de comando. Ela é apresentada com uma mulher virtuosa, humilde (Est 2,13.15), e que não foge à luta, chegando a dizer: "Se for preciso morrer (para libertar meu povo), morrerei" (Est 4,16). Este outro elemento também surge, especialmente para um enunciário atual, como ponto de diálogo com o enunciado, como enunciação; inclusive no contexto religioso atual, quando o Papa Francisco pede que não seja descartada a contribuição social e eclesial que a mulher pode dar (EG 103-104).

Ainda sob a ótica da enunciação de valorização da mulher, é possível perceber que mesmo ocupando posição de comando, tradicionalmente masculina, o enunciador não deixa de mostrar (evidenciar) as características femininas em/de Ester.

Ela é verdadeiramente uma líder, corajosa e audaciosa: "Procurai reunir todos os judeus que se encontram em Susa, e fazei um jejum por mim. [...]. Depois me apresentarei ao rei, mesmo contrariando o preceito. Se for preciso morrer, morrerei" (Est 4,16). E assim responde e age diante do rei Assuero: "Ela respondeu: 'Se encontrei graça a teus olhos, ó rei, e se te agrada, concede-me a vida, pela qual suplico, e a vida do meu povo, pelo qual te peço'" (Est 7,3).

Sem deixar de ser verdadeiramente feminina, delicada, sensível e vaidosa: "Edissa, também chamada Ester, órfã de pai e mãe, muito bela e atraente" (Est 2,7); "aproximando-se de Ester, suas escravas e os eunucos contaram-lhe tudo (a respeito do decreto da morte dos judeus e de como estava Mardoqueu). Ouvindo isso, ela angustiou-se muito e mandou roupas para que Mardoqueu se vestisse" (Est 4,4); "(Ester) apoiando-se numa (escrava), com elegância, enquanto a outra seguia sua senhora, carregando a cauda do vestido [...], com o rosto enrubescido e o olhar gracioso e resplandecente, escondia um ânimo triste e angustiado, pelo medo da morte" (Est 5,2b-2d).

Demonstrando que não é necessário masculinizar a mulher para que esta seja valorizada, bastando ser verdadeira o que se é, e confiar-se inteiramente a Deus (Est 4,17n). E como salientou Ivo Storniolo (1995, p.46), por este modo próprio

de agir da mulher, Deus também revela uma de suas facetas, até porque Deus é mãe, como disse o Papa João Paulo I (JOÃO PAULO I; JOÃO PAULO II, 2005, p.57).

A um enunciatório atual, ciente da situação na qual, nos últimos anos, se encontra a esfera política, dos clamores para que o poder constituído seja exercido em favor de todos e para todos (CV 25; DA 408; CNBB, 2010, p.11), e do notório agravamento da corrupção (DA 77; CNBB, 2010, p.14); não escaparia a percepção da enunciação referente à temática do poder, ou melhor, do correto uso do poder, ou como o enunciador se expressa:

Muitos, para sua soberba, têm abusado da excessiva bondade dos príncipes e da honra que lhes foi conferida. [...]. Frequentemente, também, muitos, que foram constituídos em autoridade, por conselho de amigos aos quais tinham sido confiados encargos, tornaram-se participantes do derramamento de sangue inocente e foram implicados em calamidades irremediáveis. [...] (Amã) que chegou a ser publicamente chamado de nosso pai e foi reverenciado por todos como o segundo depois do rei [...] deixou-se levar por um tão grande impulso de arrogância [...] (Est 8,12e.12h.12o-12p).

É possível perceber que o enunciador fez uma contraposição entre o mau governante e o bom governante (STORNILO, 1995, p.36-37.41-42). Amã é aquele que usa mal do poder e busca a própria glória - "(Amã) deixou-se levar por um tão grande impulso de arrogância, que chegou a tentar privar-nos do reino e até da vida" (Est 8,12p) -, usa indevidamente o poder que tem (Est 8,12f-12g). Ester é aquela que usa bem e para o bem o seu poder, mesmo que este possa lhe custar a vida - "se for preciso morrer, morreréi" (Est 4,16) -, ainda que em um dado momento tenha sido lembrada por Mardoqueu deste seu dever - "se agora te calares, a libertação e salvação virão aos judeus de outra parte, mas tu, com a tua família, morrerás" (Est 4,14).

Um enunciatório cristão atual, recordando a exortação feita por Paulo a Tito: "Lembra a todos que devem sujeitar-se aos magistrados e às autoridades em geral, obedecer-lhes às ordens, ser prontos para toda obra boa" (Tt 3,1), e mesmo, o pedido feito pelos Papas Bento XVI e Francisco logo após sua eleição⁷⁹, para que

⁷⁹ Disse o Papa Bento XVI: "[...]os Senhores Cardeais elegeram-me, simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor. Consola-me saber que o Senhor sabe trabalhar e agir também com instrumentos insuficientes. E, sobretudo, recomendo-me às vossas orações" (BENTO XVI. **Primeira saudação de sua santidade Bento XVI**. Disponível em: << http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050419_first-speech.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2015).

Disse o Papa Francisco: "[...] agora quero dar a Bênção, mas antes... antes, peço-vos um favor: antes de o Bispo abençoar o povo, peço-vos que rezeis ao Senhor para que me abençoe a mim; é a oração do povo, pedindo a Bênção para o seu Bispo. Façamos em silêncio esta oração vossa por

todos os fiéis orassem por eles; além de identificar uma enunciação no Livro de Ester, que faz referência à postura (às ações) que devem ter os bons governantes, também será capaz de identificar como enunciação do Livro de Ester, o convite que é feito ao modo como os governados (os cidadãos) devem agir para com seus governantes.

Demonstrando a importância e a necessidade da colaboração dos cidadãos para com o governante, tal atitude pode ser identificada quando Ester resolve assumir seu papel de mediadora do povo. Ela pede que todos os judeus da cidade de Susa, a capital do império, orem e façam jejum em seu favor: “Procurai reunir todos os judeus que se encontram em Susa, e fazei um jejum por mim. Nada comais e bebais durante três dias e três noites. Também eu com minhas escravas jejuaremos da mesma forma” (Est 4,16), “e todo o Israel com todas as forças clamou ao Senhor” (Est 4,17m). Cada qual, segundo suas capacidades, contribui a fim de que o governante possa cumprir com sua missão. A unidade, a capacidade de sentir juntos, será fundamental na história de Ester, para que ela e todo o povo possam ter suas orações atendidas e serem salvos e libertados de seus inimigos.

Vinculado às enunciações sobre o ‘bom governante’ e o ‘auxílio que o povo deve dar a esses governantes’, seria possível para um enunciatário atual, no contexto do reconhecimento da laicidade do Estado, discernir como enunciação uma referência ao lugar que a religião pode e deve ocupar na sociedade – a religião no espaço público.

Para esse enunciatário o Livro de Ester demonstra não existir incompatibilidade entre ser fiel à doutrina religiosa (à fé) e o viver sob as leis do Estado, quando há respeito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa (DH 15; MM 102). E como defende a Igreja Católica, respeitar a fé de cada um é um dever “concomitante e correlativo ao direito natural e civil da liberdade de consciência e de religião” (DC 8), além do mais, “se nem todos acreditam nesta verdade, todos os que dela estão convencidos têm o direito de serem respeitados na sua fé e nas opções de vida, individual e comunitária, que dela derivam” (CL 39)⁸⁰.

No Livro de Ester esta enunciação se evidencia quando Mardoqueu, por objeção de consciência (baluarte da liberdade de consciência e da liberdade

mim” (FRANCISCO. **Benção Apostólica Urbi et Orbi**. Disponível em: << <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/elezione/index.html>>>. Acesso em: 17 de jun. de 2015).

⁸⁰ Para maiores aprofundamentos sobre o tema: GE 8; RH 17; RMI 8; QIA 2; AM 94; EAs 34; VS 64.

religiosa), se negou a fazer a prostração a Amã, que segundo o judaísmo era devida apenas a Deus:

Todos os servos do rei, que se encontrassem na entrada do palácio, dobravam os joelhos e se inclinavam diante dele (Amã): assim havia prescrito o rei a seu respeito. Só Mardoqueu não dobrava os joelhos nem se inclinava perante ele [...], (já) que alegava ser judeu [...] (Est 3,2.4).

E como o próprio Mardoqueu salienta, em sua oração:

Tu sabes, Senhor, que eu de boa vontade adoraria as plantas dos pés de Amã, para salvar Israel. Não o fiz, porém, para não colocar a glória de um ser humano acima da glória do meu Deus, e não adorarei a outro senão a ti, Senhor, meu Deus (Est 4,17f-17g).

Entretanto, mesmo sendo judeu exilado, isto não o impediu de agir para salvar o rei de um atentado contra sua vida, pois os judeus não tinham nada contra o rei (GALLAZZI, 1987, p.19):

Por aquele tempo em que Mardoqueu permanecia junto à porta do palácio, dois eunucos do rei, que eram porteiros, Bagatã e Tares, revoltaram-se e planejaram um atentado contra o rei. Mardoqueu o soube e logo avisou à rainha Ester. Esta comunicou-o ao rei, da parte de Mardoqueu. Feita a investigação e comprovando-se a culpa, os dois foram enforcados (Est 2,21-23).

Tais atitudes de Mardoqueu e dos judeus são consoantes àquelas recomendações dadas pelo profeta Jeremias, na carta que este escreveu ao primeiro grupo de exilados – aquele do qual Ester e Mardoqueu pertenciam (Est 2,5-6); na qual o profeta pede para que vivam bem e respeitem as leis do império:

‘Assim diz o Senhor dos exércitos, o Deus de Israel, a toda a população que levei de Jerusalém para o exílio na Babilônia: Construí casas para vossa moradia, cultivai pomares para comerdes as frutas, casai-vos, gerai filhos e filhas, cuidai de casar vossos filhos e filhas, e que eles também gerem filhos e filhas. Multiplicai-vos aí, não vos deixeis diminuir! Empenhai-vos pelo bem-estar da cidade para onde vos exilei, orai a Deus por ela, pois a felicidade desse lugar será vossa felicidade’ (Jr 29,4-7).

Se este enunciatório atual, inclusive, fosse conhecedor do Novo Testamento, poderia, também, entender essa enunciação a que nos referimos anteriormente, como corroboração daquelas palavras ditas por Jesus, quando foi questionado sobre a relação da fé com o Estado: “Devolvei, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus” (Mt 22,21; Mc 12,17; Lc 20,25); daquelas ditas por Paulo, exortando os cristãos a viverem coerentemente (PESCE, 1996, p.228-229):

Todos se submetam às autoridades que exercem o poder, pois não existe autoridade que não venha de Deus, e as autoridades que existem foram estabelecidas por Deus. [...]. De fato, não há razão para se temer o magistrado, quando se pratica o bem, mas somente quando se pratica o mal. [...] Por conseguinte, é preciso obedecer, não somente por medo do castigo, mas sobretudo por motivo de consciência. [...]. Dai a cada um o que

Ihe é devido: seja imposto, seja taxa, ou, também, o temor e o respeito (Rm 13,1.3.5.7).

E por Pedro, que parece ter os mesmos objetivos de Paulo:

Subordinai-vos a toda autoridade humana por amor ao Senhor, quer ao rei, como soberano, quer aos governantes, que por ordem dele castigam os malfeitores e premiam os que fazem o bem. Pois a vontade de Deus é precisamente esta: que, fazendo o bem, caleis a ignorância dos insensatos. Conduzi-vos como pessoas livres, mas sem usar a liberdade como pretexto para o mal. Pelo contrário, sede servos de Deus (1Pd 2,13-16).

Demonstrando que o reconhecimento da “autonomia do temporal” é algo legítimo e que em si não é ruim (GS 36; DSI 45-48); e que a fé também pode dar a sua contribuição para que a vida em sociedade possa atingir seu pleno objetivo e formar homens e mulheres mais justos e livres, e por consequência um mundo também cada vez melhor (AA 7.16; VS 64).

Atualmente denominada de postura ‘laicizante’ ou ‘laicista’, é aquela que vê como incompatíveis a vivência autêntica da fé e a vida em sociedade; justamente aquela postura adotada por Amã. Este, não aceitando a prática religiosa de Mardoqueu, que não se prostrava para ele, mas somente para Deus (Est 3,2-6), passa a considerar a religião judaica como: hostil; rebelde; com leis perversas; e promotora de discórdia; devendo ser banida para que fosse mantida a segurança e a concórdia:

[...] entre as tribos de toda a terra, está espalhado um povo hostil, o qual, agindo por suas leis contra os costumes de todas as nações, sempre despreza as ordens do rei, impedindo que se mantenha a concórdia das nações, por nós consolidada.

Tendo tomado conhecimento disto, vendo que só este povo rebelde segue leis perversas contra toda a raça humana e se opõe aos nossos interesses, comete os piores crimes e impede a paz do reino [...] (Est 3,13d-13e).

Postura que no final do enunciado é descrita como falsa e ardilosa por Mardoqueu e Ester no decreto que redigem (Est 8,12q); pois constatou-se que “os judeus, destinados à morte por esse pior dos mortais (Amã), não têm qualquer culpa. Ao contrário, observando leis justíssimas, eles procedem como filhos do Deus altíssimo [...]” (Est 8,12s-12t).

Um enunciatório, conhecedor do atual desejo do Papa Francisco de uma “reforma missionária” na Igreja (LS 3), e de seu convite a que a Igreja se coloque em “estado de saída”, e que por isso “sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos” (EG 24), aos moldes do pedido do próprio Jesus, para que a Igreja seja “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13), certamente perceberia Mardoqueu e Ester

como modelos dessa postura. Reconhecendo como enunciação o convite a, como Ester, estar “pronta para agir” (Est 4,14), e em “ação” (Est 4,17), como Mardoqueu.

Este enunciatário atual poderia reconhecer nos exemplos de Mardoqueu e Ester o exemplo daquelas pessoas que assumem sua função social, não apenas para conquistar benefícios para si, mas contribuem para o bem comum. Além de eles terem sido capazes de mobilizar todos do povo judeu a assumirem uma postura ativa contra o mal, na figura de Amã (Est 4,16). Usando a terminologia de Antônio Gramsci, eles poderiam ser chamados de “intelectuais orgânicos”.

Esta compreensão, por sua vez, segundo Swindoll (2008, p.27-28), não seria contraditória ao reconhecimento de Deus como soberano e senhor da história, aquele que “governa todas as coisas” (Est 8,12v); muito menos levaria as pessoas a assumirem uma postura passiva frente a essa mesma história. Pelo contrário, sendo os desígnios de Deus perfeitos e irresistíveis, as pessoas seriam movidas a assumir seu papel (sua função) social, levando a cabo a vontade de Deus, tal como se expressou Mardoqueu e como Ester fez:

‘Não penses em preservar somente a tua vida, entre todos os judeus, porque vives no palácio real. Se agora te calares, a libertação e salvação virão aos judeus de outra parte, mas tu, com a tua família, morrerás. Quem sabe se por isso mesmo chegaste à realeza, para que em tal situação estivesse pronta para agir?’.

Então Ester mandou este recado a Mardoqueu: ‘Procura reunir todos os judeus que se encontram em Susa, e fazei um jejum por mim. Nada comais e bebais durante três dias e três noites. Também eu com minhas escravas jejuaremos da mesma forma. Depois me apresentarei ao rei, mesmo contrariando o preceito. Se for preciso morrer, morrerei’ (Est 4,13-16).

Quando o enunciatário se vê marcado pelo contexto da reflexão sobre as minorias, aqueles que estão à margem da sociedade, percebendo “os sinais dos tempos na realidade atual” (EG 108) e as novas formas de pobreza e fragilidade (EG 210; 219); é possível compreender a enunciação de um Deus que está do lado dos pequenos, desses que estão à margem. Esta mesma lógica pode ser percebida na história de José, no Egito (Gn 37–50); do povo judeu no Egito (Ex 3–15) e/ou na Babilônia (Is 43–45; Esd 1–2); na escolha de David como rei (1Sm 16,1-13); na vocação de muitos dos profetas (Samuel – 1Sm 3,1-10; Isaias – Is 6,1-10; Jeremias – Jr 1,4-10 e etc.); e na qual Ester e Mardoqueu se inserem.

Ester e Mardoqueu, que procuraram “refúgio no Senhor” (Est 4,17n), transmitiram o convite a que todos os que se encontrem postos à margem, também se sintam acolhidos, fortalecidos e esperem em Deus, sua justiça (Sl 4,2). Sem nunca, porém, deixarem de ‘arregaçar as mangas’ e batalhar, dando a própria

contribuição, para que essa mesma justiça se faça realidade (CA 23), como o fez Ester – “Se for preciso morrer, morreréi” (Est 4,16). E se assim não fosse, Deus teria suscitado outro para que o fizesse (Est 4,14); até porque, como afirmou Santo Tomás de Aquino: “a graça não suprime a natureza mas a aperfeiçoa” (2001, p.150).

Unida à enunciação de uma defesa das minorias, um enunciatório atual também poderia identificar como enunciação, a crítica à ‘coisificação’ do ser humano. Quando o enunciador apresenta o diálogo entre Amã e o rei Assuero, é descrito que Amã ofereceu muito dinheiro pela vida de todos os judeus: “Se te apraz, manda lavrar o decreto da sua exterminação (a dos judeus), e eu entregarei dez mil talentos de prata aos caixas do teu tesouro” (Est 3,9). Algo para o qual Mardoqueu chama a atenção de Ester: “[...] informou sobre tudo o que havia acontecido, especialmente a promessa de Amã de conseguir dinheiro para os tesouros do rei, em troca do extermínio dos judeus” (Est 4,7), pois os judeus foram tratados não mais como seres humanos, mas como mercadoria; sobrepondo os interesses pessoais e econômicos à vida humana (EG 53.215; CA 41).

Outro momento onde essa enunciação pode ser percebida está no conteúdo do decreto emitido por Amã, no qual deixa claro que o objetivo de exterminar os judeus era por que eles atrapalhavam e impediam os interesses do rei: “[...] este povo rebelde segue leis perversas contra toda a raça humana e se opõe aos nossos interesses [...]” (Est 3,13e); objetivos maquiados com o argumento de que assim o reino atingiria a paz (Est 3,13b). Tal argumento é recorrente quando a vida humana perde seu valor, e os interesses pessoais, egoístas, transitórios e fugazes são colocados acima da vida humana, tal como se pode identificar quando estes seres humanos são: os mais pobres; os presidiários; os mendigos; os enfermos; os idosos ou naciuros (EV 12.60.87.97; CV 15; DCE 15). Opondo-se ao desejo de Deus, expresso no Livro de Ester, e depois, no Evangelho, dito pelo próprio Jesus, de que a vontade de Deus é de que todos tenham vida e vida em abundância (Jo 10,10; Est 4,17l; 10,3f).

Sob a ótica de uma teologia da prosperidade⁸¹, um tal enunciatório atual poderia compreender como enunciação do Livro de Ester a certeza de Deus como

⁸¹ Reconhecemos que o tema ‘teologia da prosperidade’ suscita várias polêmicas quanto a sua validade teórica ou mesmo às consequências práticas de uma sua adoção. Em nossa pesquisa, entretanto, não entraremos nesse mérito; e independentemente de nossa posição teórica não podemos descartar que um enunciatório adepto e defensor da teologia da prosperidade seja capaz de inferi-la como enunciação do Livro de Ester.

aquele que retribui o bem e a fidelidade, com benção, e o mal e a injustiça, com a devida punição – já que Deus “tudo julga, e odeia o mal” (Est 8,12g).

Para este enunciatório, a parte da história do povo de Deus descrita no Livro de Ester, seria a evidência de que apesar de o homem e a mulher de fé estarem no mundo eles não são do mundo (Jo 15,19), não devem compactuar com o mal e com a injustiça (Est 2,8.21-23; 3,1-5), nem se conformar a ele (Rm 12,2); não se entregando ideologicamente (STORNILO, 1995, p.33). Isto, pela convicção de que o justo vive pela fé (Lv 18,5; Hab 2,3s; Rm 1,17; Gl 3,11; Hb 10,38), e por conta disso nunca será abandonado por Deus (Sl 22), que se recorda de seu povo e faz justiça para sua herança (Est 10,3i); como está no Livro dos Provérbios: "Meu filho, guarda minhas palavras, conserva contigo meus preceitos. Observa meus mandamentos e viverás" (Pr 7,1).

Por sua vez, um enunciatório que tivesse como pressuposto a ‘teologia da graça’, tal como desenvolvida por Karl Rahner, compreendendo o “mérito” não como direito soberano adquirido pelo homem, por si mesmo, mas como “propriedade advinda da graça de Deus” (1969, p.215), poderia, facilmente, identificá-la como enunciação do Livro de Ester.

Sob esse paradigma, a libertação dos judeus, a reviravolta de sua sorte, não estaria alicerçada em uma retribuição à fidelidade do povo, mas sim, na benevolência, na misericórdia, na graça de Deus. Já que, como diz o salmista: “Do Senhor é a terra com o que ela contém, o universo e os que nele habitam. Pois foi ele que a estabeleceu sobre os mares e firmou-a sobre os rios” (Sl 24,1-2); “É dele o mar, pois foi ele que o fez, e também a terra firme, que suas mãos formaram” (Sl 95,5); “Que retribuirei ao Senhor por todo o bem que me deu?” (Sl 116,12); ou o profeta Isaías: “O céu é o meu trono, a terra, o apoio dos meus pés. [...] Tudo o que aí está, minhas mãos é que fizeram; tudo o que existe é meu” (Is 66,1-2); ou, ainda, o evangelista Lucas: “também vós; quando tiverdes feito tudo o que vos mandaram, dizei: ‘Somos simples servos; fizemos o que devíamos fazer’” (Lc 17,10). Pois qualquer obra, qualquer ação humana seria insuficiente para merecer algo de Deus ou retribuir-lhe, “a ‘graça’ permanece ação totalmente generosa e não merecida de Deus do começo ao fim” (DUNN, 2003, p.374).

Mais do que uma súplica, então, as orações de Mardoqueu e Ester (Est 4,17a-17kk) seriam vistas como um hino de louvor e um reconhecimento dessa mesma benevolência, fundamentando e manifestando sua esperança n’Ele:

[...].

Senhor, Senhor, Rei todo-poderoso, em teu poder estão todas as coisas e não há quem possa resistir à tua vontade, [...] tu fizeste o céu e a terra e todas as maravilhas que se encontram na abóbada celeste. Tu és o Senhor de todas as coisas e não há quem possa resistir a tua majestade.

[...].

Ouvi, dos livros dos meus antepassados, Senhor, que tu libertas, até o fim, a todos os que agradam. [...]. E a nós, livra-nos das mãos dos nossos inimigos; converte o nosso luto em alegria e as nossas dores em salvação! (Est 4,17c.17d.17aa.17hh).

Benevolência essa também professada ao final do Livro: “O Senhor salvou o seu povo e livrou-o de todos os males, fazendo grandes sinais e prodígios” (Est 10,3f); reconhecida como “obra de Deus!” (Est10,3a).

Para um enunciatário que compreendesse não haver menção ao nome de Deus no Livro de Ester, e que fosse conhecedor dos relatos envolvendo o Êxodo, seria possível perceber como enunciação a explicitação de que Deus, agindo por meio de intermediários seus, não intervém diretamente na realidade humana.

Assim, entende-se que o enunciador apresentou Mardoqueu e Ester como releitura de Moisés, pois, assim como este, eles tiveram o papel principal no processo de libertação do povo judeu. Pode-se, inclusive, perceber que após terem tomado contato com o decreto que ordenava que os judeus fossem mortos, exterminados e aniquilados (Est 3,13), esses, entre prantos e choro (Est 3,15b), “invocaram os Deus de seus antepassados” (Est 3,15c); que, por sua vez, suscitou Mardoqueu a procurar Ester, e ambos a trabalharem juntos para conseguirem a vida para si e para todo o povo (Est 7,3). Algo muito próximo daquilo relatado em Ex 3,7-10:

O Senhor lhe disse: ‘Eu vi, eu vi a opressão de meu povo no Egito, ouvi o grito de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos. Desci para libertá-los das mãos dos egípcios e para fazê-los sair desse país para uma terra boa e espaçosa, terra onde corre leite e mel: para a região dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos fereseus, dos heveus e dos jebuseus. O grito de aflição dos israelitas chegou até mim. Eu vi a opressão que os egípcios fazem pesar sobre eles. E agora vai! Eu te envio ao faraó para que faças sair o meu povo, os israelitas, do Egito’.

Nos relatos do Livro de Ester, se identifica uma proximidade na descrição da lógica envolvida no processo de libertação dos judeus do Egito, segunda a qual: Deus viu a miséria do povo (Ex 3,7); ouviu seu clamor; se recordou de sua aliança (Ex 6,5) e decidiu libertá-lo (Ex 3,8; 6,6-7); cria as condições favoráveis (Ex 7,8 – 12,36), porém, quis contar com o auxílio de Moisés (Ex 3,10.12). Já no Livro de Ester temos: O povo que toma conhecimento do decreto, se reconhece pecador e clama por Deus (Est 3,15b-15i); Mardoqueu e Ester são inspirados a reagir e

buscam um modo de livrar seu povo (Est 4,1-2.12-16); Mardoqueu, Ester e o povo, clamam a Deus pedindo socorro e pelo êxito de suas ações (Est 4,17a-17kk); Deus infunde mansidão no coração do rei Assuero (Est 5,2g) e por meio de seus mediadores trouxe a paz, a tranquilidade, a liberdade, a salvação e a justiça (Est 10, 2-3.3f.3i).

Outro ponto do Livro de Ester é o fato de apesar de haver uma valorização da própria identidade cultural e religiosa judaica, não se identifica nele referências a outras religiões ou credos, nem mesmo os persas são tratados como infiéis ou idólatras, como é o caso do Livro de Daniel (Dn 3,12.14.18). De modo que para um enunciatário conhecedor dos atuais debates sobre diálogo inter-religioso seria possível identificar como enunciação do Livro de Ester uma defesa da perspectiva inclusivista⁸². Esta perspectiva é aquela defendida pela Igreja Católica, reconhecendo o valor das demais manifestações religiosas à medida que também elas, de algum modo, carregam em si elementos da fé em Jesus – daí o conceito *semina verbi*⁸³ (AG 11; **Diálogo e Anúncio**, 16). O discurso religioso a partir da perspectiva inclusivista não tem caráter apologético nem proselitista, já que se afirma que Deus “a todos estende a sua providência, seus testemunhos de bondade e seus desígnios de salvação” (NA 1), porém, não se deixa de propor a fé aos não-crentes; já que

as multidões têm o direito de conhecer as riquezas do mistério de Cristo, nas quais toda a humanidade — assim o acreditamos nós — pode encontrar, numa plenitude inimaginável, tudo aquilo que procura, às apalpadelas, a respeito de Deus, do homem, do seu destino, da vida e da morte, da verdade [...] É por isso que a Igreja conserva bem vivo o seu espírito missionário, desejando até que ele se intensifique, neste momento histórico que nos foi dado viver (EM 53).

E se “a fé exige a livre adesão do homem” (RMi 8; CT 69), esta liberdade se torna o ponto chave no anúncio. É o que ocorre no Livro de Ester, pois é possível identificar que a conversão se dá não por convencimento, mas por atração, pois:

Em todos os povos, cidades e províncias, onde quer que as ordens do rei chegassem, os judeus exultavam, e promoviam banquetes, comidas e

⁸² “A posição inclusivista já não considera a missão como tarefa para impedir a condenação dos não-evangelizados (posição exclusivista). Inclusive reconhecendo a ação universal do Espírito Santo, observa que esta, na economia salvífica querida por Deus, possui uma dinâmica encarnatória que a leva a se expressar e a se objetivar. Dessa maneira a proclamação da palavra conduz essa mesma dinâmica à sua plenitude. Não significa apenas unia tematização da transcendência, mas a maior realização dessa mesma transcendência, ao pôr o homem diante de uma decisão radical. O anúncio e a aceitação explícita da fé faz crescer as possibilidades de salvação e também a responsabilidade pessoal. Além disso, a missão é atualmente considerada como tarefa dirigida não só aos indivíduos, mas sobretudo aos povos e às culturas” (**O Cristianismo e as religiões**, 24).

⁸³ Em português: Sementes do Verbo.

festas. A tal ponto que muitos de outras nações e crenças aderiam à religião e aos ritos deles, pelo grande temor que agora inspiravam (Est 8,17).

Como decorrência da enunciação anteriormente descrita, teríamos a percepção da enunciação de uma “flexibilização” das práticas da fé judaica; haja vista não haver referências diretas ao Templo, à Lei, ao Sacerdócio, ao Sábado, e à Jerusalém no Livro de Ester (TORRALBA, 2002, p.661; GALLAZZI, 1987, p.20). Uma tal compreensão ganha força se levarmos em conta a cronologia apresentada por Flávio Josefo, que mostra Esdras e Neemias como anteriores aos fatos descritos no Livro de Ester (FLÁVIO JOSEFO, 2004, p. 493-500.1123); fazendo de Ester, Mardoqueu e dos demais judeus que permaneceram naquela região, crentes não tão rigorosos na compreensão da prática da fé judaica quanto Esdras e Neemias (Ne 9,1; Esd 9,1–10,17; GALLAZZI, 1987, p.18).

O enunciatário, analisando o enunciado sob um ponto de vista crítico, poderia concluir como exagerada a atitude de desforra dos judeus, bastando-lhes a conquista da não execução do decreto de Amã e lhes tendo sido evitada a morte (SCHMIDT, 2012, p.301). Os decretos de Mardoqueu justificariam atitudes de violência, portando uma enunciação favorável, seja à ‘guerra santa’ – dos fiéis contra os infiéis – seja de uma guerra do oprimido contra o opressor (Est 8–9); entendendo-se que somente o fim, a eliminação do opositor, seria a solução para os problemas (CHARPENTIER, 1993, p.118)⁸⁴.

Entretanto, tal enunciação não poderia ser totalmente aceita como válida, pois desconsidera que “a revelação bíblica está profundamente radicada na história”, marcada pela cosmovisão dos povos, que vão sofrendo alterações e progredindo (VD 42). Além do mais, essa enunciação denotaria desconhecimento do princípio bakhtiniano da polifonia⁸⁵ e, inclusive, demonstraria desconhecimento seja do próprio enunciado seja de seu contexto. Neste caso específico, quando se identifica a tentativa, por parte do enunciador, de minimizar o impacto negativo da ‘vingança’ dos judeus, está implícita a compreensão de que se estava cumprindo a Lei mosaica, que dizia:

Depois de uma cuidadosa investigação feita pelos juízes, se se verificar que se trata de um falso testemunho, e que a testemunha fez contra o seu irmão

⁸⁴ É curioso notar que Amã não só foi morto (Est 7,10), mas também seus filhos (Est 9,6-7). Estes, depois também foram enforcados (Est 9,13-14); numa clara referência a maldição prevista no livro do Deuteronômio: “aquele que é pendurado é um objeto de maldição divina” (Dt 21,23).

⁸⁵ Segundo o qual “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997, p.292), de modo que em cada enunciado há a presença de outros enunciados (FIORIN, 2008, p.24; TOLEDO, 2007, p.145).

uma falsa deposição, **vós o tratareis como premeditara tratar o seu irmão**. Assim, tirarás o mal do meio de ti para que os outros, ao sabê-lo, tenham medo, e não ousem mais cometer semelhante falta no meio de ti. Não terás compaixão: **vida por vida**, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé (Dt 19,18-21) (grifo nosso)⁸⁶.

Além de o enunciador, ao final do relato da ‘vingança’, afirmar que os judeus não se apossaram dos bens materiais dos inimigos, daqueles que foram mortos, mesmo lhes tendo sido permitido pelo decreto do rei Assuero (Est 9,6-10.16).

Para um enunciatário atual que fosse cristão, é quase impossível não identificar uma enunciação no Livro de Ester que faça referência à vitória que Jesus empreendeu sobre a morte e o mal (GRADL; STENDEBACH, 2001, p.102). Seria como uma prefiguração do sacrifício da própria vida, que Jesus fez por “nós e por todos” (Mt 26,28; Mc 14,24; Lc 22,20) para libertação e remissão de nossos pecados. Assim como o poder que garantiu a nossa vida e a vida dele, aquele que brota do amor (Jo 15,13; 1Jo 4,9; 5,3-5; At 2,24-28.32; 1Pd 1,21).

Esta enunciação poderia ser evidenciada quando Ester afirma que se fosse preciso morrer para libertar seu povo, ela morreria (Est 4,16). Mostrando que o libertador é aquele que oferece sua vida pela vida de seu povo; e que mesmo que a morte tenha muita força e amedronte, há uma força maior do que a morte, a força do amor, amor que nesse caso foi o do rei Assuero por Ester, que lhe garante a vida (Est 4,11; 5,2e-3), um amor que fora infundido por Deus (Est 5,2g).

Ainda vinculada à figura de Jesus teríamos a contraposição entre o dia da sorte contra os judeus e os dois dias subsequentes da festa de *Purim* (dias 13, 14 e 15 do mês de Adar), aos dias da Paixão e Ressurreição de Jesus. Se o dia 13 (o primeiro dia) era o dia da morte dos judeus, os dias 14 e 15 deveriam ser lembrados como o dia da vitória dos judeus contra seus inimigos, o dia da vida. No caso de Jesus, a fé cristã também diz que a morte lhe veio no primeiro dia, mas a vida, a ressurreição, ao terceiro dia (Mt 16,21; 17,21; 20,19; 27,64; Mc 10,34; Lc 9,24; 18,33; 24,7; 24,46; At 10,40; 1Cor 15,4).

E se Jesus pediu que seus discípulos e apóstolos repetissem, em sua memória, aquilo que ele fez, até que chegasse o dia de sua volta (Lc 22,19; 1Cor 11,25-26); no Livro de Ester o enunciador, por meio do relato do decreto de Mardoqueu, pede ao povo: “celebrai este dia com toda a solenidade, a fim de que seja desde agora e para sempre, para nós e para os persas de boa vontade, a

⁸⁶ Essa mesma lei, conhecida como lei de Talião, pode ser encontrada em Ex 21,23-25; Lv 24,19-21.

lembrança de vossa salvação, e para os vossos inimigos, o memorial de sua ruína” (Est 8,12t).

E além disso, o enunciador afirma que o 13º dia do mês de Adar, o dia da morte dos judeus, que seria o dia no qual os judeus deveriam descer “à mansão dos mortos” (Est 3,13g), podendo ser visto, por um enunciatário cristão, prefigurativamente em relação ao dado da fé cristã que afirma que Jesus, no dia de sua Paixão (morte) “foi também pregar aos que estavam na prisão (da morte)” (1Pd 3,18), tendo sido, reconduzido de entre os mortos pelo Deus da vida (Hb 13,20; At 3,15)⁸⁷.

Um enunciatário que conhecesse aquilo que James Dunn chama de “cristologia adâmica de Paulo” (2003, p.243), que nasce da reflexão do que Paulo diz acerca da relação entre Cristo e Adão, e de como as ações de um tiveram efeito na vida de todos (de toda humanidade):

Pois o pecado entrou no mundo por um só homem [...]. Entretanto, o dom da graça foi sem proporção com o pecado. Pois, se pelo pecado de um só toda a multidão humana foi ferida de morte, muito mais copiosamente se derramou, sobre a mesma multidão, a graça de Deus, concedida na graça de um só homem, Jesus Cristo (Rm 5,12.15).

Este, poderia identificar esse mesma relação como enunciação do Livro de Ester. Podendo ser evidenciado quando, ao ser constatado por Amã que Mardoqueu não fazia a prostração devida (Est 3,5), ele “achou pouco atingir só a Mardoqueu, mas, tendo sabido que ele era judeu, tomou a decisão de acabar com toda a nação dos judeus” (Est 3,6); de modo que a ação “má” de um teve consequências sobre todos. Por sua vez, quando Ester revela a Assuero sua descendência judaica, ela se apresenta como tendo sido entregue à morte, juntamente com seu povo (Est 7,3); e ao ser concedida a vida a Ester, sua libertação, essa também se irradia e surte efeitos sobre todos os judeus:

‘Se agrada ao rei, e se encontrei graça diante dele, e a minha súplica não lhe pareça inconveniente, e se sou aceita a seus olhos, peço que as cartas de Amã, filho de Amadat, o agagita, opositor e inimigo dos judeus, pelas quais fora ordenado que estes deveriam perecer em todas as províncias do rei, sejam invalidadas por novas cartas. Pois, como poderia eu suportar a desgraça que atingiria o meu povo, o extermínio da minha nação?’ (Est 8,5-6).

⁸⁷ Para maiores esclarecimento sobre este assunto: CIC 631-635.

Ainda para um enunciatário atual cristão, especialmente se este estiver familiarizado com a Liturgia da Igreja⁸⁸, talvez a enunciação mais comum que pode ser obtida pelo Livro de Ester, refira-se em associar a figura da rainha Ester como sinal prefigurativo de Maria (Mãe de Jesus) e da Igreja.

Tanto Maria quanto Ester, foram mulheres que no momento de dificuldade pediram (intercederam) pelo povo, por aqueles que necessitavam – Ester em suas orações (Est 4,17q-17kk) e perante o rei Assuero (Est 7,3-4); Maria, por sua vez, o fez nas ‘bodas de Caná’ (Jo 2,1-11) (SANTINI, 2003, p.91; LG 62; MC 6.11.14.18.26.32).

A referência à Igreja estaria vinculada ao fato de que ambas (Ester e a Igreja), fiéis ao Senhor, cada uma assumiu sua missão perante seu povo, colocando-os em marcha na direção do Senhor (Est 4,15-16), como Mãe e Mestra (MM 1; DH 14); preocupada não só com aquilo que se refere aos bens espirituais, mas com as exigências da vida cotidiana (Est 7,3-4; MM 3).

Ao serem observadas as relações de força no enunciado, e de como aquela que era a fraca (a rainha Ester) tornou-se a mais forte no reino, após confiar-se inteiramente a Deus, para um enunciatário atual cristão, de pronto surge a figura de Paulo.

Tal relação surgiria como possível enunciação por uma das mais célebres frases de Paulo: “Porque quando me sinto fraco, então é que sou forte” (2Cor 12,10); reconhecendo que “a fraqueza humana era parte integrante do processo de salvação [...], não era negação do poder divino, mas complemento inevitável e até necessário do poder divino na sobreposição das eras” (DUNN, 2003, p.548). A enunciação se tornaria evidente quando dirigido o olhar para o como é descrita a ação de Ester antes ir até Assuero. O enunciatário relata que colocando-se em oração (Est 4,17q-17kk), Ester voltou seus olhos para o Senhor e nele buscou refúgio e força para vencer seus inimigos (Est 4,17n; SI 123,1-4).

Nesta oração de Ester, é possível perceber um resgate da história da Salvação, das ações de Deus na vida do povo, partindo dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó (Est 4,17q), indo até Daniel e seus amigos (Est 4,17v-17x); para somente depois, pedir para que Ele também agisse, interviesse na vida dela e de seu povo,

⁸⁸ O Livro de Ester é utilizado (lido) nas Celebrações da Eucaristia na: Quinta-feira da Primeira Semana da Quaresma; no Comum para as Santas Mulheres; e, no Brasil, na Celebração de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Também o encontramos na Liturgia das Horas, como Leitura Breve, da Oração das Quinze horas, da Terceira Semana do Salterio.

“inspirando a palavra adequada” (Est 4,17gg), convertendo “luto em alegria”, “dores em salvação” (Est 4,17hh). É nesta mesma consciência de que não há outro defensor senão o Senhor (Est 4,17q), que Paulo pede que a comunidade de Éfeso se revista da força, da “armadura de Deus” (Ef 6,10-11.13), que só pode ser conquistada “com toda sorte de preces e súplicas” (Ef 6,18). Ficando evidente a enunciação de que a verdadeira força está em confiar-se em Deus, e não nas próprias capacidades, já que “tudo é vaidade” (Ecl 1,2) e “esterco” (Fl 3,8) ao ser confrontado com Deus.

Tanto a um enunciatário próximo ao enunciador do Livro de Ester, como um enunciatário atual cristão é perceptível a ausência de temas ligados ao Templo, ao sacerdócio e ao sacrifício. Entretanto, no contexto do Concílio Vaticano II, um enunciatário cristão poderia compreender cenas como as do povo reunido em oração (Est 3,15b-15i) e clamando por sua libertação, como enunciação prefigurativa do “povo sacerdotal” a que é feita referência no Novo Testamento (1Pd 2,9). Assumido pela Igreja como descrição de si, o título “povo sacerdotal” (LG 10) justamente descreveria não somente as características desse povo mas também o modo como ele se põe em relação para com Deus, já que depois de Jesus não há mais necessidade de sacrifício (Hb 7, 22-28; 10,12-18); todos, em espírito e verdade, podem dirigir suas orações a Deus, sendo atendidos por ele (Jo 4,23; Mt 7,7-11).

Ainda sem muito esforço, um enunciatário atual poderia perceber no modo como Amã elabora seus planos, “todos os traços da pior espécie de holocausto” (SWINDOLL, 2008, p.100); e, numa tentativa de releitura da história recente, ver a ação de Deus e o surgimento de libertadores dos judeus nas figuras do Papa Pio XII e da Igreja, que salvaram mais de 800 mil judeus do holocausto⁸⁹. Diferentemente daquilo que relata o Livro de Ester, no contexto da Segunda Guerra Mundial não foram judeus salvando judeus, mas, é possível ver em Pio XII e na Igreja, de um modo geral, essa ação inspiradora de Deus, que não desampara seu povo, tal como testemunhou Mardoqueu a Ester: “Se agora te calares, a libertação e salvação virão aos judeus de outra parte, mas tu, com a tua família, morrerás” (Est 4,14).

⁸⁹ CARDOSO, Rodrigo. **A absolvição de Pio XII.** Disponível em:<<
http://www.istoe.com.br/reportagens/114896_A+ABSOLVICAÇÃO+DE+PIO+XII>>. Acesso em 1 de maio de 2015.

Um exemplo do que dissemos sobre os limites de inferência presentes em um texto, pode ser percebido, sob a nossa compreensão, na extrapolação identificada na obra de Giuseppe Barbaglio, Rinaldo Fabris e Bruno Maggioni (1990, p.234). Lá é possível constatar a afirmação de que há uma “clara analogia” entre a cena da prisão e condenação de João Batista e a condenação de Amã, no Livro de Ester. Segundo esta interpretação, Herodíades, ex-mulher do irmão de Herodes Antipas e a quem ele tomou por esposa, se assemelharia a Ester, que pediu, no banquete com o rei, que este lhe entregasse Amã, ao qual João Batista se assemelharia.

Neste caso específico há uma extrapolação dos limites do texto, não havendo possibilidade de intertextualidade entre os enunciados, pois os lugares que Amã e João Batista ocupam nas respectivas histórias são totalmente opostos. Enquanto nos evangelhos João é aquele que age sob a ação de Deus e em vista da concretização de seu reino, no Livro de Ester, Amã é aquele que age contra o povo de Deus, querendo destruí-lo por sua fidelidade a Deus. Além do mais, enquanto Herodíades se prende ao pecado (ao adultério⁹⁰) e é manipulada para pedir a morte de João Batista, eliminando o homem de Deus, Ester é aquela que age em favor da justiça, e de modo consciente e livre contribui para libertar os judeus das garras do inimigo.

Por sua vez, quando Giuseppe Barbaglio, Rinaldo Fabris e Bruno Maggioni (1990, p.489) fazem a leitura de que Ester pode ter sido o modelo literário para o Evangelista Marcos, aqui sim parece ser possível identificar polifonia entre os enunciados. Em Marcos é perceptível uma contraposição entre o banquete dos maus (de Herodes e sua corte) e o banquete dos bons (de Jesus e seus discípulos).

Em um banquete os maus se vangloriam por tramarem a morte do homem de Deus (Mc 6,21-28), no outro banquete os bons celebram a vida e a partilha (Mc 6,34-44), por meio da oferta amorosa de tudo aquilo que se tem. Esta mesma contraposição entre os banquetes dos maus, dos que tramam contra os judeus, e os banquetes de Ester e do povo judeu, no qual se articulam e se celebram a sua libertação, fariam parte da própria estrutura criada pelo enunciador para dar mais dramaticidade ao enunciado, e à enunciação de que Deus é o Senhor da história de seu povo.

⁹⁰ Justamente aquilo que João Batista condena na ação de Herodes (Mc 6,17-19).

5. CONCLUSÃO

Não basta perscrutar o passado a partir dele e dos critérios que os indivíduos do presente supõem desse mesmo passado. Pois, como disse Henri de Lubac: “Os ‘primitivos’ de hoje não nos dão ideia justa do que pode ser a humanidade primitiva, repleta de seiva criadora, aberta a progressos imprevisíveis” (LUBAC, 1986, p.12); e o pior é que este dado histórico “[...] é frequentemente sumário, porque serve apenas de trampolim ao pensamento, sem lhe fornecer um termo” (LUBAC, 1986, p.13), limitando nossa capacidade interpretativa a um esquema dogmatizado. A fixação pela história (aos moldes como a compreendemos hoje), e por se buscar as primeiras palavras (o mais antigo e original), faz da Teologia uma espécie de Arqueologia ou uma Historiografia, ou ainda, nas palavras de Clodovis Boff (2015), uma arte de realizar “exumação”; perdendo, assim, a lógica que une a história da fé em suas contradições, e que ainda hoje a mantém unida (RATZINGER, 2008, p.82; VD 35).

A Teoria da Enunciação é uma das representantes daquilo que se chama hoje de “virada cognitivista” (KOCH, 2004), e nos apresenta como pressuposto o fato de que “se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (ORLANDI, 2009, p.37). Contribuindo para não somente uma visão mais abrangente do enunciado, esta teoria possibilita reconhecer que enunciador e enunciatário, seja este de qual época for, são corresponsáveis no processo de construção da enunciação. No nosso caso, em vista da interpretação do Livro de Ester, nos ajuda a reconhecer como possíveis e válidas, enunciações que somente um enunciador atual poderia fazer.

E como “não há discurso fechado em si [...]” (ORLANDI, 2009, p.62), também “não há um ‘sentido em si’” (BAKHTIN, 1997, p.387). O enunciado e sua enunciação só existem enquanto houver possibilidade de dialogarem com o mundo e os sujeitos (ZABATIERO; LEONEL, 2011, p.157). Nossa pesquisa se apresenta como possibilidade para vencer as limitações e fixações históricas, geográficas e semiológicas dos enunciados bíblicos; demonstrando como estes podem ser enriquecidos quando se prioriza a efetiva comunicação entre o passado e o presente, entre enunciador e enunciatário, no trabalho hermenêutico.

Por esse motivo é coerente com este método que cheguemos a enunciações possíveis e não a uma única enunciação para o enunciado (o Livro de Ester); o que, na verdade, seria impossibilitar a enunciação, matar o enunciado e calar o enunciatário e tudo aquilo que ele pode contribuir.

A Teoria da Enunciação demonstrou-se como viável auxiliar da Teologia na interpretação das Sagradas Escrituras; não sendo contraditória nem pondo em perigo a fé da Igreja, já que, como também procuramos demonstrar “[...] a norma objetiva do conhecimento teológico é (sempre) a Palavra de Deus” (LIMA VAZ, 1986, p.203). Aliás, a perspectiva defendida por ela coaduna-se com a perspectiva cristã da leitura das Sagradas Escrituras, que reconhece que o contato com as Sagradas Escrituras é sempre uma via de mão dupla; pois, como afirmou o Papa Bento XVI: “na Palavra bíblica, Deus caminha a nós e nós para Ele [...]” (VD 32).

Isto se dá pelo fato de que os princípios inerentes ao método encontram-se presentes já no modo como os Santos Padres analisavam as Sagradas Escrituras, vendo-as como vivas, falando aos homens de seu tempo a partir de seu tempo. Bem como o faz a Teoria da Enunciação, que além de focar os elementos históricos, culturais, sociais, políticos e etc. que envolvem a confecção do texto (o que podemos chamar de ‘as suas circunstâncias’), enriquece a interpretação das Sagradas Escrituras quando não vê como ingênuo (de menor importância, não científico) o ponto de vista do enunciatário, também carregado/enriquecido por suas circunstâncias.

Como demonstramos, fazem parte do rol de enunciações possíveis do Livro de Ester, além da percepção imediata de que o enunciado tem por objetivo esclarecer a origem da festa dos Purim, as enunciações de:

Deus como o Senhor da história, aquele que faz com que a sorte dos maus seja revertida contra eles, quando os que lhe são fiéis buscam nele sua única segurança. Mas mesmo essa intervenção pode ser percebida como através de ações diretas e direcionadas da parte de Deus (como quando se diz que Deus mudou o coração do rei), como por meio de mensageiros seus (onde aparecem as figuras de Mardoqueu e Ester sob a aparência de Moisés, numa relação intertextual com o êxodo, onde a festa dos Purim seria a Páscoa dos judeus da diáspora). E unida a essa enunciação teríamos uma valorização do amor esponsal, aos moldes daquele apresentado no livro do Cântico dos Cânticos, pelo qual se poderia

identificar o amor entre o Assuero e Ester como mediador da libertação do povo, aquele que mudou o coração do rei.

De que Deus recompensa, já nesta vida, aqueles que são fiéis a seus preceitos, e mesmo contra tudo e contra todos, não abandonam suas crenças e sua identidade (tal como o fez Mardoqueu). Sendo também possível ver Ester como personificação dos israelitas, no sentido de demonstrar como todos devem agir e como Israel deveria ter agido quando foi alertado pelos profetas, antes do exílio, não se deixando levar pelas riquezas materiais e prestígio, mas entregando-se totalmente ao Senhor e buscando nele o seu refúgio. A vida desse homem de Deus seria tão importante e valiosa, que nem mesmo uma grande fortuna seria comparável ao valor do coração humilde.

A perspectiva de uma fé mais universal e universalizante, que não vê como problemática a troca cultural entre judeus e os outros povos, e que tem não mais no Templo, na Lei e nos Profetas as suas colunas, mas sim na abertura do coração a Deus – já que as sementes da fé estão presentes em todas as culturas e corações. Aliado a isso, se teria o reconhecimento de que não há incompatibilidades entre a sociedade civil e a fé, uma completaria o que falta na outra e ambas estariam a serviço da justiça e da preservação da dignidade do homem. E sob a ótica do mútuo enriquecimento entre as culturas, um judeu formado pela cultura grega ou até mesmo um enunciatário atual que a conhecesse, poderia perceber como complementares o Livro de Ester e a obra Antígona, de Sófocles, ambas apresentando essa relação entre as leis da cidade e as leis da tradição religiosa e familiar, com certa superioridade desta última.

A apresentação do paradigma do reto uso do poder, numa retomada tanto da figura de Salomão (o rei justo e sábio) como de orientações dadas pela Igreja do Brasil e da América Latina sob essa temática; tendo Ester e Mardoqueu como modelos positivos, e Amã como o modelo negativo. Atrelada a essa enunciação estaria a da autonomia do temporal e a necessidade de que os próprios cidadãos também assumam uma postura frente aos conflitos sociais, e de que como lembram os Apóstolos Pedro e Paulo, como pediram os Papas Bento XVI e Francisco e como o povo fez em favor de Ester, o povo também deve rezar por seus governantes, mas sem deixar de serem agentes transformadores.

A ideia de que Deus se põe do lado dos fracos, daqueles que são perseguidos, seria uma constante em Ester. Bem como a apresentação da mulher

como figura importante, num convite à valorização daquilo que somente ela, enquanto mulher e sem nenhum tipo de masculinização, pode dar à sociedade e à fé. E, ao mesmo tempo em que a mulher assume uma posição de destaque, inevitavelmente, enunciatários cristãos poderiam identificar aí uma enunciação prefigurativa das figuras de Maria e da Igreja.

Por essas possíveis enunciações, demonstramos que a interpretação do Livro de Ester abarca não só os conflitos envolvendo o enunciador, as duas versões do livro (a grega e a hebraica) – a utilização do nome de Deus em uma versão e na outra não –, ou sua pretensão enunciativa ao enunciatário imediato.

Se, como afirmou Fitzmyer, um significado alegado original ou primitivo não é suficiente para que se possa atingir o conhecimento pleno do enunciado sagrado (1997, p.48), cremos que a maior contribuição da utilização desse método de interpretação na análise do texto bíblico, se dá no fato de que a mensagem contida no enunciado não se restringe ao enunciador e ao contexto no qual o enunciado foi redigido, mas também se encontra no enunciatário. Há aqui uma relação de significação, indo do enunciador para o enunciatário, influenciando na composição do enunciado, e volta do enunciatário para o enunciado – não se resumindo em entender o que o enunciador quis dizer, mas abrindo-se àquilo que o enunciatário pode compreender a partir daquilo que fora comunicado pelo enunciado (ZABATIERO; LEONEL, 2011, p.159-160).

Tal perspectiva carrega em si a compreensão do enunciado (sua redação e leitura) como uma atividade (produção) humana, e, portanto, tendo seu sentido na interação, em sua dimensão relacional. Esta perspectiva auxilia a superar a dogmatização da relação enunciador enunciado e seu contexto, bem como o fundamentalismo; promovendo interação entre passado e presente, e fazendo do antigo sempre novo, pois tirando daquele sempre coisas novas, mantendo, assim, vitalidade do enunciado (BAKHTIN, 1997, p.354). Ainda mais quando este enunciado, este tesouro do qual o sábio retira sempre “coisas novas e coisas velhas” (Mt 13,52), são as Sagradas Escrituras, compreendidas como sendo portadora de uma enunciação que faz com que não haja “nenhuma parte da humanidade, nenhuma raça, nenhuma condição social, nenhuma geração (para a qual a mensagem da) Palavra de Deus, não seja dirigida (CIACR, 1999, p.31 – nº26).

Por isso, esta conclusão, muito mais do que encerrar o assunto e apresentar verdades conclusivas acerca da interpretação das Sagradas Escrituras, mais

precisamente a respeito do Livro de Ester, na realidade, figura como um passo a mais nesse rico processo e um convite a novas e futuras pesquisas que possam ampliar ainda mais aquilo que sabemos acerca desse enunciado.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **A Doutrina Cristã**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2011

ARAUJO, Ana Paula de. **Formas nominais do verbo**. DISPONÍVEL EM: <<<http://www.infoescola.com/portugues/formas-nominais-do-verbo/>>>. ACESSO EM: 25 de mai. de 2013

ARISTÓTELES. **Aristóteles (II)**. São Paulo: Abril Cultural, 1979

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006

_____. **Questões de Literatura e Estética – A Teoria do Romance**. 5.ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002

BALDWIN, Joyce Gertrude. **Ester: Introdução e comentário**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2008

BARBAGLIO, Giusepe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. **Os Evangelhos I, Marcos e Mateus**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1990

BASÍLIO DE CESARÉIA. São Paulo: Paulus, 2012

BENTO XVI. **Encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009

_____. **Encíclica Deus Caritas Est**. 9.ed. São Paulo: Paulinas, 2008

_____. **Exortação Apostólica Africae Munus**. São Paulo: Paulinas, 2012

_____. **Exortação Apostólica Verbum Domini**. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2011

_____. **Primeira saudação de sua santidade Bento XVI**. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050419_first-speech.html>>. Acesso em: 17 de jun. de 2015

BECERRIL, Raúl. **Profetismo**. In: TAMAYO, Juan José (org.). **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Paulus, 2009, p.452-457

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 10.ed. São Paulo: Paulus, 2015

BOADT, Lawrence Edward. **Introdução à Literatura Sapiencial**. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. (orgs.). **Comentário Bíblico I**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2001, p.42-50

BOFF, Clodovis. **Notas de Aula da Disciplina Questões de Método em Teologia**. Curitiba: PUCPR, 16 de jun. de 2015

BRAGA, Theophilo. **História da Litteratura Portugueza** – Edade Média. Porto: Livraria Chardron, 1909

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Língua e Ideologia**: a reprodução do preconceito. In: _____. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p.59-86

CARDOSO, Rodrigo. **A absolvição de Pio XII**. Disponível em:<< http://www.istoe.com.br/reportagens/114896_A+ABSOLVICA0+DE+PIO+XII>>. Acesso em 1 de maio de 2015.

CAZELLES, Henri. **Historia política de Israel**: desde los orígenes a Alejandro Magno. Madrid: Ediciones Cristianas, 1984

CHARPENTIER, Etienne. **Para leer El Antiguo Testamento**. 13.ed. Editorial Verbo Divino: Estella, 1993

CHWARTS, Suzana. **Uma visão da esterilidade na Bíblia Hebraica**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004

CELAM. **Documento de Aparecida**. 7.ed. Brasília: Edições CNBB, 2008

CNBB. **BÍBLIA SAGRADA**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002

_____. **Por uma reforma do Estado com participação democrática** (Doc. 91). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2010

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA. **Declaração O Dom da Autoridade**. São Paulo: Paulinas, 1999

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Teologia Hoje**, *perspectivas, princípios e critérios*. São Paulo: Paulinas, 2013

_____. **O Cristianismo e as religiões**. Disponível em<< http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1997_cristianesimo-religioni_po.html>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015

_____. **Sensus Fidei na vida da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2015

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Vozes, 2002.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução Donum Veritatis**. Disponível em<< http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900524_theologian-vocation_po.html>>. Acesso em: 30 de abr. de 2015

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Instrução Geral do Missal Romano** (3ª edição típica). São Paulo: Paulinas, 2010

CRAVEN, Tom. **Jeremias**. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. (orgs.). **Comentário Bíblico II**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2001, p.67-88

DENZINGER. Henrici. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja católica**. São Paulo: Paulinas, 2006

DUNN, James Douglas Grand. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003

ELLIS, Peter F.. **Jeremias**. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. (orgs.). **Comentário Bíblico II**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2001, p.45-66

FABRINO, Ana Maria Junqueira. **História da Literatura Universal**. Curitiba: InterSaberes, 2014

FABRIS, Rinald (org.). **Problemas e perspectivas das ciências bíblicas**. São Paulo: Loyola, 1993

FARACO, Carlos Emíli; MOURA, Franscico Marto de. **Gramática**. 20.ed. São Paulo: Ática, 2007

_____. **Língua e Literatura, v.3**. 18.ed. São Paulo: Ática, 1997

FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008

FISCHER, James A. **Ester**. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Robert J. (orgs.). **Comentário Bíblico II**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2001, p.289-293

FITZMYER. Joseph Augustine. **A Bíblia na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1997

FLÁVIO JOSEFO. **História dos Hebreus**. 8.ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marele. **Introdução à linguística da enunciação**. Porto Alegre: Contexto, 2013

FRANCISCO. Encíclica Lumen Fidei. São Paulo: Paulinas, 2013

_____. Encíclica Laudato Si'. São Paulo: Paulinas, 2015

_____. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. São Paulo: Paulinas, 2013

_____. **Benção Apostólica Urbi et Orbi**. Disponível em: << <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/elezione/index.html>>>. Acesso em: 17 de jun. de 2015

_____. Discurso do Papa Francisco aos membros da Pontifícia Comissão Bíblica. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/april/documents/papa-francesco_20130412_commissione-biblica.html>. Acesso em: 12 de maio de 2015

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona** - a questão da moralidade. 4.ed. Campinas: Papirus, 2005

GABEL, John B.; WHELLER, Charles B.. **A Bíblia como Literatura**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2003

GALLAZZI, Sandro. **Ester**: a mulher que enfrentou o palácio. São Paulo: Vozes, 1987

_____. Ester: la mujer que enfrentó al palacio. **Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana**, Bogotá, n. 67, p.111-129, mar. 2010

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 5-34.

GRADL, Felix; STENDEBACH, Franz Josef. **Israel e seu Deus**, guia de leitura para o Antigo Testamento. São Paulo: Loyola, 2001

GUNNEWEG, Antonius H. J. **Teologia Bíblica do Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2005

HARL, Marguerite; DORIVAL, Gilles; MUNNICH, Olivier. **A Bíblia grega dos Setenta** - Do judaísmo helenístico ao cristianismo antigo. São Paulo: Loyola, 2007

HERÓDOTO. **História**. [S.l.]: EbooksBrasil, 2006 = Disponível em:<<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>>>. Acesso em: 10 de mar. de 2015

HILÁRIO DE POITIERS. **Tratado sobre a Santíssima Trindade**. São Paulo: Paulus, 2005

JOÃO XXIII. **Encíclica Mater et Magistra**. 12.ed. São Paulo: Paulinas, 2004

JOÃO PAULO II. **Carta Dominicae Cenae**. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2002

_____. **Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem***. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2001

_____. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2000

_____. **Encíclica *Centesimus Annus***. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2002

_____. **Encíclica *Evangelium Vitae***. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2004

_____. **Encíclica *Redemptor Hominis***. 7.ed. São Paulo: Paulinas, 1998

_____. **Encíclica *Redemptoris Mater***. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2007

- _____. **Encíclica *Redemptoris Missio***. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 2003
- _____. **Encíclica *Veritatis Splendor***. 7.ed. São Paulo: Paulinas, 2004
- _____. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***. 13.ed. São Paulo: Paulinas, 2001
- _____. **Exortação Apostólica *Christifideles Laici***. 11.ed. São Paulo: Paulinas, 2013
- _____. **Exortação Apostólica *Ecclesia in Asia***. Disponível em:<<
http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia.html>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015
- JOÃO PAULO I; JOÃO PAULO II. **Documento de João Paulo I e Encíclicas de João Paulo II**. São Paulo: Paulus, 2005
- KRATZ, Reinhard G.. **Profeta**. In: BERLEJUNG, Angelika; FREVEL, Christian. **Dicionário de termos teológicos fundamentais do Antigo e do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2011, p. 374-375
- KOCH, Ingedore Grunfeld. Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2010
- _____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004
- LEÃO XIII. **Documentos de Leão XIII**. São Paulo: Paulus, 2005
- LEVENSON, Jon Douglas. **Esther: A Commentary**. Westminster John Knox Press: Kentucky (EUA), 1997
- LIMA VAZ; Henrique Claudio de. **Escritos de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 1986, v.3
- LUBAC, Henri de. **A escritura na tradição**. São Paulo: Paulinas, 1986
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Compreensão textual como trabalho criativo**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 34.ed. São Paulo: Cultrix, 2009
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2005
- _____. **Análise do Discurso**. 8.ed. Campinas: Pontes, 2009
- PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***. 17.ed. São Paulo: Paulinas, 2004

_____. **Exortação Apostólica Marialis Cultus.** Disponível em:<<
http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015

_____. **Exortação Apostólica Quinque Iam Anni.** Disponível em:<<
http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19701208_quinque-iam-anni.html>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015

PERONDI, Ildo. **Me verás pelas costas:** Curso bíblico sobre o Antigo Testamento. São Leopoldo: Oikos, 2008

PESCE, Mauro. **As duas fases da pregação de Paulo.** São Paulo: Loyola, 1996

PINSKY, Jaime. **As Primeiras Civilizações.** 15.ed. São Paulo: Contexto, 2011

PIO XII. **Documentos de Pio XII.** São Paulo: Paulus, 1998

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1993

_____. **Inspiração e verdade da Sagrada Escritura.** São Paulo: Paulinas, 2014

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja.** 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2005

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO;
 CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. **Diálogo e Anúncio.**
 Disponível em:<<
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>>. Acesso em: 22 de jul. de 2015

RAHNER, Karl. **Curso Fundamental da Fé.** 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1989

_____. **O Homem e a Graça.** São Paulo: Paulinas, 1970

_____. **Teologia e Antropologia.** São Paulo: Paulinas, 1969

RATZINGER, Joseph. **Compreender a Igreja Hoje,** vocação para a comunhão. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2006

_____. **Natureza e Missão da Teologia.** Petrópolis: Vozes, 2008

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia – Antiguidade e Idade Média.** 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1990, v.1

REED, Walter L.. **Dialogues of the Word,** the Bible as Literature according to Bakhtin. New York: Oxford University Press, 1993

- RENDTORFF, Rolf. **A formação do Antigo Testamento**. 6.ed. São Leopoldo: Sinodal, 2002
- SANTINI, Carlos Antônio. **Orações da Bíblia**. Belo Horizonte: O Lutador, 2003
- SASSON, Jack M. **Ester**. In: ALTER, Robert; KERMODE, Frank (orgs.). **Guia Literário da Bíblia**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 359-368
- SCHMIDT, Werner H.. **Introdução ao Antigo Testamento**. 4.ed. São Leopoldo: Sinodal, 2012
- SELLIN, E.; FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2007
- SESBOUÉ, Bernard; THEOBALD, Christoph. **História dos Dogmas – A Palavra da Salvação**. São Paulo: Loyola, 2006, v.4
- SOARES, Angélica. **Gêneros Literários**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2009
- SÓFOCLES. **Antígona**. [S.l.]: EbooksBrasil, 2005
- SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e Linguagem – Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 13.ed. Campinas: Papyrus, 2010
- STADELMANN, Luís I. J.. **Cântico dos Cânticos**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1998
- STERN, Philip. **Diáspora, dispersão**. In: METZGER, Bruce Manning. **Dicionário da Bíblia 1: as pessoas e os lugares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.58-59
- STORNILO, Ivo. **Como ler o Livro de Ester**. São Paulo: Paulus, 1995
- SWINDOLL, Charles R.. **Ester, uma mulher de sensibilidade e coragem**. 10.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2008
- TOLEDO, Eunice Lopes de Souza. **Linguística Textual: Literatura, Relações Textuais, Ensino**. São Paulo: Arte e Ciência editora, 2007
- TORRALBA, Juan Guillén; et al. **Comentário ao Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987
- TUCKER, Gene M.. **Ester**. In: METZGER, Bruce Manning. **Dicionário da Bíblia 1: as pessoas e os lugares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002
- ZABATIERO, Julio Paulo Tavares; LEONEL, João. **Bíblia, literatura e linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011
- ZENGER, Erich; et al. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 256-265